

BEATRIZ DOS SANTOS CLEMENTE MACHADO

**ANÁLISE COMPARATIVA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO PRÉVIO
À CAMPANHA ELEITORAL DE AÉCIO NEVES E DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M149a
2015 Machado, Beatriz dos Santos Clemente, 1978-
Análise comparativa da argumentação no discurso prévio à
campanha eleitoral de Aécio Neves e Dilma Rousseff / Beatriz
dos Santos Clemente Machado. – Viçosa, MG, 2015.
xi, 140f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Mônica Santos de Souza Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 136-139.

1. Análise do discurso - Aspectos políticos.
2. Semiolinguística. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras.
II. Título.

CDD 22. ed 401.41

BEATRIZ DOS SANTOS CLEMENTE MACHADO

**ANÁLISE COMPARATIVA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO
PRÉVIO À CAMPANHA ELEITORAL DE AÉCIO NEVES E DILMA
ROUSSEFF**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 março de 2015.

Willis

William Augusto Menezes

Rony Peterson Gomes do Vale
Rony Petterson Gomes do Vale

Mônica S. Souza Melo

Mônica Santos de Souza Melo
(Orientadora)

“Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem ‘Por quê?’ Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo ‘Por que não?’” (Geroge Bernard Shaw)

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida:

Meus pais, pelo exemplo de vida que são.

Meu marido, pelo companheiro que é em todos os momentos.

Meus filhos, meus maiores presentes!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a DEUS por ter me proporcionado essa conquista e por ser a luz que guia a minha vida.

A meus pais, José Clemente e Maria Auxiliadora, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade e me dedicaram todo o seu amor. Obrigada por tudo!

A meu marido, Ronaldo, por ser tão importante na minha vida. Sempre a meu lado, compartilhando os momentos mais difíceis e os melhores também. Obrigada por fazer parte dessa realização!

A meus filhos, Arthur e Luiz Felipe, por trazerem para a minha vida a prova do amor incondicional e por serem a inspiração de todos os dias. Obrigada por tornarem a minha vida muito mais feliz!

A meus irmãos, Maria das Graças, José Márcio, João Bosco, Rita, Olga Alice e Antônio Hélio, meu agradecimento pelo exemplo de vida que me dão a cada dia e pelo incentivo dado. Obrigada pela confiança e contribuição para a minha educação e crescimento!

Agradeço também a todos os meus sobrinhos, pelo respeito e carinho, pelo orgulho que dão aos pais e a mim. Vocês estão em meu coração!

A meu sogro, Antônio, e à minha sogra, Silvia, pela força e ajuda de sempre.

A meus cunhados e cunhadas pela vibração e torcida para que tudo desse certo.

A meus colegas de trabalho da E. E. “Prof. Ernesto de Melo Brandão”, por fazerem do local de trabalho um ambiente harmonioso, propício à busca de aprimoramento e por me valorizarem tanto. Obrigada pela amizade!

Às professoras do mestrado, Dra. Ana Maria Barcelos, Dra. Cristiane Cataldi, Dra. Maria Carmen Aires Gomes, Dra. Adriana da Silva, Dra. Mônica Santos de Souza Melo, pelo conhecimento compartilhado de forma tão competente e carinhosa. Vocês serão sempre referências pessoais e profissionais para a minha vida.

De maneira muito especial, minha gratidão à minha orientadora, Dra. Mônica Santos de Souza Melo, por acreditar em mim e pelo apoio dado nos caminhos da pesquisa. Meus eternos agradecimentos!

Gostaria de agradecer ao Departamento de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa e a todos os seus professores, por abrirem as portas para que eu pudesse realizar este sonho de cursar o mestrado e concluir minha dissertação.

Em especial, agradeço à secretária do Programa de Pós Graduação em Letras, Adriana, pela simpatia, gentileza e eficiência no atendimento sempre. Obrigada pelos inúmeros esclarecimentos e pela presteza!

A minhas amigas que conquistei no mestrado, Nara, Débora, Lucimar, Vânia, Elayne, Fernanda, Neide e Danielle, pelos momentos divididos. Agradeço pela acolhida e pelo incentivo. Foi muito bom poder contar com todas vocês!

A todos os meus os alunos e ex-alunos da E. E. “Prof. Ernesto de Melo Brandão”, de Granada, por serem inspiração a cada dia para a minha busca de crescimento pessoal e profissional, por terem me ensinado tanto ao longo dos anos. Obrigada de verdade!

Agradeço, ainda, à Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova e à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pelo apoio dado com o afastamento de minhas atribuições para a dedicação no mestrado.

Finalmente, meus sinceros agradecimentos ao professor Dr. William Augusto Menezes da UFOP pela participação como membro da banca examinadora da defesa da dissertação e ao professor Dr. Rony Petterson Gomes do Vale da UFV pela contribuição na banca no seminário de qualificação e também pela participação na banca da defesa da dissertação.

Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS!

SUMÁRIO

LISTA DE ISLUSTRAÇÕES	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1	
A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA E TEORIAS ARGUMENTATIVAS.....	04
1.1. A Teoria Semiolinguística do Discurso	04
1.1.1. A encenação no ato de linguagem.....	09
1.1.2. Os Modos de Organização do Discurso	12
1.2. Argumentação e Teorias Argumentativas	14
1.2.1. A Nova Retórica.....	16
1.2.2. Outras teorias argumentativas	19
1.2.3. A Argumentação na perspectiva semiolinguística	21
CAPÍTULO 2	
IMAGENS NO DISCURSO POLÍTICO: QUESTÕES DE PODER E LEGITIMIDADE	27
2.1. O discurso político: perspectiva histórica	25
2.2. Os contratos e estratégias na busca da legitimidade do discurso político.....	25
2.2.1. A questão da legitimidade na construção da identidade.....	30
2.2.2. Estratégias discursivas do discurso político	32
2.3. A realização do discurso político no cenário da opinião pública e da interferência das mídias.....	33
2.4. O ethos discursivo na argumentação do discurso político	36
2.4.1. As estratégias de dramatização e de escolha de valores no discurso	39
2.4.2. 2.4.2. A construção do ethos no discurso político.....	41
CAPÍTULO 3	
CONFIGURAÇÃO DO CORPUS: CATEGORIZAÇÃO DOS GÊNEROS ARTIGO DE OPINIÃO E ENTREVISTAS E AS RESTRIÇÕES DO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO	43
3.1. Os gêneros discursivos: Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual	44
3.1.1. As visadas discursivas	46
3.2. O contrato do discurso político no corpus: restrições situacionais e discursivas	48
3.2.1. Opinião no Portal Folha e o programa Café com a Presidenta	52

3.2.2. Configuração dos textos de Aécio Neves.....	53
3.2.3. Configuração dos textos de Dilma Rousseff.....	57
3.3. Marcas de transgressão e variantes dos gêneros artigo de opinião e entrevista.....	59
3.4. A identidade do sujeito político: a encenação argumentativa e a questão da legitimidade.....	60

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO DISCURSO PRÉVIO À CAMPANHA ELEITORAL DE AÉCIO NEVES E DE DILMA ROUSSEFF.....	66
4.1. A organização da lógica argumentativa no corpus: modos de raciocínio.....	66
4.1.1. A dedução.....	70
4.1.2. A explicação.....	71
4.1.3. A associação.....	72
4.1.4. A escolha alternativa.....	73
4.1.5. A concessão restritiva.....	74
4.2. A encenação argumentativa no corpus.....	75
4.2.1. Procedimentos semânticos.....	76
4.3. Papéis comunicacionais na encenação argumentativa: procedimentos discursivos e . modos de composição.....	78
4.3.1. Procedimentos discursivos.....	78
4.3.1.1. A definição.....	78
4.3.1.2. A comparação.....	79
4.3.1.3. A descrição narrativa.....	81
4.3.1.4. A citação.....	82
4.3.1.5. A acumulação.....	84
4.3.1.6. O questionamento.....	85
4.3.2. Procedimentos de composição.....	86

CAPÍTULO 5

O ETHOS NO DISCURSO POLÍTICO PRÉVIO À CAMPANHA ELEITORAL DE AÉCIO NEVES E DE DILMA ROUSSEFF.....	89
5.1. Os éthé de credibilidade.....	90
5.1.1. O ethos de “sério”.....	92
5.1.2. O ethos de “virtude”.....	93
5.1.3. O ethos de “competência”.....	95
5.2. Os éthé de identificação.....	97
5.2.1. O ethos de “potência”.....	98

5.2.2. O ethos de “caráter”	98
5.2.3. O ethos de “inteligência”	99
5.2.4. O ethos de “humanidade”	101
5.2.5. O ethos de “chefe”	102
5.2.6. O ethos de “solidariedade”	105
5.3. Procedimentos linguísticos de encenação do ethos.....	106
5.3.1. A enunciação “elocutiva”	108
5.3.2. A enunciação “alocutiva”	109
5.3.3. A enunciação “delocutiva”	110

CAPÍTULO 6

IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NO DISCURSO DE AÉCIO NEVES E DE DILMA ROUSSEFF.....	114
6.1. Os imaginários sociodiscursivos	114
6.1.1. Os imaginários sociodiscursivos no corpus	116
6.2. Os imaginários de verdade no discurso de Aécio Neves e Dilma Rousseff	119
6.2.1. O imaginário da “tradição”	120
6.2.2. O imaginário da “modernidade”	121
6.2.2.1. A modernidade contra o passado e o sonho.....	122
6.2.2.2. Modernidade e economismo	123
6.2.2.3. Modernidade e tecnologismo.....	125
6.2.3. O imaginário da “soberania popular”	127
6.2.3.1. O direito à identidade.....	127
6.2.3.2. O igualitarismo.....	128
6.2.3.3. A solidariedade	129

CONCLUSÃO	132
------------------------	------------

REFERÊNCIAS	136
--------------------------	------------

ANEXO.....	140
-------------------	------------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de semiotização do mundo	8
Figura 2 - Representação do ato de linguagem e os sujeitos	10
Figura 3 - Representação piramidal do funcionamento da comunicação linguageira	116

RESUMO

MACHADO, Beatriz dos Santos Clemente, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2015. **Análise comparativa da argumentação no discurso prévio à campanha eleitoral de Aécio Neves e Dilma Rousseff.** Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo.

Quando observamos os processos de elaboração do discurso político, podemos perceber uma sensação de que a criatividade e o desenvolvimento de projetos para o bem comum têm perdido sua legitimidade e credibilidade ao longo dos anos. A profusão de imagens no discurso político, nos dias atuais, tem buscado o retorno do ideal de político observado desde a antiguidade, mas se diferencia pelas relações entre o discurso e a produção de sentido numa perspectiva não tradicional em que os cidadãos estão cada vez mais se desinteressando pela atividade política e eleitoral. No contexto atual, o discurso político volta-se para a busca de uma troca social visando à demonstração da capacidade do político de dizer e fazer. Para isso, o político engaja-se num projeto de influência que é recíproca e notamos um grande trabalho para fazer reconhecer-se socialmente por meio de um ethos de honestidade e de credibilidade relacionado ao empreendedorismo, ao trabalho e ao sucesso. A complexidade que envolve o fenômeno político sempre despertou o interesse de estudiosos de diversas disciplinas e ainda é um campo aberto para investigações. Por isso, com o intuito de realizar um estudo comparativo da argumentação e da busca pelo ethos no discurso de Aécio Neves e de Dilma Rousseff, nos propomos nesta pesquisa compreender como a imagem de si mesmo se projeta no discurso político durante o processo de enunciação e permite a co-construção de uma identidade por meio do discurso. Para isso, nos baseamos na Teoria Semiolinguística de Charaudeau por meio dos Modos de Organização do Discurso e suas concepções sobre o discurso político. O discurso político hoje se reconfigura em seu entrecruzamento entre a instância midiática, política, econômica e social numa relação contratual de ação e influência. Buscamos, então, a partir de artigos de Aécio Neves no portal Folha e entrevistas de Dilma Rousseff concedidas ao programa Café com a Presidenta, disponíveis on-line, analisar a estruturação do processo de semiotização da linguagem, verificando as estratégias adotadas para a constituição do ethos argumentativo vinculado aos imaginários sociodiscursivos. Pretendemos, assim, elucidar algumas questões que envolvem o discurso político, como os espaços de estratégias e de restrições do contrato de comunicação e os papéis sociais dos participantes dessa forma particular de enunciação.

ABSTRACT

MACHADO, Beatriz dos Santos Clemente, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2015. **Comparative analysis of the argument in the previous discourse to the election campaign Aécio Neves and Dilma Rousseff.** Advisor: Monica Santos de Souza Melo.

When we look at the development of political discourse processes, we can perceive a sense of creativity and the development of projects for the common good have lost their legitimacy and credibility over the years. The profusion of images in political discourse today, has sought the return of the observed political ideal since antiquity, but differs by the relations between discourse and the production of meaning in a non-traditional perspective in which citizens are increasingly is unconcerned by the political and electoral activity. In the current context, the political discourse turns to the search for a social exchange in order to demonstrate the political capacity to say and do. For this, the political engages in a project that influence is reciprocal and noticed a great job to recognize themselves socially through an ethos of honesty and credibility related to entrepreneurship, work and success. The complexity involved in the political phenomenon always aroused the interest of scholars from various disciplines and is still an open field for research. Therefore, in order to carry out a comparative study of argumentation and the search for the ethos in Aécio Neves discourse and Dilma Rousseff, we propose in this research to understand how the picture itself is projected into the political discourse during the enunciation process and allows the co-construction of an identity through discourse. For this, we based on Semiolinguistics Theory by Charaudeau through the Modes of Discourse Organization and his views on the political discourse. The political discourse today is reconfigured in its interweaving of the media instance, political, economic and social in a contractual relationship of action and influence. Nicer then from Aécio Neves articles in the portal Folha and interviews Dilma Rousseff granted Café com a Presidenta program, available online. Analyze the structure of the semiotic process of language, checking the strategies adopted for the constitution of argumentative ethos linked to sociodiscursivos imaginary. We intend thereby elucidate some issues involving the political discourse, as the spaces strategies and communication contract restrictions and social roles of the participants in this particular form of enunciation.

INTRODUÇÃO

A necessidade de se investigar a argumentação no discurso eleitoral surgiu da experiência com estudantes de diferentes faixas etárias em escola pública e da constatação da necessidade de um trabalho mais eficaz sobre argumentação e teorias argumentativas, com vistas a ensinar e estimular o aluno a argumentar e defender seu ponto de vista no contexto de influência que a mídia, de um modo geral, exerce no comportamento das pessoas. Pensando em analisar a constituição do discurso político, esperamos contribuir para o trabalho em sala de aula na busca pela formação de cidadãos críticos e autônomos uma vez que o estudo a que nos propomos se relaciona com as atividades de leitura e compreensão de textos e na capacidade de análise do discurso a partir do contexto de produção, circulação e recepção.

No presente trabalho de pesquisa, procuramos contemplar, especificamente, o processo de produção e circulação dos textos analisados, buscando uma reflexão sobre essa complexa relação entre o que se diz, como se diz e para quem se diz. O discurso político exerce influência social como resultado de uma atividade discursiva, produzida na e pela interação e em função das identidades dos sujeitos. As “máscaras do poder”, como define Charaudeau (2006), devem ser consideradas como símbolos na encenação do discurso político e se constituem como um fato constitutivo do fazer político, que serve ao interesse coletivo. É perceptível um jogo de encenação em que se busca a construção de uma imagem ideal para o interlocutor com a finalidade de persuadi-lo por meio de uma prática social de legitimidade a partir de forças simbólicas, como mostra Charaudeau (2006).

Desse modo, a análise do discurso político assume relevância por se tratar de um lugar de diálogo com a instância cidadã, de possibilidade de conflitos, obtenção de direitos, etc. Buscamos, nesse sentido, desenvolver um estudo comparativo sobre a argumentação nos discursos prévios à campanha eleitoral de Aécio Neves e Dilma Rousseff por considerar que esses discursos são pertinentes para o estabelecimento de uma relação de influência social e da constituição da identidade social dos políticos. O corpus vincula-se ao primeiro semestre de 2014, momento em que vivemos um grande debate social a respeito de política e tem seu interesse acentuado pelo fato de se tratar de um ano eleitoral em que os políticos, embora em período pré-eleitoral, já se mostram em processo de campanha para o cargo de presidente da república.

Selecionamos os textos de Aécio Neves e Dilma Rousseff por, apesar de não terem sido encontrados gêneros similares, serem ambas publicações semanais, nas quais os políticos se apresentam como prováveis candidatos na disputa presidencial, o que confere ao material certa homogeneidade. Embora não pertençam ao mesmo gênero (artigo de opinião x entrevista) e sejam aparentemente muito diferentes, os dois materiais apresentam características em comum: são produzidos por dois “presidenciáveis” em situações aparentemente não eleitoreiras, mas que, indiretamente, são usadas para esse fim. Além disso, em ambos predomina uma estrutura argumentativa basicamente monológica (num sentido estrito do termo).

Buscamos, a partir do corpus, descrever as características dos discursos, tentando responder a algumas questões de pesquisa como: quais as restrições do contrato de comunicação dos discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff, considerando finalidade, identidade e dispositivo? Quais estratégias foram adotadas pelos políticos para a legitimação, credibilidade e captação do discurso? Para responder a tais questões, buscamos destacar o comportamento dos sujeitos no uso da linguagem em função das condições de produção e circulação, a fim de identificar pontos convergentes e divergentes.

Os planos de trabalho desta pesquisa, assim, procederam à análise das estratégias argumentativas e construção do ethos discursivo, a partir da transcrição dos textos; descrição do contexto sócio-histórico da produção discursiva; descrição dos gêneros analisados; descrição do contrato, envolvendo os elementos que compõem a situação de comunicação em função das condições de produção; descrição da organização discursiva; identificação das estratégias discursivas e dos ethé construídos; comparação e análise. Do senador Aécio Neves, tomamos como instrumento de pesquisa suas publicações de coluna de jornal no portal on-line da Folha de S. Paulo publicados semanalmente na seção “Opinião”. O político era, na ocasião, pré-candidato à presidência da república. Da presidenta Dilma Rousseff, também pré-candidata (nesse caso, à reeleição), selecionamos as entrevistas concedidas ao programa Café com a Presidenta, disponíveis on-line. O corpus se situa entre dezembro de 2013 e o primeiro trimestre de 2014.

Nosso trabalho se baseia nos pressupostos da Teoria Semiológica do Discurso na abordagem específica proposta por Charaudeau (2001; 2004; 2005; 2006; 2012a; 2012b) que diz respeito à dimensão transdisciplinar da problemática semiológica e de teorias argumentativas de Aristóteles; Perelman e Olbrechts-

Tyteca, dentre outros e tem como objetivo, portanto, analisar e comparar a organização argumentativa e construção do ethos no discurso político prévio à campanha eleitoral de Aécio Neves e Dilma Rousseff, destacando as características dos fatos de linguagem e relacionando-os aos fenômenos psicológicos e sociais pertinentes ao contrato de comunicação em questão. Nossa proposta vincula-se à linha de pesquisa “Estudos Discursivos”, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa, que reúne diferentes abordagens do discurso, dentre elas, o discurso político bem como a argumentação e a persuasão.

O presente trabalho está dividido em duas partes principais, uma concernente às teorias que deram suporte à pesquisa (Capítulos 1 e 2) e outra referente à categorização dos gêneros discursivos do corpus e análise (Capítulo 3, 4, 5 e 6), além da conclusão.

Passamos, no próximo capítulo, a delimitar os pressupostos teóricos que nortearam a análise dos dados.

1. A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA E TEORIAS ARGUMENTATIVAS

É a linguagem que permite ao homem pensar e agir. Pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem.

Patrick Charaudeau (2012a, p.7)

Neste capítulo, trazemos alguns pressupostos da Teoria Semioliolinguística do Discurso, desenvolvida por Charaudeau, com a finalidade de expor alguns aspectos que nortearam o presente estudo, como a questão da encenação do discurso envolvendo os sujeitos da linguagem num fenômeno psicológico e social e numa relação contratual. Expomos também, nesta seção, algumas teorias argumentativas que serviram de base para o pensamento atual da Análise do Discurso e da Argumentação na Semioliolinguística. Refletimos sobre a teoria da retórica de Aristóteles na Antiguidade Clássica e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), além de outras teorias de argumentação, chegando às categorias de Charaudeau sobre o Modo de Organização Argumentativo.

Para isso, por meio de uma abordagem histórica, primeiramente, no primeiro tópico, tratamos da perspectiva da Análise do Discurso e de seus questionamentos e da Teoria Semioliolinguística ao longo dos anos, destacando a dimensão psicossocial da comunicação humana. Em seguida, no segundo tópico, abordamos a questão da encenação discursiva em que o sujeito é destacado e considerado como um lugar de produção da significação languageira, como ser pensante que tanto influencia o interlocutor como é influenciado por ele. No terceiro tópico, tratamos dos Modos de Organização do Discurso como procedimentos linguístico-discursivos na utilização da língua em função das finalidades discursivas. Por fim, no quarto tópico, trazemos uma visão geral sobre as teorias argumentativas a partir da teoria retórica de Aristóteles e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e a visão de Charaudeau sobre a argumentação e o Modo de Organização Argumentativo.

1.1. A Teoria Semioliolinguística do Discurso

A Análise do Discurso Francesa (ADF) fundada na França, a partir das reflexões do filósofo Michel Pêcheux¹ em conjunto com outros pesquisadores se baseia em estudos das configurações verbais por meio de suas condições sociais de produção, levando-se em conta a significação e o modo de produção dos discursos. O objetivo principal da ADF era investigar a ideologia presente nos discursos políticos da França e o poder da palavra como influência manipuladora, de acordo com Machado (2007).

A partir dos anos 1960, a Análise do Discurso (AD) vem buscando uma reflexão sobre o discurso e vários estudiosos fizeram emergir novos estudos linguísticos, dentre os quais, Roman Jakobson², Mikhail Bakhtin³, Emile Benveniste⁴. Nesse período, questiona-se um estudo da linguagem baseado no estruturalismo saussuriano, adotando-se uma orientação que vê o sujeito da linguagem como assujeitado pelas condições de produção. Pêcheux (2011), nesse sentido, construiu sua teoria a partir da noção de que os discursos são governados por formações ideológicas representadas pelas formações discursivas, fazendo uma releitura dos conceitos de Saussure⁵ e abandonando a ideia de homogeneidade da língua e adotando o discurso como objeto de estudo.

Em período subsequente, passa-se a tratar a questão da enunciação, principalmente com os estudos de Benveniste (2006). A partir daí, passou-se a analisar como o sujeito se apropria da língua, considerada em sua intersubjetividade em relação ao outro. A enunciação aparece como o uso da língua em funcionamento de maneira individual por parte do sujeito, em função de regras de formação. A visão era centrada no sujeito, pois, segundo Benveniste (2006) é ele que deixa marcas no enunciado e isso ocorre de maneira subjetiva sem considerar o social. A enunciação faz surgir, assim, as relações dêiticas em relação ao momento da fala.

Surgem, então, vários questionamentos a respeito do sujeito do discurso e sobre a própria AD que tiveram continuidade ao longo dos anos e deram origem a muitos desdobramentos e novas perspectivas de análise do discurso. Desse modo, a Análise do Discurso hoje, de um modo geral, engloba várias correntes de análises entrecruzadas, como assinala Machado (2001). Atualmente, podemos observar o surgimento de outras

¹ Cf. PÊCHEUX, M. Análise do Discurso. São Paulo: Pontes, 2011.

² Cf. JAKOBSON, R. Questions de poétique. Paris Éditions du Seuil, 1973.

³ Cf. BAKHTIN. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1995; A estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁴ Cf. BENVENISTE. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 2006.

⁵ Ferdinand Saussure insatisfeito com os estudos da gramática histórica propôs o estudo sincrônico da língua, a partir do estruturalismo e da noção da língua como um bem social, objeto uniforme e homogêneo. Com base em suas reflexões, surgiram questionamentos quanto à sua desconsideração do indivíduo psíquico e social. Cf.: SAUSSURE, F.. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1996.

propostas de Análise do Discurso entrecruzando teorias francesas, suíças e anglo-americanas, como mostra Machado (2001).

Na tentativa de se chegar a respostas às principais questões levantadas, novos conceitos foram surgindo e, nos últimos anos, a AD vem contribuindo bastante para os estudos no sentido de uma nova concepção do discurso em que só é possível a ideia de sujeito como histórico, social e cultural. Ele é considerado como um ser individual e coletivo, numa posição sociológica. Tais reflexões propiciaram o surgimento da Teoria Semi linguística, criada por Patrick Charaudeau, em 1977, por meio de sua tese *Les Conditions linguistiques d'une analyse du discours* na Universidade de Paris IV, em Paris.

A tese de Charaudeau procurava refletir sobre “as condições linguísticas de uma análise do discurso”, como o próprio título informa (MACHADO, 2008, p. 175). A Teoria Semi linguística foi divulgada, a partir de 1983, por meio do livro *Languages et Discours*, de Charaudeau defendendo a tese de que a linguagem passa a ser vista como “veículo social de comunicação” (MACHADO, 2007, p. 115).

Segundo Machado (2001, p. 115), trata-se de uma análise discursiva em que se criam “hipóteses sobre a existência de representações sociodiscursivas dominantes em uma dada sociedade e nesse ou naquele grupo social desta sociedade”. A Semi linguística, assim, ao considerar o sujeito como um ser histórico, social e comunicante, capaz de ser ativo e assumir diferentes papéis na sociedade, traz uma nova perspectiva para a AD, tendo em vista que o enunciado deve ser analisado como um conjunto que envolve representações sociais perpassadas em diferentes suportes, situações de comunicação e gêneros distintos.

Para Machado:

Trata-se de uma teoria que não despreza aquisições resultantes de pesquisa em etnometodologia, em antropologia, em sociologia, nem tampouco as aquisições da pragmática e do dialogismo bakhtiniano. Enfim, é justamente por tais razões, ou seja, por sua construção que reúne ideias criativas a outras “pinçagens” teóricas, é por esse seu lado “antropofágico”, que a consideramos, entre outras coisas, como uma metodologia bastante funcional (MACHADO, 2001, p. 43-44).

A Teoria Semi linguística do Discurso considera, desse modo, dentro da Análise do Discurso, a linguagem como veículo social da comunicação, abarcando o sujeito em sua história, ideologias, rituais, normas e crenças. O termo semi linguística deriva, como o próprio Charaudeau (2005, p. 11) explica, de semio- que vem de “*semioses*”,

numa construção do sentido e configuração por meio da relação linguística de forma-sentido.

Charaudeau (2012a) desenvolve o conceito de que o ato de linguagem não pode ser analisado apenas por sua configuração verbal, mas, acima de tudo, deve ser considerado como parte de um jogo em que o sujeito falante encena sua participação de modo a produzir determinados sentidos. A partir desse pressuposto, propõe que se analise a linguagem verbal em sua complexidade, envolvendo outros fenômenos psicológicos e sociais.

A análise semiolinguística, dessa maneira, procura problematizar essa relação, por meio da compreensão das circunstâncias de produção e os atos de linguagem para a interpretação dos sentidos dos enunciados, conforme explica Melo (2007). Assim, ao analisar o discurso, precisamos considerar “o que” fala a linguagem, como representação do mundo, a partir do “como” se fala, considerando as situações de comunicação em que os discursos se constituem, bem como as restrições e as estratégias discursivas influenciadas pelo contrato de comunicação entre os interlocutores.

Nessa perspectiva, a linguagem, de acordo com Charaudeau (2005, p. 11), se constitui em várias dimensões, sendo que a semiolinguística, segundo o autor, é capaz de esclarecer “a construção do sentido e sua configuração” por intermédio da “relação forma-sentido”, tendo em vista um sujeito intencional, influenciado pelo social. Os contratos, os saberes partilhados, o lado sociocultural dos sujeitos comunicantes implicam uma ênfase ao externo; ao mesmo tempo em que, na análise do discurso, se leva em conta também o espaço interno do projeto de fala do sujeito enunciator por suas maneiras de dizer. Melo (2007, p. 108) descreve que o sujeito “é encarado como ser falante psicossocial, que assimila e reproduz crenças e valores do grupo no qual se insere, mas que preserva também sua individualidade, resultando de uma espécie de amálgama entre o coletivo e individual, que garante que todo ato de linguagem seja único”.

O sentido do discurso se dá pela interação com o outro, ou seja, na relação com as muitas vozes discursivas, como argumenta Bakhtin (1995; 2000). A língua, assim, é vista em seu sentido comunicativo e social, em função das circunstâncias de uso, exigindo-se uma competência comunicativa, competência situacional, competência pragmática, competência dialógica, competência de produção/interpretação que ultrapassa o simples conhecimento de palavras e regras de combinação, sendo necessário um saber mais global (CHARAUDEAU, 1999).

A esse respeito, Melo (2007, p. 106), baseada em Charaudeau, expõe que “o discurso seria responsável por um processo de semiotização do mundo” em que os sujeitos se inter-relacionam de acordo com as suas especificidades em determinado contexto. Charaudeau (2005, p. 12) apresenta o quadro “Processo de semiotização do mundo”, reproduzido abaixo:

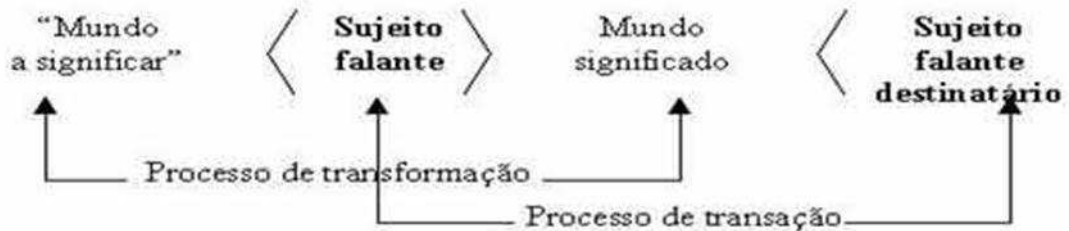


Figura 1 - Processo de semiotização do mundo. Fonte: Charaudeau, 2005

Nesse esquema, podemos observar que no processo de construção do sentido pode haver um duplo processo de semiotização: o processo de transformação e o processo de transação. No primeiro, o sujeito age sobre um “mundo a significar” e o transforma em um “mundo significado” pelas operações de identificação, qualificação, ação e causação que podem ocorrer de forma consciente ou inconsciente. Já no processo de transação há um processo de reconhecimento por meio de uma relação contratual, o qual depende da intercompreensão entre os parceiros da linguagem.

O relacionamento do mundo significado depende dos papéis desempenhados pelos sujeitos envolvidos num contexto, de acordo com os princípios de alteridade, pertinência, influência e regulação, de forma solidária entre eles (CHARAUDEAU, 2005). O seu discurso, assim, é caracterizado pela heterogeneidade e é atravessado por diferentes vozes sociais. Sua identidade não é fixa; está, ao contrário, em constante reconstrução no discurso. Quando fala, como explicita Melo (2007), numa relação contratual, o sujeito se apropria da atividade de interpretação em que atribui sentido às suas próprias palavras como também constrói a significação das palavras do outro.

A Semiologia, dessa maneira, tem como princípios fundamentais a noção do texto em seu contexto, partindo de questões como qual o significado e o sentido da informação e as formas linguísticas analisadas em seu funcionamento para construir formas de comunicação e representação do mundo. Assim, a análise semiológica do texto e do discurso, a que nos propomos no presente trabalho, envolve uma manipulação e reconhecimento de formas dos signos, suas regras de combinações e seu sentido, a

partir do ato de comunicação de acordo com o quadro das circunstâncias de produção e das exigências da organização do discurso.

O caráter transdisciplinar da Análise do Discurso permite uma análise que leve em conta várias áreas de conhecimento, como a Psicologia, Filosofia, História, Sociologia, dentre outras. Tal análise deixa de ser estrutural, partindo do sujeito histórico, do inconsciente e do social que faz parte de estudos que buscam uma teoria linguística com metodologias diferentes de análise, seguindo bases teóricas de Saussure, Pêcheux, Foucault, Karl Max, Althusser, Lacan e muitos outros. Recontextualizadas e reformuladas, dão fundamentação para os recentes estudos de Charaudeau (2012a) representando uma transformação na forma de se analisar os efeitos de sentido possíveis no discurso. O ato de comunicação, assim, segundo Charaudeau (2012a), ocorre entre um Sujeito comunicante (EUC) e um Sujeito interpretante (EUI) em que os sentidos são indissociáveis e correspondem a uma simbolização referencial por parte do explícito e do seu reconhecimento, além de sua dependência de circunstâncias de discurso em função dos sentidos múltiplos do implícito.

1.1.1. A encenação no ato de linguagem

A base da Semiologia é a ação comunicativa e entendendo que toda ação comunicativa envolve uma situação de comunicação entre parceiros determinados por uma identidade (psicológica ou social), percebemos que essa ação está ligada a um contrato de comunicação. Para a efetivação do contrato comunicacional de maneira satisfatória, é necessário que os sujeitos parceiros se predisponham a aceitar essa relação contratual numa encenação argumentativa. De acordo com Charaudeau (2012a), comunicar é proceder a uma *mise en scène*, ou seja, todos os nossos atos de linguagem se fazem numa encenação, a partir de dados de nossas condições de seres históricos e sociais, em determinadas situações, em determinado espaço e tempo.

Por isso, de acordo com Charaudeau (2012a), o processo de comunicação decorre de uma dupla intencionalidade em que o sentido implícito se relaciona com o sentido explícito na construção da significação. As Circunstâncias do Discurso aparecem definidas por Charaudeau (2012a) como uma relação em que o Sujeito comunicante e o Sujeito interpretante mantêm um propósito linguageiro. Essas Circunstâncias do Discurso, para Charaudeau (2012a, p. 32), é “um conjunto de saberes

supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem” em relação aos saberes do mundo (práticas sociais partilhadas) e saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos dos protagonistas do ato de linguagem (os filtros construtores do sentido).

Tal processo de semiotização se realiza em dois espaços diferentes. O primeiro, um “circuito externo” (a situação, o espaço de interação) entre o Sujeito comunicante (EUc) e o Sujeito interpretante (TUi) que interagem num jogo de expectativas, envolvendo estratégias de produção e interpretação. O segundo, um “circuito interno” (encenação, instância discursiva) pelo Sujeito enunciativo (EUe) e o Sujeito destinatário (EUd), protagonistas como seres de fala, responsáveis pela enunciação (CHARAUDEAU, 2012a). A partir dessa abordagem, podemos afirmar que a significação do ato de linguagem depende do ponto de vista dos sujeitos envolvidos num processo assimétrico de produção e interpretação. Charaudeau (2012a, p. 52) representa esse Ato de Linguagem e os Sujeitos por meio do quadro reproduzido abaixo.

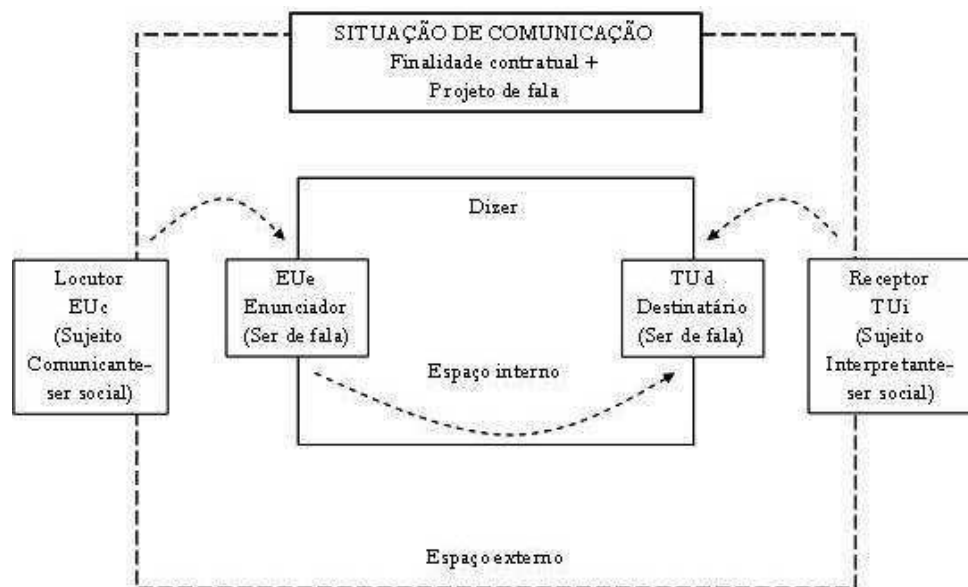


Figura 2 - Representação do ato de linguagem e os sujeitos. Fonte: Charaudeau, 2012a.

Dessa forma, todo ato de linguagem está vinculado ao conhecimento prévio sobre o mundo e sobre os comportamentos do homem na sociedade. O sentido discursivo é caracterizado em sua opacidade face ao mundo em função de um processo de enunciação e de sujeitos que se definem em relações múltiplas e complexas de intersubjetividade, como explica Charaudeau (1999). No ato de comunicação há uma cooperação entre os parceiros e se estabelece uma relação contratual no processo de

“dizer” e “fazer” relacionados à finalidade e aos papéis que os sujeitos desempenham na linguagem.

Nessa relação, tanto o EUc (Sujeito comunicante) como o TUi (Sujeito interpretante) participam do processo de interpretação, sendo que, para a efetivação do discurso, algumas restrições fazem parte em função das circunstâncias de sua produção e interpretação, como condições para a comunicação. A noção de contrato de discurso (CHARAUDEAU, 2012a) pressupõe um acordo entre os indivíduos de um mesmo grupo a fim de se fazer uma proposição sobre o EU e o TU numa relação de reciprocidade. Enquanto que a noção de estratégia está relacionada ao modo como o Sujeito comunicante (EUc) idealiza, organiza e encena suas intenções na busca de “determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi)” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 56). Esse processo pode se realizar de modo consciente ou não.

Nessa relação contratual, alguns componentes são responsáveis pelo jogo que envolve a situação linguageira. Segundo Charaudeau (2001), esses componentes são de três tipos:

- Comunicacional, concebido como o quadro físico da situação interacional: os parceiros estão presentes? Eles se veem? São únicos ou múltiplos? Que canal – oral ou gráfico – é por eles utilizado? Etc.
- Psicossocial, concebido em termos dos estatutos que os parceiros são suscetíveis de reconhecer um no outro: idade, sexo, categoria sócio-profissional, profissão hierárquica, relação de parentesco, fazer parte de uma instituição de caráter público ou privado, etc.
- intencional, concebido como um conhecimento a priori que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si mesmo) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados (intertextualidade). O componente intencional se apoia sobre duas questões que constituem os princípios de base de sua realização: O que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação? De que maneira isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação?

(CHARAUDEAU, 2001, p. 31, grifos do autor).

Assim, a encenação argumentativa revela uma característica do ato de linguagem que é o de estar em constante exercício de busca de acordo e ajuste no discurso. Melo (2007, p. 109) assinala que esse contrato compreende “uma obrigação convencional de cooperação, que liga os parceiros numa finalidade de dizer e que atribui a eles determinados papéis linguageiros”. Em consequência dessa relação contratual,

estratégias discursivas são utilizadas através de escolhas linguísticas para se alcançar a finalidade de identificar o destinatário e, de alguma forma, influenciá-lo.

Desse modo, a Semiologia, valorizando as diversidades dos sujeitos e abrangendo a interdiscursividade, consegue construir uma tipologia capaz de explicitar as restrições do contrato de comunicação, os espaços de estratégias para identificar as características do gênero, suas variantes e as estratégias particulares. Charaudeau (1996, p. 40) ⁶ apud Machado (2001, p. 59) explica que:

Para evitar que uma linguística seja, de certo ponto de vista, ingênua, é necessário que sua teoria e seus instrumentos de análise sejam centralizados sobre a descoberta dos jogos de significação psicossocial dos atos de linguagem que se trocam numa comunidade sociocultural. É na carga semântica dos vocábulos, por meio dos modos de organização discursiva que os integram, e, numa situação de intercâmbio, que se podem levantar as marcas desses jogos.

Em resumo, a Semiologia possibilita determinar as marcas de identidade dos sujeitos e das diferentes vozes (polifonia) que se apresentam nos discursos, os universos de referência e de crenças, a partir das representações sociais, além das maneiras de dizer e fazer, de acordo com a situação de comunicação. Passamos agora a refletir sobre os Modos de organização do discurso na perspectiva da Semiologia.

1.1.2. Os Modos de Organização do Discurso

No tópico anterior, vimos que o ato de comunicação envolve um sujeito falante e seu parceiro numa relação contratual em que a encenação do discurso permite um acordo entre os envolvidos de modo consciente ou não. Considerando a relação contratual entre os parceiros do discurso, Charaudeau (2012a) desenvolve a noção de que para a efetivação do ato de comunicação são necessários três componentes: a **Situação de comunicação**, no que diz respeito à constituição do quadro físico e mental dos parceiros do discurso; os **Modos de organização do discurso**, que compõem os princípios de organização do conteúdo linguístico, dependendo da finalidade do sujeito falante: ENUNCIAR, DESCREVER, CONTAR, ARGUMENTAR; a **Língua** como materialização verbal da forma e sentido; e, o **Texto** como resultado material do ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2012a, p. 68).

⁶ Cf. CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (org.). O Discurso da Mídia. RJ: Of. do Autor, 1996.

Abordamos especificamente os Modos de organização do Discurso por constituírem os procedimentos linguístico-discursivos na utilização da língua em função das finalidades discursivas, que adotamos neste trabalho. Na complexidade do comunicar, os Modos de organização do discurso possuem, segundo Charaudeau (2012a), diversos componentes e modalidades que combinados permitem à compreensão dos diferentes tipos de discurso. Assim, o autor (2012a) descreve quatro Modos de Organização do Discurso: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Cada um desses modos com funções e princípios de organização próprios. Não pretendemos, aqui, detalhar cada um dos Modos de Organização do Discurso, mas trazer algumas noções básicas para uma maior compreensão dos componentes da organização do discurso na visão da Semiologia com ênfase no Modo de Organização Argumentativo.

O Modo Enunciativo é uma categoria de discurso que se refere à encenação do ato de comunicação pelos protagonistas, seres de fala, internos ao ato de linguagem. Por isso, tem uma função particular, segundo Charaudeau (2012a). Esse modo tem a função de organizar as categorias da língua, de forma que o sujeito falante tome uma posição, seja de superioridade, seja de inferioridade no ato de comunicação em relação ao seu destinatário, contribuindo para os outros Modos de Organização do Discurso. Dessa maneira, o sujeito falante age sobre o sujeito destinatário numa relação de influência.

O Modo Descritivo corresponde a uma organização que consiste em três componentes, autônomos e indissociáveis: nomear, localizar e atribuir qualidades aos seres do mundo (CHARAUDEAU, 2012a). Os procedimentos discursivos na encenação descritiva são vistos por seus diferentes efeitos de Identificação, Construção Objetiva do mundo e Subjetiva do mundo, a partir dos efeitos de saber, de realidade e ficção, de confiança e de gênero.

Já o Modo Narrativo consiste em construir uma sucessão de ações de uma história no tempo, em função do princípio de coerência, intencionalidade, encadeamento e localização. Os procedimentos discursivos da encenação narrativa correspondem às maneiras de implicar o destinatário nos modos de intervenção do narrador e em seus pontos de vista. Segundo Charaudeau (2012a), narrar envolve contar e não somente descrever uma sequência de ações, fatos ou acontecimentos de modo que seja uma atividade linguageira que apresenta tensões e contradições.

Por fim, o Modo Argumentativo, ao contrário do Narrativo e do Descritivo, vincula-se a um saber que envolve a experiência humana, por meio de certas operações

de pensamento (CHARAUDEAU, 2012a). Consiste, assim, em saber expor e provar de forma racional, buscando influenciar o destinatário. Para isso, os procedimentos da encenação argumentativa são abordados nos tipos de posição do sujeito que argumenta e no tipo de valores dos argumentos, envolvendo uma proposta, uma proposição e a persuasão. Esse Modo será abordado adiante de forma mais específica, por ser nosso objeto de estudo.

1.2. Argumentação e Teorias Argumentativas

Desde a Antiguidade, através dos estudos principalmente da lógica, ética e da Retórica de Aristóteles, busca-se compreender a argumentação, a partir de sua relação de persuasão e convencimento a fim de promover uma ação. Esse princípio da argumentação se vincula à oratória, compreendida como uma prática metódica a ser ensinada de uso da eloquência. Mais tarde, os estudos de Perelman, baseados em Aristóteles deram origem à Nova Retórica em que se buscou a reflexão sobre o poder da palavra na sua dimensão de troca social, incluindo a dialética e rompendo com a visão de exposição fora da inter-relação social. Mais recentemente, Charaudeau também se dedica ao estudo da argumentação considerando-a como uma atividade discursiva envolvendo sujeitos psicossociais.

A argumentação sempre foi objeto de estudo e, segundo Charaudeau (2012a), os gregos já tinham consciência sobre a influência recíproca entre os interlocutores e de que o ser humano além da razão também era dotado de paixões. Os sofistas pregavam que a argumentação apresentava-se como o próprio fundamento da linguagem, como assinala Menezes (2001). Para a antiga retórica, dominar as técnicas argumentativas seria uma condição necessária da ação política, contribuindo para a democracia.

A argumentação, desse modo, envolvia a razão ou lógica, a retórica e a dialética. Aristóteles (2005) realizou um trabalho expressivo ao aprofundar seus estudos nos meios e procedimentos mais eficazes para persuadir e construir um discurso mais voltado para a realidade, além da prova demonstrativa dos sofistas. Para Aristóteles, a argumentação não existe fora de um processo de comunicação, em que o locutor leva em conta o destinatário numa atividade verbal. Sua abordagem central, no entanto, era baseada na razão.

Segundo Aristóteles (2010), argumentar envolve direcionar para a tomada de decisões, incitar a realização de ações e modificar representações do mundo, num processo discursivo de influência. O filósofo desenvolveu um conceito de retórica que transcendeu os estudos sofísticos a partir de critérios de prova, mas compartilhava a definição da retórica como a arte do verossímil, aquilo em que se crê. Seus estudos contribuíram significativamente para o pensamento moderno ao estabelecer a relação entre orador e o auditório como essencial e ao desenvolver uma teoria de gêneros, baseada nos lugares-comuns (topói), relacionados aos valores partilhados socialmente em um dado momento.

Aristóteles define três categorias de provas de persuasão possíveis por meio do discurso, demonstrando que “umas residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). A primeira prova seria responsável pela impressão que o orador deixa ao se apresentar digno de fé por meio da confiança, resultado do discurso e não da opinião. A segunda prova volta-se para os ouvintes e em suas emoções causadas pelo discurso. Já a terceira prova consiste na construção do próprio raciocínio. Dessa forma, essas provas de persuasão consistem na tríade: logos, pathos e ethos⁷, elementos chave de sua teoria.

O Logos consiste no raciocínio lógico ou quase lógico, representando o discurso organizado de acordo com a situação. O Pathos é ligado a emoções e valores positivos e negativos da sociedade, simbolizando as paixões que o orador deve considerar em seu auditório. Por fim, o Ethos incorpora ao orador a construção de uma imagem para si, na busca de uma credibilidade em função de seu caráter, de sua virtude e da confiança de seu auditório. Dessa maneira, a retórica se consolidou como uma arte do bem falar de modo a persuadir e convencer o interlocutor de que uma dada opinião é preferível à de seus adversários.

Mais voltado para a técnica da argumentação no campo da lógica e da matemática, esse pensamento prevaleceu até o final do século XIX quando a Retórica sofreu críticas severas como disciplina não científica e foi excluída do currículo de algumas universidades. Diante da influência do pensamento racional cartesiano, a retórica passou a ser vista apenas como a arte do bem dizer, em oposição à dialética, que seria a arte de bem raciocinar e, portanto, mais adequada à argumentação.

⁷ Cf.: ARISTÓTELES. Retórica. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

A Nova Retórica surge com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) ao trazer uma nova teoria da argumentação, segundo a qual, há uma releitura dos conceitos da antiga retórica da argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca compreendem o discurso como argumentação e deixam clara a sua posição contrária ao discurso reduzido ao cálculo da demonstração. Além disso, acrescentam a noção de justiça como base da argumentação por meio de uma tradição moral e ética (SOUZA, 2001).

1.2.1. A Nova Retórica

A obra *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, publicada originalmente em 1958 em coautoria com Lucie Olbrechts-Tyteca, marcou os novos estudos retóricos. Perelman resgatou alguns conceitos da retórica clássica no estudo da argumentação e retomou a noção de “acordo discursivo”, de Aristóteles. O princípio da Nova Retórica é de que a argumentação é um fenômeno da linguagem associado à participação social e política em aspectos de interesse público. O seu conceito de argumentação é produzido por meio da oposição entre demonstração e argumentação.

A demonstração como uma atividade do raciocínio, reduzida a um cálculo com uma única conclusão e a argumentação como a apresentação de argumentos ou razões favoráveis ou contrárias a uma tese. A argumentação para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) não se assemelha a uma certeza, mas fundamentalmente à comunicação, diálogo e discussões. Uma das noções fundamentais de Perelman e Olbrechts-Tyteca é o de que, para atingir a persuasão, o orador precisa ter mente as teses admitidas por seu auditório.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 6), a argumentação visa à adesão dos espíritos ao qual se dirige, ou seja, em função de um auditório. O auditório e o orador, nesse sentido, são elementos em profunda e constante ligação, sendo que o auditório determina o modo de proceder do orador, enquanto que o orador deve se adaptar às características do auditório, de modo a alcançar seus objetivos. Segundo Perelman (1987, p. 237), é fundamental “conhecer o conjunto das crenças, das aspirações e das regras sobre o qual existe um acordo e em relação ao qual todo o recém-chegado tem de ser iniciado”. Para o filósofo, a argumentação é pessoal e exige um contrato entre os sujeitos.

Ao distinguir persuadir e convencer, com vistas ao auditório ao qual se pretende argumentar, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) consideram a argumentação

persuasiva como aquela capaz de atingir um auditório em particular, com um apelo à emoção e às paixões do auditório, ao passo que uma argumentação convincente é a que tem validade para todo ser racional, universal, sendo um apelo à razão. Sendo assim, a qualidade do auditório, como um conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar, determina a qualidade da argumentação.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a seleção de dados e a presença de argumentos devem buscar atingir a sensibilidade do auditório. Os autores afirmam que a linguagem não é somente meio de comunicação, mas também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão. Desse modo, segundo Perelman (1987),

Já que somente as palavras não podem garantir uma compreensão, sem falhas, da mensagem, é preciso procurar fora da palavra, na frase, no contexto, verbal ou não, naquilo que se sabe do orador e do seu auditório, suplementos da informação, permitindo reduzir o mal-entendido, compreender a mensagem de uma maneira adequada à vontade daquele que a emite (PERELMAN, 1987, p. 245).

As técnicas argumentativas, nesse sentido, aparecem como recursos de intensificação da adesão do auditório, de modo que a argumentação se torne eficaz e atinja os resultados esperados. Segundo Perelman (1987), as técnicas argumentativas possuem dois aspectos: o estabelecimento de uma solidariedade entre teses com argumentos de ligação; e outro, visando ao rompimento dessa solidariedade com uma ruptura das ligações pelos argumentos de dissociação. Podemos perceber, assim, que na elaboração da argumentação o orador pode partir, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), de argumentos quase lógicos, argumentos fundados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real.

Os argumentos quase lógicos são definidos pelos autores da seguinte forma:

O que caracteriza a argumentação quase-lógica é [...] seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal. É sobre esse último aspecto que versará eventualmente a controvérsia. Quando se tratar de justificar determinada redução, que não tiver parecido convincente pela simples apresentação dos elementos do discurso, recorrer-se-á o mais das vezes a outras formas de argumentação que não os argumentos quase-lógicos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 220).

Nesse sentido, os argumentos quase lógicos se definem como uma técnica na qual o raciocínio formal ou matemático deve ser reduzido a esquemas formais específicos que se relacionam à estrutura lógica ou à relação matemática. Assim, os

argumentos quase lógicos possuem determinada força de convicção, mas são desprovidos de qualquer valor conclusivo. É pela relação de associação e contiguidade que buscam o convencimento do auditório e, dessa maneira, a validade decorre do conteúdo do argumento e não da sua forma.

Já os argumentos fundados na estrutura do real, surgem da ligação que pode ser feita entre o real e os juízos admitidos (ou que se busca admitir), como ocorre na relação de causa e efeito. Dessa maneira, os argumentos baseados na estrutura do real podem ser classificados de acordo com a realidade que lhes é afeta. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que o que é importa, nesse caso, não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes, podendo ser tratadas como fatos, verdades ou presunções. Dentre os argumentos fundados no real, podemos destacar o argumento pragmático voltado para a relação entre o acontecimento (causa) e as consequências (efeitos) do mesmo.

A respeito dos argumentos que fundam a estrutura do real, a sua estrutura está baseada em princípios universais, que se supõem estruturarem a realidade. As conclusões decorrem destes princípios, impondo-se aparentemente como necessárias. A argumentação, assim, pode se dar pelo exemplo, que permite a passagem a uma generalização, ponto básico desse tipo de argumento (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). O modelo constitui-se como algo a seguir ou, inversamente, a evitar.

Assim, na visão da Nova Retórica, o orador com um material indeterminado deve ter uma racionalidade e uma adaptação aos efeitos pretendidos. Os argumentos, se não puderem ser medidos por elementos calculáveis, deverão ser avaliados em função da justiça. Perelman (1987, p. 257) faz referência também ao ethos oratório. Na busca de uma encenação discursiva, o ethos contribui para a construção da “impressão que o orador dá de si mesmo pelos seus propósitos e também a tentação de desqualificar o adversário mediante argumentos ad personam que atacam a sua honorabilidade e a sua credibilidade”. Resumindo, partindo do pressuposto de que a linguagem é concebida como “instrumento e ação sobre o outro”, a Nova Retórica trouxe para os estudos da argumentação a noção de que a argumentação é uma ação que busca modificar um estado preexistente das coisas, procurando persuadir o ouvinte e levá-lo a realizar uma ação imediata ou futura.

1.2.2. Outras teorias argumentativas

Importantes teóricos trouxeram contribuições significativas para os estudos da argumentação e para a Análise do Discurso como um todo. Dentre esses estudiosos, destacamos Ducrot ⁸ (2008) por introduzir ele próprio o conceito de argumentação no âmbito das ciências humanas e propor, de acordo com Charaudeau (2012a), a distinção entre o raciocínio linguístico e o estudo da argumentação. Ducrot (2008) voltou-se para o estudo sobre os sentidos dos enunciados em função da intenção linguística do enunciador e trouxe a noção da argumentação na língua.

A argumentação para Ducrot (2008) está intrínseca à língua e não no mundo real, problemático, embora possa extrapolá-la algumas vezes. O autor (2008), vinculado ao estruturalismo, defende que a argumentação envolve alguns pressupostos implícitos, embora considere que a situação do discurso não é exterior ao enunciado e ao discurso. Em princípio, houve certa rejeição à sua teoria por parte de outros teóricos, como observa Menezes (2001), por seus conceitos demonstrarem uma fragilidade diante dos estudos anteriores que privilegiavam a lógica ou a retórica e pela sua atenção aos estudos dos conectivos na forma dos operadores argumentativos. Além disso, por dar ênfase à frase na compreensão da argumentação. No entanto, o próprio Ducrot (2008) justifica sua teoria afirmando que:

O problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação. O que não impede que sintamos uma diferença profunda nas argumentações que, a partir de pouco e de um pouco, levam à mesma conclusão (DUCROT, 2008, p. 21).

Dessa maneira, o autor (2008) traz a noção da argumentação como forma gradual de argumentos orientados para uma mesma conclusão. De acordo com Ducrot (2008), o valor argumentativo de um enunciado é mais importante que o seu valor informativo. Segundo esse modelo, ao produzir um enunciado, o indivíduo já pode pressupor o que ele vai dizer em seguida.

⁸ Ao nos referir a Ducrot (2008), consideramos a contribuição de Anscombe para a constituição de sua teoria.

Ducrot desenvolveu a Teoria da Argumentação da Língua ou Teoria dos Topoi⁹, retomando a noção de Aristóteles a respeito de Topos, propondo que, num ato enunciativo, o locutor permite ao interlocutor certas referências sobre a trajetória que ele escolheu. O interlocutor, por sua vez, ao interpretar, busca refazer essa trajetória a partir das instruções coletadas no enunciado (SOUZA, 2001).

Amossy (2011), nesse aspecto, considera a questão das tópicas como essencial na Análise do Discurso em conjunto com a retórica e as teorias argumentativas. Segundo a autora (2011), os topoi retóricos, os topoi pragmáticos e os lugares-comuns se apresentam como princípios essenciais da interação argumentativa e da persuasão, pois “fundamentam o logos sobre os modos de pensar e de ver da comunidade; articulam-se no pathos, nos modos comuns de sentir que permitem tocar, ao mesmo tempo, a emoção e a razão” (AMOSSY, 2011, p. 131).

Outro importante teórico da argumentação é Grize¹⁰ com seus estudos sobre os processos cognitivos da argumentação. Grize em sua oposição entre argumentação e demonstração, diferentemente de Ducrot, tem como foco os processos cognitivos que levam à ação de persuasão. Para o Grize apud Melo (2009, p. 152),

Argumentar é procurar, através do discurso, levar um ouvinte ou um auditório a certa ação. Conseqüentemente, uma argumentação é sempre construída para alguém, ao contrário de uma demonstração, que é para qualquer um. Trata-se, portanto, de um processo dialógico, pelo menos virtualmente.

O novo paradigma moderno da argumentação, desse modo, faz da linguagem o objeto singular das Ciências Humanas e Charaudeau (2012a) ao propor o Modo de Organização Argumentativo traz um modelo da argumentação em que o dispositivo argumentativo abrange uma tese a ser defendida e um quadro de problematização e de questionamento que envolve sentidos explícitos e implícitos. Os estudos de Charaudeau (2012a) demonstram sua afiliação aos conceitos da nova retórica, embora esta se afaste dos estudos psicológicos e sociológicos defendidos pelo autor.

Podemos concluir, com base no que refletimos, que a argumentação é fonte de conceitos diversos em diferentes épocas e que atualmente a noção do discurso em função da situação de comunicação, sem deixar de lado as questões linguísticas

⁹ Para melhor esclarecimento sobre os conceitos de Ducrot, recomendamos a leitura de SOUZA, W. E. Retórica, Argumentação e Discurso; MENEZES, W. A. Faces da argumentação. In: MARI et al (orgs.). Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas. FALE/UFMG, 2001.

¹⁰ J. B. Grize. Logique et organisation du discours. In: DAVID, J. et MARTIN, R. *Modèle logiques et niveaux d'analyse linguistique*. Paris: Klincksiek, 1976.

ênfatisadas nos conceitos da nova retórica e por Ducrot trouxeram importantes contribuições para o pensamento moderno da AD. Adotamos neste trabalho a perspectiva da argumentação em sua dimensão sócio-histórica do discurso assim como Amossy (2011):

A argumentatividade engloba uma dimensão intrínseca da fala em situação: falar é orientar várias maneiras de ver, de interpretar, de experimentar o mundo. Ora, a tentativa, intencional ou não, de influenciar o outro se fundamenta necessariamente em premissas compartilhadas e em opiniões, crenças e valores comuns (AMOSSY, 2011, p. 130).

No próximo tópico, tratamos mais especificamente a concepção de argumentação de Charaudeau (2012a), trazendo a noção da situação de comunicação e das diversas ordens de organização do discurso, bem como os sentidos explícitos e implícitos como princípios básicos da argumentação, na linha de estudos da Semiologia.

1.2.3. A Argumentação na perspectiva semiológica

Como vimos, a Semiologia tem se preocupado em destacar a noção de sujeito do discurso com estudos que privilegiam as relações entre os fatos discursivos e os fenômenos da comunicação social como uma forma de superar a visão tradicional das disciplinas de ciências da linguagem. Charaudeau (2012a) compartilha o conceito da Nova Retórica de que argumentar é “uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca”, ou seja, uma busca de racionalidade e uma busca de influência (CHARAUDEAU, 2012a, p. 206). Entretanto, considera a argumentação como um modo de realização discursiva que participa dos princípios de organização do discurso¹¹.

Charaudeau (2012a) afirma que a argumentação é capaz de produzir explicações acerca das experiências humanas por meio de certas operações do pensamento e traz uma nova concepção de texto e do discurso. Segundo Charaudeau (2012a), o Texto é a manifestação material (verbal e semiológica) da encenação de um ato de comunicação, enquanto que o Discurso ultrapassa a materialização da linguagem e corresponde ao

¹¹ Na visão de Charaudeau (2012a), o modo argumentativo participa dos princípios de organização do discurso que envolve o modo de organização enunciativo, descritivo e narrativo.

fenômeno da encenação da linguagem, relacionado aos saberes partilhados de maneira consciente ou inconsciente. O conceito fundamental de Charaudeau (2012a) é que o sujeito, além da ideologia que foi considerada como primordial pelos estudos anteriores, é constituído por uma série de condições de produção, de ordem situacional e de ordem cognitiva, de maneira relativamente livre num espaço de jogo com estratégias discursivas na busca de persuadir o destinatário.

Partindo de alguns conceitos da Nova Retórica, Charaudeau (2012a, p. 220) salienta que “a lógica argumentativa não é o único elemento da argumentação”. Para o autor (2012a), à razão demonstrativa associa-se a razão persuasiva, em função de um sujeito que argumenta e da situação em que este se encontra diante do interlocutor por meio do contrato de comunicação. Sob o ponto de vista de Charaudeau (2012a), um texto é sempre heterogêneo em sua organização. Dessa forma, no nível semiolinguístico, a argumentação pertence ao âmbito da organização do discurso e não da língua, segundo Charaudeau (2012a). Essa concepção surgiu com a psicossociologia, a partir dos anos 50, ao considerar o condicionamento das situações de comunicação e os mecanismos de recepção da fala persuasiva.

A argumentação, assim, define-se numa relação entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. A partir de uma estrutura organizada nesses três pilares, Charaudeau (2012a) descreve a argumentação como: i) uma Proposta sobre o mundo que envolve questionamentos e problematizações sobre uma asserção polêmica quanto à sua legitimidade; ii) um Sujeito argumentante que deve estar engajado no questionamento e desenvolver um raciocínio a fim de se chegar a uma verdade, ou seja, uma posição favorável ou desfavorável à proposta; e iii) um outro Sujeito (alvo), que se inter-relaciona com o anterior e com a proposta, questionando, podendo aceitar ou não a argumentação, embora o objetivo do argumentador seja sempre persuadir o outro de sua posição.

Desse modo, Charaudeau explicita que toda relação argumentativa se compõe de pelo menos três elementos: uma asserção de partida (dado, premissa) → A1, uma asserção de chegada (conclusão, resultado) → A2, que deve ser aceita em decorrência da ação de partida, e uma (ou várias) asserção de passagem que permite passar de uma a outra (inferência, prova, argumento), unindo A1 e A2 (CHARAUDEAU, 2012a). O ponto de vista psicossocial de Charaudeau coloca ênfase no processo subjetivo da argumentação enquanto ato individual de linguagem ao mesmo tempo em que envolve um processo social de influência.

Compartilhando desse pensamento, Maingueneau¹² (2004, apud Soares 2009), afirma que toda enunciação é marcada por uma interatividade constitutiva, ou seja, uma troca explícita ou implícita com outros enunciadore, virtuais ou reais, segundo a qual o enunciador constrói seu próprio discurso. Esta também é a perspectiva de Bakhtin (2000), segundo a qual a preocupação com o destinatário influencia a compreensão responsiva do enunciado pelo leitor, que pode concordar ou discordar ou completá-lo por meio de outros enunciados buscados na memória. O ato comunicativo, então, é o resultado das atividades de produção e de interpretação, em que se processam a encenação dos quatro protagonistas: o EU comunicante (EUc), o Eu enunciador (EUe), o Tu interpretante (TUi) e o TU destinatário (TUd), explicitados por Charaudeau (2001; 2012a).

O contrato de comunicação construído por esses sujeitos pressupõe um saber comum partilhado em três níveis, interagindo no processamento do discurso: competência linguística, competência comunicativa e a competência genérica relacionada à experiência do TUi com os diferentes gêneros e conjunto de outros discursos que fundamentam a interpretação do enunciado. Ao acionar esses saberes o TUi tem a possibilidade de ler as informações implícitas, considerando que “um texto nunca se mostra totalmente explícito, procedimento decorrente da seletividade do que é relevante em dado momento” (MAINGUENEAU, 2004, apud SOARES, 2009, p. 74).

Considerando a relação de causalidade da argumentação, podemos perceber, segundo Charaudeau (2012a), alguns tipos de relações lógicas numa relação argumentativa pelo modo de encadeamento geral de causalidade. Charaudeau (2012a) mostra que os modos do raciocínio são capazes de organizá-las em relação à razão demonstrativa. Tais procedimentos da organização da lógica argumentativa serão utilizados em nossas análises e melhor explicitados nesse momento do trabalho.

A encenação argumentativa é formada pelos componentes: Um dispositivo¹³ argumentativo, envolvendo uma PROPOSTA (tese), uma PROPOSIÇÃO (quadro de questionamento) e a PERSUASÃO (quadro de raciocínio); os tipos de configuração, relacionados às situações de troca (que podem ser monologais ou dialogais) e o contrato de comunicação (que pode ser explícito ou implícito); as posições do sujeito em relação

¹² Cf. MAINGUENEAU, D. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

¹³ De acordo com Charaudeau (2012b, p. 104), “o dispositivo é uma maneira de pensar a articulação entre vários elementos que formam um conjunto estruturado, pela solidariedade combinatória que os liga”. Sendo assim, o dispositivo constitui-se como o ambiente, o quadro e o suporte físico da mensagem, atribuindo-lhe sentido dentro de um contrato de comunicação.

à proposta, ao emissor da proposta e em relação à sua própria argumentação (CHARAUDEAU, 2012a).

A encenação argumentativa, assim, segundo Charaudeau,

consiste para o sujeito que quer argumentar, em utilizar procedimentos que, com base nos diversos componentes do modo de organização argumentativo, devem servir a seu propósito de comunicação em função da situação e da maneira pela qual percebe seu interlocutor (ou seu destinatário) (CHARAUDEAU, 2012a, p. 231).

Em seu modelo, Charaudeau (2012a) compreende a construção da argumentação como sendo uma inserção dos princípios gerais que regulam o discurso. Na busca de uma encenação argumentativa, o sujeito faz uso de procedimentos que visam à validação da argumentação por meio de provas. Os diversos procedimentos, dessa forma, de acordo com Charaudeau (2012a), se baseiam no valor dos argumentos (procedimentos semânticos) ou nos efeitos de discurso (procedimentos discursivos), ou, ainda, em função da situação de comunicação, correspondem ao conjunto da argumentação (procedimentos de composição), os quais são considerados em nossas análises, levando-se em conta os objetivos do presente trabalho e o corpus.

Buscamos neste capítulo trazer algumas noções de maneira geral sobre a Teoria Semiolinguística proposta por Charaudeau (2012a) e sobre as teorias argumentativas que nortearam nosso trabalho. Passamos a abordar no capítulo seguinte a questão da argumentação no discurso político sob o enfoque da Semiolinguística. Destacamos o discurso político como espaço social de ação e a problemática que envolve o processo de influência social no contexto atual.

2. IMAGENS NO DISCURSO POLÍTICO: QUESTÕES DE PODER E LEGITIMIDADE

Todos veem o que tu pareces, mas poucos o que és realmente.

Nicolau Maquiavel (2010, p. 40)

Neste capítulo, ampliamos nossas discussões sobre a argumentação trazendo a temática do discurso político, objeto de nosso estudo, interligada à busca de construção de uma imagem de si por parte dos políticos para conquistar seu interlocutor. Podemos afirmar que a identidade dos sujeitos na política, na verdade, são imagens construídas no processo de entrecruzamento dos sujeitos enunciadore e interpretante, nos termos de Charaudeau (2012a). O discurso político, assim, é um espaço de encenação e jogo de máscaras, como mostra Charaudeau (2006) em seu prólogo.

Nas reflexões a seguir, discutimos sobre o ethos no discurso político atual, cenário que envolve questões de poder e de legitimidade. Partimos, no primeiro tópico, de abordagens gerais sobre o discurso político como espaço social de comunicação e de poder e trazemos algumas reflexões sobre a análise do discurso político na história e no âmbito da Semiologia. Em seguida, no segundo tópico, tratamos da questão das condições do discurso político com os contratos e estratégias, levando-se em conta suas restrições. No terceiro tópico, trazemos considerações sobre a realização do discurso político no cenário da opinião pública e da interferência das mídias. Já no quarto tópico, introduzimos as bases teóricas envolvendo o ethos discursivo como imagem de si na política ao longo dos anos e sobre o ethos como estratégia discursiva na política principalmente a partir das noções de Charaudeau (2006). Em seguida, no quinto tópico, trazemos a questão dos imaginários sociodiscursivos relacionados aos imaginários de verdade do discurso político destacando sua constituição como saberes e crenças no interior de um grupo e suas representações sociais.

2.1. O discurso político: perspectiva histórica

O discurso político foi um dos primeiros objetos de interesse da Análise do Discurso, num contexto em que a Linguística passava por transformação, após a segunda Guerra Mundial. O tema política e a questão do poder, entretanto, têm sido

discutidos desde a Antiguidade de Platão, Aristóteles, Kant e mais recentemente por Weber, Arendt, Foucault, Bordieu e Habermas, como lembra Charaudeau (2006). É importante destacar que os gregos e romanos tornaram a política uma ação humana ligada à ideia e à prática da realidade social ou de sua transformação, com a finalidade da justiça na comunidade.

Aristóteles (2010) defendia acima de tudo um espaço de participação política por parte dos cidadãos e sua visão sobre a política inspirou todo o pensamento moderno e o discurso político atual. Segundo o autor, no livro VI, importava que todos os cidadãos fossem ligados e devotados ao governo ou pelo menos que não o considerassem inimigos (ARISTÓTELES, 2010). Já no Livro VII, Aristóteles (2010, p. 177) argumenta que “é preciso, pois, que o melhor governo seja aquele que possua uma contribuição tal que todo cidadão possa ser virtuoso e viver feliz; isso é evidente”.

Maquiavel (2010), por sua vez, inspirado no contexto de Roma e nas teorias de Platão e Aristóteles, passou a criticar de forma revolucionária as ideias políticas antigas e medievais e trouxe uma concepção de política moderna fundada no pensamento de que a sociedade é heterogênea e como tal deve ter um governo aliado do povo. Dessa forma, evidencia as virtudes que o governante deveria ter como a capacidade de ser flexível às circunstâncias. Segundo os conceitos de Maquiavel (2010), dando lições aos príncipes, a política não segue uma ordem natural e eterna como diziam seus antecessores.

A política, segundo Maquiavel (2010) é uma atividade para a manutenção do poder. A ordem deveria ser construída pelos homens e o poder político surgiria unindo duas forças opostas: “o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 26). O príncipe, então, deveria ser forte, com capacidade de criação e de colocar seus instrumentos de poder para “fazer-se sempre necessário a seus súditos e de precisarem estes do Estado” (MAQUIAVEL, 2010, p. 28). Ao mesmo tempo, deveria ser um modelo de virtudes para a sociedade que o imitaria.

Essas virtudes revelam o lado passional e racional do governante e, assim, o homem virtuoso seria aquele que age com sabedoria e prudência, justiça ou equidade, coragem e temperança ou moderação ou, nos termos do pensador, honra glória e fama. Apesar de Maquiavel ter sido muito criticado por seus escritos e, às vezes, até mal

interpretado¹⁴, suas ideias nos fazem pensar na realidade da política nos dias atuais e na importância de sua concepção de poder e política para a construção dos discursos políticos. A obra *O Príncipe*, de Maquiavel (2010), traz, desse modo, uma visão da realidade de sua época, evidenciando aspectos que prevalecem como a heterogeneidade das sociedades, as máscaras usadas pelos políticos para enganar e oprimir o povo, deixando de lado a justiça e o bem comum que seriam a finalidade da política.

O autor defende que a política não seria a lógica racional da justiça e da ética, mas a capacidade de tomada e manutenção do poder por meio das virtudes. Maquiavel (2010), assim, dá a entender que o político não precisa ser amado, mas também não pode ser odiado. A legitimidade depende da garantia de superioridade das atitudes do governo a serviço do povo, ou seja, deve agir de acordo com princípios que revelem astúcia e capacidade de adaptação a mudanças.

Maquiavel (2010) ainda demonstra que alguns vícios são virtudes para a manutenção do poder, e o político deve aparentar ter certas qualidades valorizadas pelo povo, mesmo que não as tenha. Assim, revela o jogo de aparências presente na política comparado a um agir de homem e, às vezes, de animal com a famosa tese de que os fins justificam os meios¹⁵ (MAQUIAVEL, 2010). Abandonando conceitos religiosos para defender valores medidos pela eficácia prática e utilidade social, Maquiavel (2010) desfez os conceitos de honra, virtude e liberdade de Aristóteles, mostrando que alguns padrões privados não devem ser levados para a política. Sua obra, *O Príncipe*, então, passou a ser referência do pensamento político moderno.

Voltando para a concepção do discurso político, a partir de sua compreensão como fenômeno político, Charaudeau (2006) traz uma inovação para o sentido da política focalizando o discurso político dialogando com os pensadores antigos e várias disciplinas (Psicologia Social, Antropologia Social, Ciências Políticas, etc.). Segundo o autor (2006), a política é um fenômeno complexo que resulta de uma relação entre linguagem e ação. O discurso político não tem sentido fora da ação, pois o seu fundamento é o poder.

Como espaço de linguagem e ação, o discurso político se configura na troca social dos sujeitos numa relação de interdependência recíproca entre sujeitos

¹⁴ O sentido das palavras maquiavélico ou maquiavelismo conota comumente uma ideia de conduta desleal, hipócrita, mentirosa e até demoníaca, embora em sua obra, *O Príncipe*, Maquiavel (2010) não evidencie tais conotações.

¹⁵ Compreendemos essa expressão no sentido de que o político deve utilizar estratégias no discurso que permitam consolidar seus propósitos.

(CHARAUDEAU, 2006). Essa relação é regulada pelos princípios de alteridade, influência e regulação, próprios de todo ato de linguagem definido como um agir sobre o outro. A partir de uma intenção, o ator político busca um efeito em seu interlocutor. É preciso lembrar que para que esse efeito seja concretizado é necessário um reconhecimento por parte dos parceiros do ato de comunicação no processo de influência.

Num diálogo entre o dizer e o fazer a linguagem surge em dois espaços: na utilização de estratégias na linguagem e na ação da instância política sobre a instância cidadã. Segundo Charaudeau,

Desde que seja reconhecida pelo parceiro de troca, o projeto de influência adquire certo poder de ação. Da mesma forma, o sujeito-alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição dominante e os dois em uma relação de poder (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

Desse modo, para Charaudeau (2006), o discurso político se constitui como um lugar de jogo de máscaras e a linguagem juntamente com a ação são constitutivas da troca social, assegurando a sua legitimidade num processo de influência social. Charaudeau (2006) exemplifica os lugares de fabricação do discurso político, ressaltando que a situação de comunicação é que fundamenta tal discurso, como resultado de uma atividade discursiva, produzida na e pela interação e em função das identidades dos sujeitos.

É preciso considerar, no entanto, que tais lugares não são estanques e circulam no interior dos grupos que os constituem e entre diferentes grupos sociais e podem ser transformados em sua difusão. Isso pode ser observado no discurso político atual com o jogo político que tem focalizado cada vez mais a encenação através dos componentes discursivos essenciais: os contratos e estratégias do discurso político; as imagens dos atores políticos; e os “imaginários de verdade”, que, de acordo com o autor (2006), vão além da ideologia concebida até então¹⁶.

O discurso político se configura, então, em duas dimensões: na legitimidade e na capacidade de atuar na esfera política. Consequentemente, a ação política determina a vida social ao mesmo tempo em que permite decisões coletivas. A partir de objetivos pré-definidos, toda ação se concretiza por um sujeito em posição de decisão, mesmo que a decisão seja coletiva. Por isso, segundo Charaudeau (2006), a política depende do

¹⁶ Para Charaudeau (2006), os conceitos baseados em coerência inconsciente, simbolização do social ou cognição social não dão conta de explicar a problemática envolvendo as representações sociais e, por isso, prefere o termo imaginários sociodiscursivos.

discurso, e a instância política de realização da ação política utiliza argumentos da razão e da paixão para convencer os sujeitos de seus valores, num espaço de persuasão.

É preciso lembrar também que, nesse jogo de influências, todos podem mudar de opinião em função do outro. Numa sociedade como a nossa em que a mídia ocupa um lugar significativo na vida das pessoas, os espaços público, privado e político, muitas vezes, podem ser confundidos. A ação política, nesse contexto, na maioria das vezes, acaba por se tornar dependente da opinião midiática e esta passa a exercer uma grande importância para a ação política e para as decisões dos cidadãos.

Charaudeau (2006) esclarece que “a palavra política deve se debater entre uma verdade do dizer e uma verdade do fazer, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade da discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão (ordem da razão) e/ou de sedução (ordem da paixão).” (CHARAUDEAU, 2006, p. 23, grifos do autor). Assim, a opinião é influenciada pelas mídias, que, por sua vez, recebe influência da política e da opinião e o político sofre influência das mídias e da opinião (CHARAUDEAU, 2006).

A mídia, nesse contexto, estabelece uma relação mais próxima entre o público e o privado, apoderando-se principalmente do espaço privado. Numa relação de regulamentação social, não é possível identificar um espaço político e privado acabados e o discurso político circula nesse espaço de transformação permanente sob influência de diversos setores. Como fato social,

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Conseqüentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível) (CHARAUDEAU, 2006, p. 46).

Nesse sentido, o discurso político se constitui na e pela encenação e os valores de ethos e de pathos assumem o lugar de valores de verdade, de maneira inter-relacionada. Sabendo desse processo de influência recíproca entre os sujeitos, alguns procedimentos de comunicação se constroem no discurso político. Passamos a analisar, então, as condições do discurso político estabelecidas pelos contratos e estratégias em que as restrições da situação de comunicação são fundamentais para a efetivação do discurso.

2.2. Os contratos e estratégias na busca da legitimidade do discurso político

Todo o processo de encenação do discurso político se dá num espaço de restrições em que “as significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros” (CHARAUDEAU, 2006, p. 52). Os sujeitos do contrato de comunicação, segundo Charaudeau (2006), são definidos como “instâncias” em função de sua “finalidade comunicacional”. Como entidade humana, cada sujeito ocupa o lugar de uma intencionalidade em função dos papéis que lhe são atribuídos.

Nessa perspectiva, Charaudeau (2006), distingue três lugares de fabricação do discurso político: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação. Segundo o autor (2006), o lugar de governança é onde se encontra a instância política, juntamente com a instância adversária. Já no lugar de opinião, encontra-se a instância cidadã e a instância midiática no lugar de mediação.

Dessa maneira, cabe à instância política o poder de decisão e de ação com a finalidade de atingir legitimidade, autoridade e credibilidade. Como esses objetivos não podem parecer de forma explícita, eles se concretizam na dedicação em propor programas políticos, justificar suas decisões e ações, criticar as ideias dos adversários e conclamar o apoio dos cidadãos por meio de estratégias de persuasão e sedução. Os representantes político-partidários eleitos pelo povo devem demonstrar diferentes pontos de vista ideológicos de acordo com a sua afiliação e assumir o compromisso com um projeto comum em função de uma intencionalidade política, como mostra Mendes (2009).

Já a instância cidadã, como lugar da opinião fora do governo, pode julgar as propostas e ações impostas, pode escolher ou criticar os políticos. Em nossa sociedade, cabe à instância cidadã o exercício da atividade política democrática, segundo uma intencionalidade coletiva, de acordo com Mendes (2009). Os cidadãos, assim, precisam entender o que seria um projeto que vise ao bem comum para ser capaz de discutir sobre ele e, através das eleições, delegar o poder de ação à instância política representada pelos políticos.

A instância midiática, por sua vez, também fora do governo, une a instância política e cidadã, através da tecnologia que permite o atravessamento das informações

de forma multidirecional. Para isso, constrói uma imagem dos alvos e variam de acordo com as atividades sociais dos indivíduos (CHARAUDEAU, 2006). É perceptível que “as mídias compreenderam bem que o mundo político tem necessidade de dramaturgia, e que essa dramaturgia consiste, para uma grande parte, em uma guerra de imagens para conquistar imaginários sociais” (CHARAUDEAU, 2006, p. 85).

Nessas instâncias cria-se uma formulação de princípios, de razões, de causas, de motivos e valores que fundamentam o posicionamento político, transformando as crenças e desejos individuais em coletivos (MENDES, 2009). As ações políticas, desse modo, são projetadas em função de suas consequências sobre a coletividade. O discurso político revela uma intencionalidade política voltada para os princípios e valores sociais ao mesmo tempo em que há uma racionalização e regulação dos desejos individuais a partir de uma vontade coletiva.

Desse modo, o contrato de comunicação, como centro da produção linguageira, possibilita o direito à palavra, como denomina Charaudeau, a partir de três condições elementares, assinaladas por Mendes (2001): a) uma relativa ao saber, como sendo o lugar em que se constroem os discursos de verdades e de crenças (universos de referência); b) uma relativa ao poder, segundo a qual se atribui ao sujeito comunicante como ator social o poder de falar; e, c) uma relativa à competência do sujeito: que consiste na capacidade do sujeito em saber agir para captar as duas condições anteriores e adquirir o direito à palavra.

Essas condições proporcionam a legitimidade e a credibilidade, sendo que as duas primeiras correspondem a condições relativas ao poder (reconhecimento do poder) que contribuem para a legitimidade e são pré-determinadas. Por outro lado, como a legitimidade é própria do sujeito e não deriva apenas do espaço externo (identidade psicossocial), mas também do espaço interno (comportamento linguageiro), a terceira condição garante a adequação entre esses espaços e confirma a credibilidade do sujeito.

Ao contrário, a credibilidade não é pré-determinada, mas construída a partir de negociações nas práticas sociais de uso da linguagem, “sem a qual, não obstante toda legitimidade que o sujeito possua pelo saber e/ou pelo poder será colocado em xeque o seu direito à palavra” (MENDES, 2001, p. 318, grifos do autor), num espaço externo (lugar de legitimidade) e espaço interno (lugar de credibilidade). Logo, o discurso político é representativo dessa relação dialética das práticas de linguagem, ou seja, o sujeito busca sua legitimação por meio da construção de sua credibilidade.

Dessa maneira, no contexto da política, a identidade do sujeito é construída pelo político/candidato por meio da tentativa de fazer-se reconhecer pelo seu saber e poder (legitimidade). Para isso, deve convencer os eleitores de seu saber fazer (credibilidade) e, assim, conseguir seu voto ou manter-se no poder. No quadro da política brasileira, não existe uma lógica da identidade social e uma lógica da gestão do poder, como observa Mendes (2009), levando a situações em que se misturam as identidades como é o caso das alianças partidárias ou fidelidade partidária que sempre revelam jogos de interesse e uma crise de credibilidade na representação dos partidos políticos.

Isso pode ser chamado de uma nova ética no ponto de vista de Charaudeau (2006) em que os interesses privados e a “marketização” acabam diminuindo o interesse dos cidadãos pela política. Na tentativa de mudar esse cenário, os políticos buscam novas formas de legitimação no contrato com a instância cidadã, entendida como uma forma de construção identitária, segundo Mendes (2009, p. 177).

2.2.1. A questão da legitimidade na construção da identidade

Entendendo a política em função de uma prática social de legitimidade a partir de forças simbólicas, conforme expomos, o sujeito político exerce o papel de persuadir os indivíduos sobre os valores que defende e construir para si uma dupla identidade discursiva, que articule teoria e prática, posicionamento ideológico e estratégia de gestão do poder. A persuasão como estratégia discursiva do político depende de fatores como a sua identidade, sua percepção da opinião pública e a posição de outros atores, sejam aliados ou adversários.

Segundo Charaudeau (2006, p. 65), “é na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade”, por meio da qual se dá autoridade ao político para transmitir seus valores. A legitimidade, assim, tem sua origem na tentativa de justificar as ações e o comportamento do político a fim de ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Para que seja possível, a legitimidade depende das “normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo status e poderes a seus atores.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 65).

Charaudeau (2006) diferencia legitimidade de autoridade que, segundo o autor, vincula-se ao processo de submissão do outro, apesar de se somar à legitimidade. Assim, a autoridade exerce seu papel no processo de influência, dando ao sujeito o direito de submeter o outro com o seu consentimento (CHARAUDEAU, 2006). Numa sociedade democrática, a instância cidadã, enquanto sujeitos que exprimem opiniões, é uma forma de construção de identidades e da legitimidade em função de uma coletividade.

Por meio do voto, de manifestações públicas, da participação no espaço público, etc., a instância cidadã se constitui pela expectativa de ação em função dos direitos coletivos. Nesse contexto, podemos perceber também que, apesar de o povo exercer o poder do voto e escolher seus candidatos de forma livre, o que acontece é que o político acaba por manipular essa escolha por meio da encenação. Segundo Charaudeau (2006, p. 78), “o poder do político advém de uma delegação e esta tem um caráter sagrado.” Para Charaudeau,

Não é de se admirar que ele [o político] procure construir para si a imagem de um antecessor benfeitor, capaz de unir a condição humana da realidade social a um invisível ideal social, pois ele deve retribuir ao povo esse porquê que o fez conferir-lhe um mandato: o benefício de uma “felicidade de ser” (CHARAUDEAU, 2006, p. 78-9).

Nesse sentido, como prática social, o discurso político procura influenciar a opinião dos cidadãos a fim de desempenhar seu projeto político. Isso é feito com a construção para ele mesmo de uma dupla identidade discursiva: uma que parte do conceito político, de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade, com um posicionamento ideológico; e, outra vinculada à prática política, com as estratégias da gestão do poder em que se constrói a posição do sujeito no processo comunicativo (CHARAUDEAU, 2006). Passamos, então a considerar as estratégias do discurso político em busca da legitimidade.

2.2.2. Estratégias discursivas do discurso político

Na democracia em que vivemos, podemos notar, diante do descrédito do discurso político na forma tradicional (debates, discursos em praça pública, pronunciamentos etc.), que cada vez mais se faz necessária a utilização de estratégias

que permitam ao sujeito político uma posição de legitimidade. Dessa maneira, com o objetivo de convencer sobre seu projeto político e conquistar a adesão dos cidadãos, ele pode fazer uso das estratégias do parecer, em que constrói para si uma identidade discursiva envolvendo a teoria e a prática. Charaudeau (2006, p. 80) chama essa identidade discursiva de Eu-nós (singular-coletivo).

Assim,

As estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações (CHARAUDEAU, 2006, p. 82).

Compreendemos essa relação entre o conceito de política e a sua prática envolvendo a instância política e a instância cidadã como uma relação de materialização do fazer sócio-político-discursivo, como mostra Mari (2009), em que, a partir de um enfoque idealizante, torna-se um instrumento de busca de consenso. Já expomos que a encenação do discurso está entre a ordem da razão e da paixão, misturando logos, ethos e pathos. A persuasão, nesse sentido, está relacionada à razão e aos sentimentos, como já discorria Aristóteles (2005; 2010).

O discurso político na busca da adesão dos cidadãos em geral, público-alvo do discurso, apresenta projetos e ações como se fossem a solução de todos os problemas enfrentados pela população e uma das estratégias discursivas mais empregadas atualmente é a desqualificação do adversário. É comum a argumentação se reduzir ao procedimento de ataques ad hominem, questionando a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade, dentre outros, como explica Charaudeau (2006), como constatamos em nossas análises. Dessa forma, há certa tendência a provocar uma opinião mais do que a argumentação em si.

2.3. A realização do discurso político no cenário da opinião pública e da interferência das mídias

No cenário da política moderna, podemos observar que nunca a opinião pública foi tão importante como agora e o discurso passou a ser gerado em função de uma

necessidade de articulação social da instância política e a instância cidadã. Além de lugar de governança, o discurso político também passou a ser o resultado de influências recíprocas entre instância política e instância cidadã. Nessas relações de poder, surgem as condições ideais para o discurso político e para o seu reconhecimento como tal.

Charaudeau (2006), ao trazer a problemática da “degenerescência do discurso político ou nova ética”, descreve situações que exemplificam muito bem o contexto político brasileiro de escândalos envolvendo atores políticos e a debilidade dos cidadãos diante de tais acontecimentos. Segundo o autor (2006), o verdadeiro debate de ideias teria cedido espaço à exibição de imagens. Desse modo, novas formas de intervenção vão surgindo e a opinião pública passa a ser o centro das atenções dos políticos e da mídia.

São originados novos imaginários na sociedade e os atores políticos se aproveitam deles para buscar a adesão dos eleitores por meio de seus discursos. Em lugar de discursos de transformação da sociedade, baseados em projetos voltados para a coletividade, muitas vezes temos presenciado slogans produzidos por especialistas em marketing, a fim de se atingir o interesse imediato dos políticos. De acordo com Charaudeau,

As relações de autoridade não estão, portanto, mais fundadas na imagem de um pai protetor nem na de um herdeiro ou na de um estatuto, quão prestigioso este possa ser, nem na de um saber diplomado, mas no modelo do saber-fazer e na performance: respeita-se, escuta-se aquele que prova que sabe fazer e que mostra como é preciso fazer (CHARAUDEAU, 2006, p. 258).

Em sua totalidade, o discurso político passou a ser dominado pelas mídias de certa forma representando uma particularidade de nossos dias. Como o auditório do discurso político está cada vez mais heterogêneo, como explica Charaudeau (2006), busca-se uma forma mais genérica de se chegar à opinião pública. Acompanhada de sua crítica à forma reducionista da ideologia como falsa consciência, Charaudeau (2006) entende a encenação do discurso político como um aspecto constitutivo do fazer político, que deve ser bem compreendido para servir ao interesse coletivo. Dessa forma, o autor sugere que os políticos,

Se quiserem exercer alguma influência sobre os cidadãos, devem aprender as novas regras de insinceridade e do mentir verdadeiro legítimos, aceitar esse paradoxo moderno segundo o qual se dá uma grande importância ao parecer justamente numa época em que a cidadania é mais esclarecida (CHARAUDEAU, 2006, p.306, grifos do autor).

Charaudeau (2006) compreende o surgimento de uma nova relação entre as instâncias política e cidadã, na qual a máscara é assumida entre o político e a política, e em que a ética política seja baseada em um ethos de exemplaridade, na relação de confiança entre instâncias e na escuta entre as partes, conforme passamos a refletir na sequência.

2.4. O ethos discursivo na argumentação do discurso político

A análise do ethos na argumentação ou das imagens construídas pelos sujeitos passou a despertar novamente o interesse de estudiosos nos últimos anos como procedimento discursivo pela sua multiplicidade de enfoques, levando a acepções distintas sobre a polissemia da argumentação, principalmente a partir das noções de Aristóteles, Perelman, Ducrot, Plantin, entre outros. Na sociedade brasileira atual, as representações dos políticos perante a sociedade estão cada vez mais caindo na descredibilidade e na descrença quanto à forma como agem e se comportam na política. Percebemos que a política tem se tornado um jogo de interesses e que a máscara que poderia ser um símbolo da identificação do político, passou a ser uma forma de esconder a realidade e enganar os cidadãos muitas vezes.

Sem entrar no mérito dessa questão, o que percebemos é que, como afirma Amossy (2013a, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”, noção compartilhada por Charaudeau (2006). O ethos, assim, corresponde ao estilo do locutor, suas competências linguísticas, suas crenças, segundo Amossy (2013a), a fim de conquistar o público-alvo. De acordo com Roland Barthes¹⁷ apud Amossy (2013a, p. 10), retomando os conceitos de Aristóteles, o ethos revela “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador anuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo.”.

Retomando as três categorias para a persuasão apresentadas por Aristóteles como provas ou meios de persuasão: o ethos (o caráter do orador, imagem de si), o logos (a argumentação, domínio da razão) e o pathos (as paixões do auditório, imagem do outro), destacamos que o ethos e o pathos estão relacionados com as

¹⁷ Cf.: BARTHES. *L'ancienne Rhétorique*. Communications, n.16, Seuil, Paris, 1970.

emoções, as paixões e os sentimentos. Enquanto o pathos se liga ao auditório, o ethos está ligado ao orador por meio do logos.

Charaudeau (2006, p. 113), no entanto, adverte, lembrando Barthes, que tanto o ethos quanto o pathos participam de “demonstrações psicológicas” que não correspondem “ao estado psicológico real do orador ou ao do auditório, mas ‘ao que o público crê que os outros têm em mente’” (CHARAUDEAU, 2006, p. 113). O ethos está fundado, para Aristóteles (2005) em, *A Retórica*, num sentido moral vinculado a atitudes e virtudes, como prova retórica. Para a AD, essas provas circulam no discurso em função de uma situação comunicativa e são dimensões inter-relacionadas.

Ao adotarmos a questão do ethos discursivo neste trabalho, não deixamos de considerar as outras categorias por compreendermos que razão e emoção estão integradas e se concretizam na linguagem, na argumentação, ou seja, na situação linguageira. Consequentemente, consideramos que o ethos faz parte de um processo de interação entre os sujeitos envolvendo a influência recíproca, um comportamento sociolinguageiro que não pode ser analisado fora da situação de comunicação e dos espaços de estratégias (CHARAUDEAU, 2006).

Maingueneau (2013), retomando a retórica nos quadros da análise do discurso, argumenta que o ethos vincula-se ao ato de enunciação. Ressalta, porém, que o público constrói representações prévias do enunciador. Com efeito, estabelece a distinção entre o ethos discursivo e o ethos pré-discursivo. Enfatiza, ainda, que tal distinção deve levar a diversidade dos gêneros discursivos. Para Maingueneau, “o ethos [...] está ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde o seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória” (MAINGUENEAU, 1993, p. 138 apud CHARAUDEAU, 2006, p. 115).

Já Ducrot¹⁸ (1984, p. 201 apud Charaudeau, 2006, p. 114), defende em sua concepção discursiva do ethos no ato de comunicação, a mesma vertente dos analistas do discurso que o compreendem como o “aquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender”, enquanto fonte de enunciação, na aparência do ato de linguagem. Amossy (2013a) lembra que os trabalhos de Ducrot são associados à concepção de enunciação que tem a fala como centro da ação de influência do parceiro.

¹⁸ DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

Amossy (2013b), por sua vez, adota o termo *ethos* prévio no lugar de *ethos* pré-discursivo de Maingueneau, baseado nas informações que circulam antes do discurso em relação ao locutor, levando em consideração o interdiscurso. Amossy (2013b) considera, portanto, que o *ethos* prévio pode ser recuperado mediante várias pistas entre as quais destacamos: as marcas linguísticas; o *ethos* mostrado que pode remeter a um *ethos* pré-concebido; a história discursiva; o interdiscurso; e, a situação comunicativa. Essa noção parece ser mais apropriada às discussões que tecemos neste trabalho.

No âmbito da Semiolinguística, Charaudeau (2006) expandindo as noções de outros estudiosos defende que o *ethos* constitui uma imagem transvestida do interlocutor com base naquilo que ele diz. Assim, o *ethos* resulta no “cruzamento de olhares. Olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê” (CHARAUDEAU, 2006, p. 115). Charaudeau (2006) afirma que, para a construção dessa imagem ao olhar do outro, o sujeito apresenta-se com sua identidade psicológica e social de locutor, ao mesmo tempo em que se mostra mediante a identidade discursiva que ele constrói para si.

Por isso, consideramos o *ethos* como uma prova retórica, mas que, no escopo da semiolinguística, é considerada uma estratégia. Charaudeau (2006) alerta que o *ethos* não se liga tão somente à imagem do indivíduo, mas pode estar vinculado a um grupo no qual se configura o *ethos* coletivo, resultante de julgamentos realizados uns pelos outros, que se baseiam em traços de identidades. A noção de *ethos* para Charaudeau (2006), assim, está vinculada às identidades do sujeito. De acordo com o autor (2001; 2005; 2006; 2012a), o sujeito apresenta uma identidade social capaz de promover sua legitimidade de ser comunicante em decorrência do estatuto dos papéis que lhe são atribuídos pela situação comunicativa.

Em função disso, o *ethos* é o resultado dessa duplicidade identitária que se funde numa identidade única (CHARAUDEAU, 2006, p. 115). É preciso salientar, contudo, que os sujeitos podem se valer de máscaras, ocultando sua identidade pelo que diz. Nesse processo, segundo Charaudeau (2006), não se pode esquecer de que essa imagem discursiva nem sempre é consciente e de que isso significa dizer que o sujeito, na maioria das vezes, não tem controle sobre a imagem de si.

Charaudeau (2006, p. 118) afirma que “o *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguística que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem”. Assim, segundo o autor

(2006), não existem marcas específicas do ethos e não se pode separá-lo das ideias. Para demonstrar isso, Charaudeau (2006) descreve algumas figuras identitárias do discurso político agrupadas: o ethos de credibilidade e o ethos de identificação que serão descritos nas análises posteriormente juntamente com os procedimentos linguísticos.

2.4.1. As estratégias de dramatização e de escolha de valores no discurso

Para provocar a adesão do interlocutor, algumas condições comunicacionais são indispensáveis, pois apenas um discurso de afeto não produz necessariamente a adesão do interlocutor. O sujeito falante deve selecionar universos de crenças específicos e promover uma encenação em função do que ele imagina em seu interlocutor e de suas expectativas em relação a ele. Como mostra Charaudeau (2006, p. 91), “o discurso político [...] realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural.” O exemplo de Charaudeau (2006) demonstra claramente o processo que envolve o discurso político. Charaudeau (2006) acrescenta, ainda, que:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso (CHARAUDEAU, 2006, p. 91, grifos do autor).

Desse modo, a desqualificação do adversário é uma estratégia recorrente no discurso político e é utilizada por meio de procedimentos discursivos como a ironia, contradições, manipulação por parte dos adversários, como afirma Charaudeau (2006). Segundo Charaudeau (2006), é comum a argumentação se reduzir ao procedimento de ataques ao adversário, questionando sua integridade, suas contradições, sua incapacidade, dentre outros. E, assim o discurso político trabalha mais com a opinião do que com a própria argumentação.

Outro ponto que merece destaque sobre as condições do ethos como prova no discurso político é a questão da mentira na busca da persuasão. Maquiavel (2010) já dizia que o político não tem de dizer a verdade, tendo apenas que demonstrar isso. É

preciso a utilização de estratégias discursivas para que se mantenha a legitimidade, a captação e a credibilidade e, para isso, o que temos observado é que, nos dias atuais, algumas dessas estratégias de dramatização têm sido associadas à mentira, gerando uma insatisfação geral e uma sensação de impotência diante de episódios de escândalos políticos que se tornaram frequentes em nosso país.

Se considerarmos a mentira não apenas como uma oposição à verdade, como prefere dizer Charaudeau (2006), podemos notar que a mentira é uma forma de construção simbólica do discurso político e faz parte de uma relação entre os sujeitos em que se procura proteger seu próprio conhecimento. Podemos observar que o discurso político, como parte da vida em sociedade e de um imaginário sociodiscursivo, se constrói a partir de mentiras levadas às últimas consequências. Isso tem se tornado um expoente no lugar da verdade que seria a base de construção dos imaginários sociodiscursivos, como mostra Mari (2006). Como exemplo disso, promessas que não podem ser cumpridas fazem, tornando a associação entre política e mentira cada vez mais frequente, impedindo qualquer reflexão.

Porém, Maquiavel (2010, p. 40), em *O Príncipe*, já pregava que “a um príncipe é necessário saber valer-se dos seus atributos de animal e de homem”, sendo necessário disfarçar muito bem de modo que “aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”. O pensador continua, afirmando que não é possível possuir todas as virtudes e que quem as tem não consegue se manter no poder. A propósito da mentira, Maquiavel afirma que “o príncipe deve, no entanto, ter muito cuidado em não deixar escapar da boca expressões que não revelem [...] ser todo piedade, lealdade, integridade, humanidade, religião” (MAQUIAVEL, 2010, p. 40).

Charaudeau (2006) apresenta quatro estratégias relacionadas a esse jogo entre locutor e interlocutor na política: Estratégia da imprecisão, em que o político faz declarações gerais, às vezes, até ambíguas; Estratégia do silêncio, que consiste na ausência de silêncio; Estratégia da razão suprema, na justificativa com a expressão “razão de Estado”; e, por último, a Estratégia de denegação, por meio da negação em casos de ações na justiça (CHARAUDEAU, 2006). Assim, a expressão “os fins justificam os meios” associada aos pensamentos de Maquiavel (2010, p. 41) muitas vezes parece ser característica do discurso político, embora no contexto atual seja mais apropriado o sentido de fazer o necessário para atingir seus objetivos.

2.4.2. A construção do ethos no discurso político

Conforme o exposto, o ethos no discurso político é o resultado de um trabalho de entrecruzamento de imaginários populares por parte do sujeito enunciador, a fim de se atingir o maior número possível de adeptos ao seu discurso e, conseqüentemente, persuadir o destinatário em função de seus desejos e expectativas. Considerando-se o discurso político na mídia, nota-se a presença de uma atividade por parte dos sujeitos enunciatóres, a partir das escolhas linguísticas e de seu objetivo comunicativo, para persuadir o leitor, a partir de mudanças na imagem dos sujeitos em função da substituição de certos elementos contextuais e situacionais por outros.

A construção da imagem dos sujeitos políticos por intermédio da linguagem é um fenômeno que está em constante mudança e cada vez mais está voltada para relações contratuais entre setores da sociedade e mídia, envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Os sujeitos enunciatóres buscam influenciar o comportamento dos destinatários num espaço de comunicação midiático que está em mudança permanente nos dias atuais.

No que diz respeito ao homem político, Menezes (2006) mostra que ele é um ser que não defende causas em nome próprio, pelo menos teoricamente. Ao contrário, ele propõe, por meio do discurso e da ação, a preservação do espaço público e a realização do bem comum. Podemos perceber, então, que a fala e as ações dos políticos procuram refletir um ser idealizado. Por intermédio das mídias ocorre uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Charaudeau (2006) caracteriza essa construção de imagens pelos políticos da seguinte maneira:

O ethos político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O ethos é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros (CHARAUDEAU, 2006, p. 87).

No quadro da política brasileira, podemos dizer que o ethos corresponde a uma ética particular relacionada a uma imagem de honestidade vinculada ao empreendedorismo, ao trabalho e ao sucesso, como destaca Menezes (2006). Segundo o autor citando Weber¹⁹:

¹⁹ Cf.: WEBER, M. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Campinas, 1992.

Sob o capitalismo o ethos se apresenta como uma qualidade daquele que é visto como um homem honesto porque é alguém de crédito reconhecido – crédito é dinheiro. É o caráter de alguém que toma dinheiro emprestado e, paga em dia, de acordo com o combinado e, ‘acima de tudo’, relaciona-se a ideia do dever de um indivíduo em relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo. O ethos, nesse sentido, não corresponde a uma simples técnica de vida, mas a uma ética peculiar, cuja infração não é retratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever (MENEZES, 2006, p. 321, grifo do autor).

Podemos perceber, assim, que a busca do lucro aparece em evidência no ethos do político que procura demonstrar virtudes ou valores positivos em função de seus propósitos e das finalidades socialmente reconhecidas entre os sujeitos. Para isso, os atores políticos jogam com imagens de si na busca da adesão de seus eleitores. No próximo capítulo, traçamos algumas considerações sobre os gêneros discursivos na proposta da semiolinguística das visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Trazemos algumas reflexões sobre a problemática que envolve a análise de gêneros discursivos considerando a proposta da teoria do fato linguageiro de Charaudeau e as visadas relacionadas aos limites situacionais. Lembramos a questão do contrato comunicacional e das restrições discursivas para descrever o pressuposto deste estudo. Dando início à contextualização do corpus, trazemos também a descrição da configuração dos gêneros relacionada à identidade dos sujeitos políticos e a questão da legitimidade.

3. CONFIGURAÇÃO DO CORPUS: CATEGORIZAÇÃO DOS GÊNEROS ARTIGO DE OPINIÃO E ENTREVISTAS E AS RESTRIÇÕES DO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Não ir do discurso em direção a um núcleo interior e oculto [...]; mas, a partir do próprio discurso de sua aparição e de sua regularidade, chegar a suas condições externas de possibilidade.

Foucault apud Charaudeau (2012b, p. 15).

Neste capítulo, voltamo-nos para a segunda parte deste trabalho correspondente à análise do corpus. A partir da noção de que uma análise do discurso deve levar em conta as condições de realização dos textos, tratamos da descrição da configuração dos gêneros artigo de opinião e entrevista, nosso corpus, com base na definição em três níveis por Charaudeau (2004) citados por Melo (2011, p. 181): i) o nível situacional, relacionado aos dados situacionais do contrato global do domínio de comunicação e suas variantes; ii) o nível das escolhas discursivas, que diz respeito à organização discursiva e seus modos, em referência ao conjunto de procedimentos utilizados a partir dos dados situacionais para particularizar a organização discursiva; e, iii) o nível da configuração textual, que se refere às formas textuais regulares na organização discursiva.

A partir dessa perspectiva, refletimos sobre alguns conceitos fundamentais para a compreensão do gênero na concepção da semiolinguística e sobre as restrições do contrato de comunicação nas colunas de Aécio Neves no Portal Folha e nas entrevistas simuladas de Dilma Rousseff no Programa Café com a Presidenta. É preciso ressaltar que entendemos os gêneros na sua construção pelo sujeito por meio de representações sociais advindos da aprendizagem e experiência, sendo, portanto, um lugar de práticas sociais relativamente institucionalizadas e situacionais.

No primeiro tópico trazemos algumas considerações sobre a proposta de Charaudeau (2004, 2005; 2012b) sobre os gêneros discursivos, a partir de sua noção a respeito das visadas discursivas, os gêneros situacionais e a construção textual nas mídias. No segundo tópico, tratamos das restrições do contrato de comunicação midiático de acordo com a finalidade, a identidade dos sujeitos bem como o dispositivo dos textos do corpus. No terceiro tópico, abordamos a questão da transgressão dos gêneros, levando-se em conta os tipos de configuração dos textos analisados. Por fim,

no quarto tópico, discorreremos sobre a identidade do sujeito político e a questão da legitimidade no corpus.

3.1. Os gêneros discursivos: Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual

Antes de adentrar na configuração dos textos do corpus, convém uma reflexão sobre a problemática envolvendo os gêneros discursivos. A questão dos gêneros discursivos vem sendo abordada ao longo dos anos por inúmeros teóricos, dentre os quais podemos destacar Jakobson²⁰, Halliday²¹, Bakhtin²², Benveniste²³ que buscaram uma definição de gêneros de maneiras diversas as quais não cabem aqui explicitar e inúmeros trabalhos já o fizeram. Entretanto, a partir da teoria semiolinguística e da compreensão de que os discursos se manifestam e circulam nos lugares sociais, Charaudeau (2004) traz uma nova perspectiva para a análise do gênero discursivo.

Charaudeau (2004) defende a ideia de que todo texto é heterogêneo e como tal, não é ele que deve ser categorizado, mas aquilo que compõe sua estrutura. A própria Teoria Semiolinguística transforma a noção de análise do ato de linguagem chamando a atenção para a necessidade de se investigar o sujeito como social e individual ao mesmo tempo, lugar onde se desenvolvem os discursos. Assim, um ato de linguagem só pode ser analisado considerando sua parte linguística e sua parte extralinguística, como lembra Machado (2006). Além disso, todo ato de linguagem está inserido em um contrato de comunicação que envolve os aspectos comunicacional, psicossocial e intencional.

²⁰ Jakobson, ao introduzir os conceitos das funções da linguagem, faz um breve estudo dos fatores que constituem o processo comunicativo, segundo o qual, em cada ato de fala, dependendo de sua finalidade, destaca-se um dos elementos da comunicação: Emissor, Receptor, Mensagem, Contexto, Código ou Canal. Cf.: JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1974.

²¹ Halliday, compreendendo a linguagem verbal como elemento sócio-semiótico, concebe os gêneros como fenômenos históricos, coletivos, culturais, em função de eventos comunicativos que se realizam de forma relacionada. Cf.: HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, D. (ed.). Class, codes and control. London: Routledge and Kegan Paul, 1973).

²² Bakhtin relaciona todas as esferas da atividade humana ao uso de enunciados orais e escritos, concretos e únicos. Em cada esfera de utilização da língua, há tipos relativamente estáveis de enunciados que se denominam gêneros do discurso. Cf.: BAKHTIN. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

²³ Benveniste trouxe, a partir de seus estudos da enunciação, contribuições importantes sobre a noção de gêneros, a partir da análise da língua em seu funcionamento, como um ato individual de utilização. Cf.: BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 2006

A tendência semiodiscursiva, desse modo, leva em consideração tanto a ancoragem social como a atividade linguageira para a configuração da organização do discurso, mas entende que “tentar classificar os textos a partir da recorrência das marcas formais traz outros tipos de problemas” (CHARAUDEAU, 2004, p. 17). Charaudeau (2004) cita pelo menos dois problemas: a polissemia relacionada aos sentidos das formas; e a não garantia da especificação dos tipos de textos pelas recorrências formais. Dessa maneira, Charaudeau (2004, p. 19) explica que “a questão fundamental que é colocada é a das restrições e da liberdade que o sujeito falante dispõe. Aceitar que existem gêneros é reconhecer que a produção linguageira é submetida a restrições.”.

Nesse sentido, o sujeito não está completamente determinado pelo lugar que ocupa nas práticas sociais e as restrições vão além do reconhecimento do gênero na medida em que o falante reconhece algumas condições mínimas para que o ato de linguagem seja válido. Charaudeau (2004) explicita que o sujeito falante faz uso de referência a saberes partilhados e crenças num processo de socialização individual e coletivo. Acrescenta, ainda, que existem três memórias que constituem as práticas sociais: uma memória dos discursos, na qual se constroem os saberes de conhecimento e de crença por meio das representações sociais em função das identidades coletivas ou “comunidades discursivas”²⁴; uma memória das situações de comunicação, entendida como dispositivos de normatização de trocas comunicativas por meio de condições psicossociais de realização e de reconhecimento pelos parceiros do discurso; e, uma memória das formas dos signos que se define nas maneiras de dizer do sujeito falante com formas rotineiras de comportamento e de linguagem.

A partir desse pressuposto, Charaudeau (2004) propõe:

Tendo em vista a relação de “consustancialidade” que situação, sentidos e formas mantêm é razoável levantar a hipótese [...] de que se estabelece uma articulação estreita entre estes três tipos de memórias, e, além disso, entre a situação de comunicação, que é um elemento de estruturação da prática social, e a normalização-codificação das práticas linguageiras. Podemos, então, sustentar a ideia de que o sujeito social se dota de gêneros empíricos, e que, por meio de representações que ele se constrói deles pela aprendizagem e pela experiência, ele os erige em normas de conformidade linguageira e os associa aos lugares de prática social mais ou menos institucionalizados (CHARAUDEAU, 2004, p. 21, grifo do autor).

²⁴ Comunidades discursivas são entendidas por Charaudeau (2004) como o compartilhamento pelos sujeitos de objetivos em comum, expressos em discursos produzidos de acordo com os saberes partilhados e crenças, as condições psicossociais dos parceiros do discurso e as maneiras de dizer dos falantes.

Diante disso, a questão dos gêneros discursivos parece ser esclarecida levando à compreensão de que é necessário considerar os fatos de linguagem para o conhecimento dos princípios gerais em que se fundamentam os mecanismos de funcionamento do discurso. De acordo com a proposta de Charaudeau (2005), esses princípios gerais que fundam a atividade de linguagem são: os princípios de alteridade, de pertinência, de influência e de regulação. Nesse processo, o princípio de influência, de acordo com o autor (2004), é o que mais está ligado à orientação do ato de linguagem como ato de comunicação ao estabelecer que o sujeito visa a influenciar o seu parceiro para fazê-lo agir, afetá-lo emocionalmente ou para orientar seu pensamento.

3.1.1. As visadas discursivas

Charaudeau (2012a, p. 78) estabelece uma correspondência entre os Modos de Organização do Discurso a gêneros textuais, afirmando que estes tanto podem coincidir com um Modo de discurso como combinar vários modos. Os mecanismos de funcionamento dos gêneros do discurso, dessa maneira, estão ligados a um conjunto de situações de comunicação e à discursivização, ou seja, a um conjunto de procedimentos semiodiscursivos. As restrições nas situações de comunicação se originam na identidade dos sujeitos parceiros e do lugar de troca entre eles, além da finalidade ou propósito do discurso (CHARAUDEAU, 2004). Já a discursivização é o espaço das maneiras de dizer e também das restrições discursivas na ordem das atividades de ordenamento do discurso e das restrições formais como maneiras próprias de dizer em determinada situação (CHARAUDEAU, 2004).

Em consequência disso, surgem as “visadas discursivas” a partir da intencionalidade psico-socio-lingueira ou propósitos que determinam a expectativa (enjeu) do ato de linguagem e a própria troca entre os parceiros. De acordo com Charaudeau (2004, p, 23), “as visadas correspondem, assim, a atitudes enunciativas de base que encontraríamos em um grande corpus de atos comunicativos reagrupados em nome de sua orientação pragmática, mas além de sua ancoragem situacional”. É necessário esclarecer, no entanto, a diferença existente entre finalidade e visada

discursiva, embora as duas noções estejam interligadas e voltadas para a intencionalidade.

Vale (2014) explica que as visadas marcam a intencionalidade do sujeito falante em função de um ponto de vista de análise. Segundo Vale (2014, p. 139), “sugerir que uma visada “x” ou “y” faz parte de um ato de comunicação está ligado ao julgamento de um sujeito analisante a respeito de determinado conjunto de textos organizados em torno de atitudes enunciativas de mesma orientação pragmática” (grifos do autor). Por isso, podemos afirmar que as finalidades são maneiras de pressupor a intenção a partir de uma coletividade considerando as representações sociodiscursivas, além da recorrência de propósitos em determinada situação de comunicação (VALE, 2014).

As visadas, de acordo com Vale (2014), são uma ponte entre a finalidade e a intencionalidade do sujeito falante. Dessa maneira, podem ser consideradas como hipóteses sobre a ação da instância de produção. Sendo assim, uma mesma finalidade pode se compor de uma ou mais visadas discursivas. Charaudeau (2004) descreve seis visadas, consideradas principais, a saber: de “prescrição”, de “solicitação”, de “incitação”, de “informação”, de “instrução” e de “demonstração”:

- A visada de “prescrição”: eu quer “mandar fazer” (faire faire), e ele tem autoridade de poder sancionar; tu se encontra, então, em posição de “dever fazer”.
- A visada de “solicitação”: eu quer “saber”, e ele está, então, em posição de inferioridade de saber diante do tu, mas legitimado em sua demanda; tu está em posição de “dever responder” à solicitação.
- A visada de “incitação”: eu quer “mandar fazer” (faire faire), mas, não estando em posição de autoridade, não pode senão incitar a fazer; ele deve então “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao tu que ele será o beneficiário de seu próprio ato; tu está então, em posição de “dever acreditar” que se ele age, é para o seu bem.
- A visada de “informação”: eu quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; tu se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento.
- A visada de “instrução”: eu quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o saber; tu está em posição de “dever saber fazer” segundo um modelo (ou modo de emprego) que é proposto por eu.
- A visada de “demonstração”: eu quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas” segundo uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista, expert); tu está em posição de ter que receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo.

(CHARAUDEAU, 2004, p. 24, grifos do autor).

Charaudeau (2004) adverte que essas visadas não são simples abstrações esquemáticas de um texto, nem simplesmente atos de fala²⁵ ou funções de linguagem²⁶ e não podem ser consideradas como tipologização dos textos. Assim, dependendo da situação de comunicação e da finalidade, são selecionadas algumas visadas que representam os elementos essenciais dos textos, combinando a identidade dos parceiros; o propósito e sua estruturação temática; bem como as circunstâncias de produção.

Segundo Charaudeau (2004, p. 26), “a situação de comunicação é, assim, o que determina, através das características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo”. Desse modo, conforme o exposto, as condições situacionais dão possibilidade de classificação dos textos por meio de uma tipologia, embora não seja o único princípio de classificação.

3.2. O contrato do discurso político no corpus: restrições situacionais e discursivas

Já dissemos que a questão fundamental na análise dos gêneros discursivos é a consideração das restrições. Podemos afirmar que o sujeito tem liberdade no ato de comunicação, mas ele não é completamente livre. Conseqüentemente, algumas restrições ou normas e convenções da linguagem operam na construção de um discurso relacionado a crenças e compartilhamento de ideias de um grupo. No cenário político, ocorrem as representações de relações de poder em função dos lugares, papéis e textos. O contrato de comunicação, nesse caso, é o resultado das trocas simbólicas de organização em função de relações de força, de um campo de enunciação e de mecanismos de encenação, como mostra Charaudeau (2006).

As restrições situacionais têm por finalidade construir o discurso por meio da ligação entre os dados externos e a construção discursiva numa relação de causalidade (CHARAUDEAU, 2004). Os dados da finalidade, pelas visadas; da identidade dos parceiros; do propósito; e das circunstâncias materiais determinam, de acordo com Charaudeau (2004), certa escolha dos modos de organização do discurso (descritivo,

²⁵ Atos de fala no sentido da pragmática relacionados aos atos de linguagem, de acordo com Charaudeau (2004).

²⁶ Como definidas por Jakobson. Cf.: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

narrativo, argumentativo); os dados da identidade dos parceiros (modos enoncivos, enunciativos, de tematização e de semiologização). O sujeito social, portanto, se apropria de algumas formas de uso da linguagem por meio de representações construídas em sua experiência e as restrições das situações de comunicação influenciam as “maneiras de dizer”. Por isso,

Todo texto é singular, a menos que ele seja a simples cópia de um outro. Todo texto se inscreve, assim, em uma continuidade que é delimitada por uma abertura e um fechamento – abertura e fechamento que as condições situacionais e discursivas lhe dão – e ele se caracteriza por uma coerência interna que lhe dá uma estrutura e uma existência mais ou menos autônoma (CHARAUDEAU, 2004, p. 29).

Tendo elucidado as questões relacionadas aos gêneros discursivos, às visadas discursivas e ao contrato de comunicação, voltemo-nos para o nosso corpus. Procuramos classificar os textos do corpus mais pelos pontos comuns do que por suas diferenças, uma vez que se trata de gêneros distintos (artigo de opinião e entrevista simulada), mas que apresentam a particularidade de serem discursos argumentativos com visadas discursivas similares. Baseando-nos na proposta de Charaudeau (2004; 2005; 2006; 2012a; 2012b), podemos perceber que os textos têm como pontos comuns os componentes do contrato situacional, sendo textos de políticos com a finalidade de atingir o poder ou se manter nele e na relação entre os sujeitos enunciadore e destinatários.

Como lugar de fabricação do discurso político no corpus, encontramos a instância política e a instância cidadã por intermédio da instância midiática. A partir das noções de Charaudeau (2006), podemos verificar que o discurso de Dilma Rousseff se encontra no lugar de decisão e de ação, em busca de legitimidade para manter sua autoridade e credibilidade na gestão. De maneira implícita, o seu discurso dedica-se a justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade e a conclamar o consenso social para a obtenção de apoio dos cidadãos por meio de estratégias de persuasão e sedução.

Por outro lado, o discurso de Aécio Neves, também no lugar de governança, pode ser visto, conforme as explicações de Charaudeau (2006, p. 56), como uma busca pelo “poder de fazer pensar”, movido pelas mesmas motivações da presidente, ou seja, também busca legitimidade, a fim de ocupar o lugar de gestão, de autoridade e de credibilidade. Por isso, Aécio Neves dedica-se em seu discurso a criticar as ideias do partido adversário e da presidente que o representa em busca de reforçar sua posição e também conclamar o apoio dos cidadãos por meio de estratégias argumentativas.

Relacionando os dados às circunstâncias de realização do discurso, é preciso ressaltar que os discursos de Aécio Neves e de Dilma Rousseff parece se constituírem como discursos prévios à campanha eleitoral, mas que se apropriariam da máquina empresarial e da máquina pública para levarem vantagem como pré-candidatos. Percebe-se a tentativa clara de persuadir os cidadãos-eleitores de suas ideias antes do período eleitoral. Isso é feito de forma legal, mas apontando, implicitamente, uma vantagem dos políticos em relação aos demais com o mesmo intuito eleitoral.

A respeito da legalidade desse tipo de discurso na mídia, a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997²⁷, editada em caráter permanente, dedicou capítulo específico à propaganda eleitoral na imprensa escrita, o que pode ser estendido à mídia digital. Entretanto, embora a lei apenas regulamente a propaganda paga, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, editadas a partir do ano de 2002, fizeram inserir dispositivo que admite a divulgação de opinião favorável a candidato/a, a partido político ou a coligação pela imprensa escrita, desde que não sejam cometidos abusos e excessos, bem como formas de uso indevido do meio de comunicação.

Segundo Fávere (2010), a construção jurisprudencial considera as restrições impostas aos jornais menos severas por terem características intrínsecas ao exercício dessa atividade, por serem de propriedade de empresa privada, em que a legislação eleitoral não impede o posicionamento de um jornal em defesa em relação a qualquer linha doutrinária. Nesse caso, os jornais podem assumir posição em relação aos pleitos eleitorais e a seus participantes, sem que se caracterize propaganda eleitoral ilícita.

Portanto, entende-se que a mídia impressa e digital, diferentemente da televisão e do rádio, por ter alcance relativamente limitado a um número restrito de pessoas e suas informações só estarem disponíveis àqueles que voluntariamente a isso se propõem, age dentro da legalidade ao permitirem, como no caso do portal Folha de S. Paulo, textos com viés partidário visando ao pleito eleitoral. Trata-se de uma máquina de exploração comercial privada, fugindo ao controle governamental, e que, por isso, pode atuar com margem de liberdade distinta daquela observada pelas rádios e televisões. No caso do programa de rádio, o texto legal dispõe no Art. 45, parágrafo III, que somente a partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes, limitando-se aos três meses que antecedem o pleito.

²⁷ Cf.: BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em: 22 set. 2014.

Evidentemente, essa questão de uso da máquina empresarial e oficial constitui-se como um recurso que tem a capacidade de intervenção no andamento do processo eleitoral, mediante a tematização de questões que envolvem o interesse dos sujeitos falantes, com a busca da eficiência persuasiva. A mídia, no caso dos discursos analisados, pode exercer certo poder que busca a influência do povo tanto nas opiniões dos políticos como na seção dos espaços para os mesmos. Isso faz parte da democracia e a constituição, como vimos, prevê a relatividade da informação, sendo necessário ao público-alvo distinguir as informações dos fatos.

Os discursos analisados, assim, apresentam-se com vistas à adesão da instância cidadã como lugar de opinião fora do governo. Nesse ponto é preciso ressaltar que ela tem o poder de escolher ou criticar os políticos e, no contexto atual da política brasileira, é evidente a busca de questionamento da legitimidade e credibilidade da instância política. Isso se dá por meio de discursos de reivindicação, como mostra Charaudeau (2006), principalmente nas redes sociais e através delas em protestos levados às ruas, como o ocorrido no primeiro semestre de 2013 em várias cidades no Brasil com variadas reivindicações ao governo.

Os gêneros jornalísticos, de um modo geral, são o resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo comunicacional, do grau de engajamento do sujeito e do modo de organização discursivo, de acordo com Charaudeau (2012b, p. 212). Segundo o autor (2012b), o contrato midiático ocorre numa relação triangular entre uma instância de informação, um mundo a comentar e uma instância consumidora. Diante disso, alguns desafios se fazem presente como o desafio de visibilidade, de inteligibilidade e de espetacularização.

Em relação à intencionalidade psico-sócio-discursiva, exposta por Charaudeau (2004), que leva a certa expectativa do ato de linguagem e a própria troca languageira, nos discursos analisados, parecem ser perceptíveis as visadas de informação e de incitação nos discursos dos dois políticos no tratamento dos temas e na busca de levar o destinatário a tomar conhecimento de algumas informações relevantes no quadro político brasileiro. A visada de “incitação” pode ser notada nos discursos analisados por meio da persuasão ou sedução na busca de se fazer acreditar que o EU age para o bem de todos. Da mesma forma, a visada de “informação”, como expõe Charaudeau (2004, p.24), também parece ser recorrente nos discursos, ao procurarem transmitir ao destinatário que o Eu está legitimado por sua posição de saber a “fazer saber”.

Especificamente, podemos observar que a instância midiática em sua relação com a instância política e cidadã, encontra-se fora do lugar de governança apenas com relação aos discursos de Aécio Neves, embora, como vimos, pareça estar a serviço de seus propósitos. Num quadro geral, a instância midiática tem a função de unir a instância política e a cidadã, segundo Charaudeau (2006, p. 62). De acordo com o autor,

Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) – o que inscreve essa instância em uma lógica democrática – e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação – o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial (CHARAUDEAU, 2006, p. 62).

Nesse contexto, podemos observar que o mundo político depende da simbolização da mídia para ter visibilidade social e, nesse ponto, a mídia cumpre o seu papel ao permitir aos políticos a sua utilização com desenvoltura. Na verdade, como mostra Charaudeau (2012b, p. 17), “as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública”, mesmo que seja para o seu próprio bem-estar. A instância midiática que envolve o discurso analisado de Dilma Rousseff não se encontra fora da governança, mas apresenta um discurso indireto/disfarçado.

É possível que o dispositivo do contrato de comunicação político no corpus, portanto, busque, por meio da mídia, discursos de legitimação. As mídias, assim, não são consideradas uma instância de poder, mas fazem parte de um jogo de poder social, nos termos de Charaudeau (2012b). Dessa maneira, podem ser vistas como “um espetáculo da democracia” realizado nas trocas entre as instâncias de produção e recepção, conforme Charaudeau (2012b, p. 23). Nesse aspecto, a tela do computador como novo espaço de escrita e interação entre escritor e leitor mudou significativamente e podemos perceber uma nova relação entre os parceiros da comunicação. As mídias examinadas procuram essa conexão, assumindo o desafio de conquistar os internautas com os recursos da rede.

3.2.1. Opinião no Portal Folha e Café com a Presidenta

A seção Opinião faz parte da composição do portal Folha UOL e apresenta a subseção Colunistas que tem o propósito de estimular o debate sobre os problemas

brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo²⁸ com textos de diversos autores de variados setores da sociedade que escrevem de forma regular em dias definidos. Aécio Neves tem seus artigos publicados uma vez por semana, sempre às segundas-feiras nessa subseção.

O portal Folha UOL²⁹, de um modo geral, é organizado com divisão das matérias em tópicos, com vídeos, áudios, fotos e informação ágil. O Jornal Folha de S. Paulo se declara pautado por princípios de pluralidade, apartidarismo, atitude crítica e de independência, segundo a seção Sobre a Folha no site. Em sua página principal encontramos a subseção Colunistas que dá acesso aos textos diários e também podemos ter acesso aos arquivos por meio da seção Opinião que aparece na parte inferior da página com a subseção Colunas. A página em que são disponibilizados os textos de Aécio Neves se intitula Colunistas seguida do nome do autor e nela podemos ter acesso aos arquivos de seus textos. As páginas referentes aos textos publicados apresentam os recursos do hipertexto com opções para acessar outras seções da Folha e para interagir com o texto a partir da opção “Comentários”, além da possibilidade de compartilhamento pelas redes sociais, impressão e audição do texto.

Já o portal Café com a Presidenta divulga o programa de rádio com o mesmo nome veiculado uma vez por semana. Apresenta um simulado de entrevista entre a presidente Dilma Rousseff e o jornalista Luciano Seixas em que é bastante provável a evidência de uma montagem da fala do radialista e das respostas da presidente. O programa radiofônico tem duração de seis minutos e são expostos ao cidadão brasileiro os projetos do governo e suas ações em áreas de interesse nacional, como educação, saúde, segurança, entre outros. O programa prioriza temas escolhidos a partir de uma análise dos acontecimentos da semana e discutidos entre a equipe de produção, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e a própria presidenta, conforme informações do portal³⁰.

O portal também apresenta as características do hipertexto com diversas conexões dos itens de informação e possibilidade de compartilhamento, exigindo do leitor algumas competências de leitura na internet, embora isso não dificulte o acesso aos textos por meio do ícone: “Arquivos”. O programa é produzido pela Diretoria de

²⁸ Informações da seção Opinião do Jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/tendenciasdebates/>>. Acesso em: mar. 2014

²⁹ Universo Online é um provedor de conteúdo e um provedor de acesso à Internet brasileira, criado pela empresa Folha da Manhã, que edita o jornal Folha de S. Paulo.

³⁰ Disponível em: <<http://cafe.ebc.com.br/cafe/o-programa>>. Acesso em: maio 2014.

Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e tem supervisão editorial da Secom. É veiculado pelo rádio, às 6 horas da manhã, via satélite, às segundas-feiras, no canal de distribuição de "A Voz do Brasil" veiculado diariamente em rede nacional de rádio para todo o país. As transmissões são feitas em quatro horários (6h, 7h, 8h30 e 13h) e os arquivos e transcrições são disponibilizados no site.

3.2.2. Configuração dos textos de Aécio Neves

No que diz respeito à organização formal dos textos, diante do exposto, as colunas de Aécio Neves podem ser configuradas a partir da complexidade dos gêneros como instância enunciativa de origem externa, como explica Charaudeau (2012b). Os discursos mostram análises de acontecimentos e opinião emitida como político engajado não em uma análise objetiva dos fatos, mas na expressão de seu ponto de vista partidário. Assim, seus textos se apresentam com a estrutura do gênero jornalístico, reconhecidamente pelas relações sociais como artigos de opinião, por buscarem o convencimento do outro de seus ideais políticos a partir da argumentação ou do modo de organização argumentativo, conforme expõe Charaudeau (2012a).

Enfatizamos que na definição situacional a que nos propomos, os gêneros precisam ser considerados a partir de suas visadas que dão pistas da intencionalidade. Nesse sentido, as colunas de Aécio Neves por demonstrarem a visada de “incitação” no sentido de “fazer acreditar” pela persuasão e a visada de “informação” expressando legitimação para sua tomada de posição (“deve saber”), corroboram para a definição do gênero argumentativo de opinião. Segundo Charaudeau (2012a, p. 205), “[...] o sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo a modificar seu comportamento”, estabelecendo uma relação triangular entre o sujeito que argumenta, a proposta sobre o mundo e o sujeito que é alvo dessa argumentação, percebidos no gênero discursivo analisado.

Charaudeau (2012a), como já expomos, defende que nesse modo de organização existe como procedimento uma perspectiva de razão demonstrativa de sustentação das afirmações realizadas e de razão persuasiva por meio da apresentação de provas e argumentos consistentes que justifiquem as proposições sobre o mundo. Sendo um

gênero discursivo que busca convencer o outro sobre uma determinada ideia, é perceptível a recorrência de uma questão a ser debatida – asserção de partida que conta com a aceitação de uma outra asserção, que a justifica; uma asserção de chegada que representa a conclusão orientada pela asserção de partida e uma asserção de passagem, também chamada de prova, inferência ou argumento que justifica a relação de causalidade entre a primeira e a segunda (CHARAUDEAU, 2012a, p. 209).

Podemos caracterizar, dessa maneira, em linhas gerais, o gênero artigo de opinião adotado por Aécio Neves pela relação dialógica e de alteridade; pela presença de uma situação polêmica de debate social; pelos modos de encadeamento; pelas modalidades ou condições de realização e pelo escopo do valor de verdade, conforme a definição de Charaudeau (2012a). Além disso, os artigos evidenciam os procedimentos da lógica argumentativa ou modos de raciocínio de dedução; explicação; associação; escolha alternativa; e escolha restritiva, como podemos constatar nas análises feitas.

O gênero artigo de opinião nos discursos de Aécio Neves tem características do acontecimento comentado, de acordo com o seu propósito de construir a opinião pública. É preciso considerar que a opinião, nesse caso, aparenta pertencer ao domínio do crer, do imaginário do saber sobre o qual o sujeito pode efetuar um julgamento, conforme as definições de Charaudeau (2012b). Charaudeau (2012b, p. 121) explica que a opinião é o resultado da reunião de elementos heterogêneos e na associação deles, a partir de um “cálculo de probabilidade”, capaz de levar a uma atitude de aceitação ou rejeição. Ao trazerem debates sobre questões em discussão na sociedade, os artigos de Aécio Neves trazem comentários ligados aos assuntos e, por isso, podem se constituírem como o comentário, numa atividade discursiva que consiste, para Charaudeau (2012b, p. 175), “em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem”.

Como gênero discursivo, os artigos de opinião analisados estão inseridos numa atividade comunicacional com alguns critérios bem definidos, os quais foram expostos por Charaudeau (2004), dentre os quais destacamos, a partir das análises feitas:

- i. A finalidade: os artigos apresentam como visadas predominantes, a visada de “incitação” na busca de fazer crer que o sujeito comunicante age para o bem do destinatário e a visada de “informação” na intenção de “fazer saber” por meio do reconhecimento dos fatos e a capacidade de julgamento. Tem como objetivo promover a adesão do sujeito interpretante a partir da argumentação. Nesse sentido, a informação está a serviço da incitação de maneira inter-relacionada.

- ii. A identidade dos sujeitos: nos artigos, estão bem definidos os papéis do sujeito comunicante Aécio Neves, vinculado à instância política, por intermédio da instância midiática, interessado em investir no cargo de presidente da república. O sujeito interpretante, como instância cidadã, são os leitores do jornal ou internautas interessados em conhecer a opinião do político, também intermediados pela instância midiática.
- iii. O propósito e sua estruturação temática: os temas dos artigos estão relacionados a acontecimentos do espaço público com o propósito de argumentar em favor do bem-estar dos brasileiros e da nação. A temática gira em torno da responsabilidade na gestão, ética e economia.
- iv. As circunstâncias: a condição material dos textos é constitutiva do discurso e das colunas publicadas semanalmente no portal da Folha de S. Paulo representam a localização e o tempo do discurso.

Assim, percebemos no corpus uma argumentação voltada para a problematização dos propósitos, na tentativa de elucidar e avaliar os aspectos do tema em questão, com uma avaliação voltada para os problemas enfrentados pelo país e para a responsabilização do governo no poder. Não há, desse modo, uma avaliação sob diferentes aspectos, o que seria mais apropriado para o gênero artigo de opinião. As restrições de espaço do portal Folha on-line podem ser identificadas pela característica da cultura digital³¹ moderna em que a leitura é feita, na maioria das vezes, com pouca concentração e disciplina por um “navegador errante”. Embora, ao mesmo tempo, essa característica permita também ao destinatário uma possibilidade maior de interação, podendo comentar, curtir, compartilhar, e, até mesmo, ouvir o texto, o que pode diminuir as fronteiras entre a leitura e a autoria.

Nesse sentido, do mesmo modo que os recursos tecnológicos modernos facilitam a interação entre os participantes do ato de comunicação, também dão origem a restrições na medida em que os textos devem chamar a atenção do leitor para gerar o interesse pela leitura. Nesse contexto, não há como a instância enunciativa controlar a circulação e o alcance das publicações, não sendo possível, por isso, precisar quantos serão os leitores e qual o seu perfil. Apesar disso, a mídia digital representa um ganho inestimável para a divulgação e compartilhamento do discurso político, como podemos ver.

³¹ Cf.: CHARTIER, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Edunesp, 1997.

3.2.3. Configuração dos textos de Dilma Rousseff

Os textos de Dilma Rousseff, na mesma perspectiva da teoria semiolinguística, são portadores de algumas especificidades. Como vimos, podem ser considerados como entrevistas do programa de rádio *Café com a Presidenta* que apresenta as características do modo entrevista jogando com as sutilezas da voz. Reproduzidos em outro suporte (*Portal Café com a Presidenta*) o gênero conservou certas regularidades do discurso jornalístico, apesar da mudança de perfil do veículo, uma vez que está dentro do espaço de governança. O entrevistador, nesse caso, organiza a maneira de apresentar a entrevista com uma sequência de perguntas pré-determinadas em que não há a presunção de colocar à disposição da opinião pública julgamentos e análises que revelem um verdadeiro engajamento do entrevistado.

Por esse motivo, configurar os textos de Dilma Rousseff como entrevistas propriamente ditas é bastante problemático. Por isso, preferimos adotar o termo “entrevistas simuladas” na expectativa de fazer compreender as visadas presentes. O gênero entrevista correspondente aos textos da presidente em transmissões radiofônicas são caracterizadas pelo fato de atingir diversos sujeitos ao mesmo tempo e por ser uma espécie de “bate-papo”.

Ao passarem para o gênero escrito no ciberespaço, apesar de manter as características do gênero falado, mudam-se as relações entre os interlocutores. De certo modo, as entrevistas simuladas analisadas, conservando as marcas orais, são construídas com algumas marcas do suporte rádio, veículo inicial dos textos, com uma relação de intimidade e convivência intelectual, que foram apontadas por Charaudeau (2012b) como próprias desse suporte. Por se tratar de entrevistas políticas, pela finalidade de relacionar-se à vida cidadã e pela identidade da entrevistada, representante de si mesma, do seu governo e do seu partido político, as falas são subordinadas aos seus interesses políticos.

Logo, não é permitido a ela dizer as coisas como ela pensa, conforme adverte Charaudeau (2012b) a respeito da entrevista política. O entrevistador que deveria tirar o máximo de informações possíveis e as intenções implícitas no jogo de questionamento, no caso das entrevistas analisadas, não cumpre esse papel, na medida em que podemos

prever antecipadamente as perguntas e as repostas, o que é justificável sendo um suporte de circulação do próprio governo. Charaudeau (2012b) explica essa particularidade da entrevista política, afirmando que se trata de um problema de credibilidade no subgênero político.

Da mesma maneira que consideramos os artigos de opinião uma atividade comunicacional com alguns critérios bem definidos, no gênero entrevista também podem ser encontrados alguns critérios que convocam as visadas discursivas, conforme descrevemos:

- i. A finalidade: nas entrevistas predominam a visada de “incitação” na busca de fazer acreditar que o sujeito enunciativo age para o bem dos destinatários e a visada de “informação”, demonstrando o saber de reconhecimento dos fatos e a capacidade de julgamento. Tem como objetivo promover a adesão dos destinatários a partir da argumentação. No caso de Dilma Rousseff, percebemos que o seu discurso tem a finalidade de demonstrar sua capacidade em conhecer a realidade do país e de saber como agir diante das principais exigências da sociedade.
- ii. A identidade dos sujeitos: estão bem definidos os papéis do sujeito comunicante Dilma Rousseff como presidente da república, com certo poder de decisão e de ação, vinculada à instância política intermediada pela instância midiática. Como sujeitos interpretantes, temos o interpretante intermediário (falso entrevistador) ao qual ela se dirige diretamente com o objetivo de chegar aos outros sujeitos interpretantes, ouvintes do programa de rádio ou internautas, interessados em conhecer as ações do governo pelas transcrições do portal, na instância cidadã, também intermediada pela instância midiática.
- iii. O propósito e sua estruturação temática: os temas das entrevistas estão relacionados aos programas do governo para os cidadãos com o objetivo de demonstrar sua capacidade de gestão. As entrevistas simuladas políticas presumem colocar à disposição da opinião pública as análises da presidente que justificam suas ações no governo envolvendo educação, saúde, moradia, agricultura, dentre outros.
- iv. As circunstâncias: são bem definidas as circunstâncias de espaço e de tempo, ou seja, publicações semanais de transcrições de entrevistas do programa de rádio Café com a Presidenta no portal com o mesmo nome.

A questão fundamental que se coloca com base no exposto acima é a da articulação entre os dados situacionais que levam a certas regularidades discursivas e,

por conseguinte, às formas textuais, entendidas aqui como índices semiológicos, nos termos de Charaudeau (2004). Nesse sentido, o gênero discursivo não é apenas um paradigma ou uma esquematização abstrata, mas uma escolha de formas linguageiras ligadas a situações comunicacionais, restrições e jogos com fins estratégicos. A limitação do espaço de tempo de seis minutos para o programa de rádio *Café com a presidenta* não impedem a eficiente elaboração do discurso e sua encenação no portal na busca de atrair o destinatário. Percebemos um cuidado criterioso na produção dos textos com vistas a manter as características do gênero entrevista, embora permaneça com um tom mais informal de um bate-papo próprio do rádio.

Podemos perceber no portal *Café com a Presidenta* assim como no *Folha*, características da comunicação moderna digital, com uma página bastante interativa, que dá a possibilidade de leitura de arquivos das entrevistas e sua audição assim como o compartilhamento em redes sociais, embora não haja espaço para comentários a não ser pelo “Fale conosco”. Lembramos que originalmente os textos fazem parte do programa *Café com a Presidenta* transmitido pelo rádio em rede nacional, conforme já descrevemos.

Procuramos, como Charaudeau (2004), desse modo, descrever os gêneros como uma articulação entre: um contrato global do domínio de comunicação com suas variantes (dados situacionais); uma organização discursiva e seus modos (restrições); formas textuais recorrentes.

3.3. Marcas de transgressão e variantes dos gêneros artigo de opinião e entrevista

A questão da transgressão dos gêneros abrange, de acordo com Charaudeau (2004, p. 32), “índices de reconhecimento de um tipo de texto, mas que, ao mesmo tempo, detectamos formas que não são esperadas”. Isso reflete o ethos dos sujeitos, tanto daquele que está inscrito no contrato de comunicação e faz parte das restrições situacionais como daquele ligado à busca de individualização. Assim, nos textos do corpus aparecem marcas de transgressão quando, por exemplo, na coluna do portal *Folha* de 10/03/2014, ao invés de escrever um artigo, Aécio Neves escreve uma carta pessoal intitulada de “Carta ao Sérgio” com todas as propriedades da mesma, conforme anexo. O mesmo pode ser verificado no espaço de entrevistas de Dilma Rousseff no

portal Café com a Presidenta do dia 30/12/2013 em que, apesar de manter o formato da entrevista, o texto que se segue é a transcrição de seu pronunciamento à Nação em rede nacional pelo rádio, televisão e internet no final do ano. Coube ao apresentador apenas dividir em blocos as falas da presidente.

Além das transgressões, Charaudeau (2004) descreve as variantes de gêneros que, segundo o autor, não podem ser confundidas com transgressões. Para ele, “o que caracteriza a variante do gênero é que ela respeita o essencial das características do gênero, propondo uma outra característica recorrente que acaba não por modificar mas por especificar um desses aspectos” (CHARAUDEAU, 2004, p. 35). Isso quer dizer que os dados situacionais continuam os mesmos, mas alguns componentes são específicos, como é o caso dos artigos de opinião do corpus vinculados a um contrato de comunicação midiático da Folha de S. Paulo voltado para a informação em sua base. Além dessa variação, podemos citar o fato dos textos serem destinados originalmente à mídia impressa (artigos) ou radiofônica (entrevistas), estarem disponíveis no ciberespaço.

Assim, podemos perceber algumas variantes de interação entre os sujeitos, ligadas ao entrecruzamento dos contratos, como assinala Charaudeau (2004). Os contratos políticos se entrecruzam com os contratos midiáticos tanto nos artigos de Aécio Neves como nas entrevistas de Dilma Rousseff. Desse modo, os gêneros discursivos em questão se mostram como o resultado da combinação de marcas discursivas e modos discursivos a partir de suas visadas.

3.4. A identidade do sujeito político: a encenação argumentativa e a questão da legitimidade

Conforme vimos no capítulo referente às teorias argumentativas, a lógica argumentativa depende do sujeito e da sua situação em relação ao interlocutor para compor uma razão persuasiva, ligada a um contrato de comunicação, como mostra Charaudeau (2012a, p. 220). Na encenação argumentativa, portanto, o sujeito faz uso de configurações ligadas aos parceiros de fala da comunicação, sendo necessária a tomada de posição e uma justificativa para esse posicionamento no decorrer da argumentação, a fim de persuadir o destinatário (CHARAUDEAU, 2012a, p. 221).

O dispositivo argumentativo, assim, conforme já expomos, é um processo de combinação entre uma PROPOSTA, de acordo com as condições de tomada de posição por parte do sujeito relacionada à PROPOSIÇÃO e exigindo do sujeito o desenvolvimento da PERSUASÃO (CHARAUDEAU, 2012a). A proposta, de acordo com o autor (2012a, p. 222), “se compõe de uma ou mais asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo”, ou seja, a tese. A proposição compõe-se de um questionamento que levará o sujeito a desenvolver sua argumentação por meio de uma tomada de posição de acordo ou em desacordo com a proposta, buscando o desenvolvimento de uma persuasão com o objetivo de refutá-la ou declará-la como verdadeira. O sujeito pode, ainda, não tomar posição, questionando a proposta, mas sem se engajar na sua tomada de posição. A persuasão, nesse quadro, dá ênfase a um raciocínio persuasivo de refutação, justificativa ou ponderação.

Nesse sentido, no que diz respeito à situação de troca linguageira, temos duas situações. No caso do discurso de Aécio Neves, temos uma situação monologal, como é definida por Charaudeau (2012a), em que o próprio sujeito constrói a totalidade do texto (proposta, proposição, persuasão), embora saibamos que existe todo um trabalho de assessoramento na produção e publicação dos textos. Já no discurso de Dilma Rousseff, a situação é bem específica, por ser uma simulação de entrevista em que se mostra um diálogo de troca linguageira entre o entrevistador e a entrevistada, mas com a demonstração de um caráter artificial da linguagem pela repetição de expressões e pela ausência do jogo de questionamento próprio desse gênero, conforme a descrição de Charaudeau (2012b).

Assim, é preciso ressaltar que as entrevistas analisadas, embora conservem as características do gênero, são produzidas numa situação particular em que os discursos são planejados e que, portanto, não conservam a característica de tirar do convidado o máximo de informações possível. Na verdade, o que se percebe é a construção de perguntas e respostas em conveniência com a proposta política da entrevistada. As informações são buscadas a fim de se evitar um questionamento mais aprofundado ou complexo envolvendo a situação política no Brasil, o que, de certa maneira, é uma contradição, considerando as características do gênero entrevista.

O contrato de comunicação, de acordo com Charaudeau (2012a, p. 227), “fornece as chaves de interpretação de um texto”. Nesse sentido, nos textos analisados é possível verificar o contrato de comunicação por meio da referência de forma explícita sobre qual é a proposta, em que consiste a proposição e qual vai ser o quadro de

persuasão, como nos exemplos ilustrativos 1 e 2 a seguir, baseados nos conceitos de Charaudeau (2012a):

(1) A questão prisional no Brasil é um dos centros de gravidade de nossa crise na segurança pública (**Proposta**).

[...] O que queremos de nosso sistema de punições? Trata-se de recuperar, ressocializar ou simplesmente punir? (**Proposição**).

[...] O Brasil prende muito e prende mal. São 550 mil detentos em um sistema penitenciário falido. O número de encarcerados sem julgamento supera os 35% da população carcerária total. (**Persuasão**)

(Aécio Neves – Improviso, 13/01/2014)

(2) [...] eu tenho andado muito pelo país e sei o quanto o Minha Casa Minha Vida mudou a vida de milhões de pessoas (**Proposta**). [...] nós já contratamos 2,065 milhões de moradias (**Proposição**). [...] Se a gente somar tudo o que foi contratado no meu governo com as casas contratadas no governo Lula, são mais de 3 milhões de moradias em todo o país. Desse total, nós já entregamos mais de 1,4 milhão de casas e apartamentos (**Persuasão**) [...].

(Dilma Rousseff - Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013)

Com relação às posições do sujeito de acordo com a proposta do dispositivo argumentativo defendidas por Charaudeau (2012a), notamos que Aécio Neves e Dilma Rousseff são levados a se posicionar a favor ou contra ou a rever seus argumentos. Isso depende da maneira como o sujeito julga o seu destinatário ou como demonstra um engajamento sobre sua própria argumentação. Assim, os sujeitos políticos em análise manifestam em sua identidade social um discurso de legitimidade.

Essa legitimidade é percebida na justificativa dos feitos e dos gestos de Dilma Rousseff (exemplo 2), em nome do bem-estar de todos os brasileiros. É o resultado de um reconhecimento de seu poder de fazer e dizer e não se confunde com credibilidade que seria a capacidade do sujeito de dizer ou fazer, como explica Charaudeau (2006). A legitimidade de Dilma Rousseff, dessa maneira, foi adquirida por meio de um sistema democrático, por mandato, através do voto. Já Aécio Neves também possui legitimidade por ser um senador da república, eleito pelo povo e por sua herança “natural” (neto do ex-presidente Tancredo Neves), mas em seu discurso revela também a busca da credibilidade por sua capacidade de dizer e de fazer (exemplo 1), de acordo com sua experiência de político ao longo dos anos.

Podemos perceber nos discursos do corpus uma tentativa por parte dos sujeitos políticos de produzir um discurso de encenação, o que Charaudeau (2006) exemplifica com a ilustração do cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: primeiro apresenta-se uma situação inicial que descreve o mal, depois se procede a uma

determinação de sua causa e, por último, a reparação desse mal pelo herói. Essa característica está presente nos textos de Aécio Neves, como podemos observar no fragmento abaixo:

(3) O conhecido **“jeitinho brasileiro”** ameaça ganhar status de política de estado, tal a frequência com que tem sido usado como estratégia de repaginação dos indicadores macroeconômicos. **(situação inicial)** [...]

Se há **brechas legais**, parece que a ordem é aproveitá-las. (determinação da causa) [...]

É urgente agir, com coragem e responsabilidade, para não permitir que o país retroceda e coloque em risco as conquistas que nos trouxeram até aqui. (reparação do mal)

(Aécio Neves, Truques e riscos, 20/01/2014)

Nas entrevistas de Dilma Rousseff também observamos essa encenação, como no exemplo a seguir:

(4) [...] **muita gente que precisava do remédio não estava fazendo o tratamento** (situação inicial) **porque não tinha condições de comprá-lo** (determinação da causa). [...] Então, **ao garantir esse remédio de graça**, a gente ajuda as pessoas a preservar a saúde, a fazer o tratamento direitinho tomando cada dose na hora certa, evita tratamentos hospitalares e consequências piores. (reparação do mal)

(Dilma Rousseff, Saúde Não Tem Preço: 18 milhões de pessoas beneficiadas com remédio para hipertensão e diabetes, 20/01/2014)

O discurso político, conforme os exemplo 3, procura obter a adesão do público aos projetos políticos contrários aos do governo ou às ações do governo por meio de uma valorização da desordem social da qual o cidadão é vítima. A desqualificação da provável adversária nas eleições e de seu partido se apresenta com frequência nos textos de Aécio Neves. Quase todos os artigos do político se baseiam na rejeição dos valores do partido adversário e da presidente, mostrando uma argumentação reduzida, muitas vezes, a ataques e questionamentos da probidade do adversário, suas contradições e sua incapacidade de manter promessas. Esses ataques verbais podem trazer um efeito favorável ou desfavorável à sua imagem, dependendo de como é recebido pelo público, como assinala Charaudeau (2006).

Dilma Rousseff, por sua vez, sustenta seus argumentos com base num discurso subjetivo de paixão e razão (exemplo 4), procurando persuadir seu público por meio de procedimentos que buscam a construção de uma imagem de líder capaz de conduzir o país ao sonho de igualdade e solidariedade, tentando atingir a população menos favorecida, principalmente. Em diversas passagens podemos observar seu discurso voltado para o desejo de identificação do cidadão com a sua própria personalidade.

No que diz respeito à questão da escolha de valores, os políticos devem se preocupar com o consenso da opinião pública, o que gera um obstáculo, segundo

Charaudeau (2006) devido à pluralidade de valores existentes. Podemos observar que para isso, muitas vezes, os políticos adotam valores em seu discurso que não necessariamente fazem parte de sua opinião. Para isso, os dois políticos em análise fazem uso de condições de simplicidade, explicitadas por Charaudeau (2006) como a apresentação de valores de forma a se ter um denominador comum das ideias defendidas de acordo com o público a que se dirige.

Simplificar é uma forma de reduzir, segundo Charaudeau (2006), a complexidade das situações apresentadas. Assim, algumas condições de argumentação são consideradas na tentativa de mostrar a força da razão. Segundo Charaudeau (2006, p. 101), “trata-se, para o político que argumenta, de propor um raciocínio causal simples, apoiando-se em crenças fortes supostamente partilhadas por todos, e de reforçá-las, apresentando argumentos destinados a produzir um efeito de prova”. Seguem alguns exemplos ilustrativos nos discursos analisados:

(5) O "**jeitinho**" oficial, estimulado pelo governo, ganha contornos mais nítidos nas transgressões éticas cometidas reiteradamente, no dia a dia. Quando, e com base em que, o governo decidiu que não precisa prestar contas do que faz aos brasileiros? (Aécio Neves, '*Jeitinho*', 03/02/2014)

(6) O Minha Casa Minha Vida Rural **funciona assim**, Luciano: as famílias procuram a prefeitura, o governo do estado ou, então, a sua associação, o seu sindicato ou a sua cooperativa, aí é feita uma lista das pessoas que estão querendo construir ou reformar a casa. Em seguida, eles procuram a Caixa. **É lá que sai o financiamento** que pode ser usado para construir ou para reformar a casa antiga. (Dilma Rousseff, Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013)

Outra condição de argumentação no discurso político é a força dos argumentos que podem ser empregados pela força das crenças partilhadas, pela vontade de agir, pelo risco de não se fazer a escolha certa, pela autoridade em si, pela desqualificação do adversário ou por analogia, de acordo com Charaudeau (2006). Essa condição de argumentação também é observada nas análises, como podemos verificar nas passagens abaixo:

(7) A ida a Lisboa não precisaria ter tomado a dimensão que tomou se o governo tivesse se posicionado com **transparência e clareza**. A afirmação da presidente, "**eu pago a minha conta**", ao tentar tirar o foco do debate e reduzir uma questão **ética** ao valor de uma despesa de restaurante, só fez piorar a situação. – desqualificação do adversário (Aécio Neves, '*Jeitinho*', 03/02/2014)

(8) Para o governo, o espaço para manobras vai se reduzindo e restam poucas alternativas: **se reajustar tarifas, alimenta a inflação; se subsidiar ainda mais o custo, amplia o déficit nas contas públicas**. - risco (Aécio Neves, Vulnerável, 10/02/2014)

(9) [...] **Antes do Caminho da Escola**, muitos desses alunos tinham de fazer longas caminhadas a pé ou eram transportados em veículos improvisados, sem nenhuma segurança. Eles iam nas carrocerias das caminhonetes, nos caminhões pau-de-arara e até no lombo de burros.[...] – argumentos por analogia

(Dilma Rousseff, Caminho da Escola ajuda a combater a evasão escolar em todo o país, 16/12/2013)

(10) [...] **O governo federal está ouvindo esses pleitos e se esforçando para melhorar** o atendimento de saúde do Brasil. Queremos um tratamento digno e respeitoso para toda a população e, sobretudo, Luciano, para quem mais precisa. – vontade de agir

(Dilma Rousseff, Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2013)

A partir do exposto, podemos afirmar que há diversas maneiras de se persuadir na política, inclusive com estratégias de cinismo e de mentira política, nos termos de Charaudeau (2006), o que é compreensível se considerarmos o pensamento de Maquiavel (2010) de que não se pode dizer a verdade sempre. No capítulo seguinte, passamos a analisar mais especificamente os procedimentos da encenação argumentativa no contrato do discurso político nas duas mídias em questão, considerando o espaço de restrições e de estratégias argumentativas do discurso político de Aécio Neves e Dilma Rousseff.

4. ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO DISCURSO PRÉVIO À CAMPANHA ELEITORAL DE AÉCIO NEVES E DE DILMA ROUSSEFF

Comunicar é proceder a uma encenação.

Charaudeau (2006, p. 68)

Neste capítulo, tratamos das estratégias particulares de argumentação que se encontram no corpus, buscando analisar como os sujeitos procuram resolver o problema de saber “como ocupar o espaço de fala” (CHARAUDEAU, 2005), a partir da legitimação e/ou justificativa de sua “tomada de palavra”. Ao posicionar-se com relação aos outros na busca de credibilidade, o sujeito faz uso de estratégias discursivas a fim de estabelecer uma relação de acordo que pode ser de aliança ou de oposição ao destinatário (CHARAUDEAU, 2005). A argumentação, dessa forma, como um modo de organização do discurso, não se limita, conforme Charaudeau (2012a), a uma sequência de frases ou proposições, mas a uma atividade discursiva de busca de racionalidade e de influência que contribui para a construção da imagem de si pelos políticos por meio do raciocínio e do discurso. Charaudeau propõe, portanto, uma articulação entre o logos e o ethos.

Buscamos no primeiro tópico contemplar as características dos textos em análise com base na organização da lógica argumentativa nos espaços de locução, de relação e de tematização-problematização, focalizando os procedimentos dos modos de raciocínio. No segundo tópico, procuramos identificar nos textos a encenação argumentativa com base no dispositivo argumentativo e nos tipos de configuração dos modos de tomada de palavra dos sujeitos languageiros, a partir dos procedimentos semânticos. No terceiro tópico, especificamos os seus papéis comunicacionais na encenação argumentativa a partir dos procedimentos discursivos no uso de certas categorias de língua ou de outros modos de organização do discurso. No quarto tópico, por fim, ilustramos os procedimentos de composição por meio da composição linear e classificatória.

4.1. A organização da lógica argumentativa no corpus: modos de raciocínio

O contrato de comunicação do discurso político na mídia ocorre basicamente por meio de diferentes tipos de estratégias próprias da comunicação midiática de acordo com duas visadas predominantes: uma visada de fazer saber (visada de informação) que busca construir um objeto de saber numa lógica cívica de credibilidade e uma visada de fazer acreditar (visada de incitação) por meio da persuasão ou sedução (CHARAUDEAU, 2004). No modo de organização argumentativo, como vimos, a argumentação pertence a categorias da organização do discurso e, dessa maneira, dirige-se a um sujeito que raciocina com base na proposta sobre o mundo apresentada, nos questionamentos sobre a sua legitimidade e no seu engajamento para o desenvolvimento de um raciocínio que leve a uma verdade ou à simples aceitação ou legitimação da proposta, como define Charaudeau (2012a).

A partir dessa noção, percebemos, no que diz respeito aos discursos analisados, a tentativa de enfatizar alguns temas de relevância no país. Aécio Neves argumenta sobre temas mais relacionados à gestão pública envolvendo a economia, enquanto que Dilma Rousseff prioriza as questões sociais envolvendo seu governo. Assim, identificamos como principais teses de Aécio Neves a falta de ética, de responsabilidade, a crise econômica provocada pela má gestão e o uso de artimanhas do governo atual para mascarar os riscos das contas públicas. Dilma Rousseff, por sua vez, tem como principal tese: o governo federal dá respostas às necessidades da população nas questões sociais de saúde com o Mais Médicos, o Minha Casa Minha Vida, o Pronatec e outros programas de seu governo.

A escolha dos conteúdos apresentados é justificável considerando o contexto de produção, circulação e recepção dos textos. Aécio Neves procura atingir mais o público de classe média e alta, destinatários idealizados do jornal, embora por ser um portal da internet, seja acessível a todos. Dilma já tenta idealizar um público-destinatário de classes menos favorecidas os quais se beneficiam dos programas sociais do governo federal. No discurso de Aécio Neves, por exemplo, foram encontradas 97 referências ao campo semântico: Brasil, país e brasileiros, mas não foram encontradas palavras referentes a políticas públicas de geração de emprego, renda, inclusão social e ao povo que são predominantes no discurso de Dilma Rousseff. As únicas ocorrências presentes foram com as palavras “pobres” (duas vezes), “povo” (uma vez), “justiça social” (uma vez), “bem comum” (uma vez) e “emprego” (uma vez) num total de dezoito textos analisados. No quadro abaixo destacamos as principais teses defendidas por Aécio Neves e Dilma Rousseff a partir da temática de cada texto.

Aécio Neves		
Temas	Nº de textos	Teses defendidas
Diplomacia	1	O Brasil perdeu a oportunidade de se colocar à altura de liderança no continente.
Responsabilidade na gestão/ Ética	7	<ul style="list-style-type: none"> - Dilma Rousseff não sabe mais o que dizer ao Brasil. - O governo se mostra acuado, temeroso de se expor. - O governo federal fez uma grave opção política ao abandonar a referência da legitimidade para atuar nas brechas da legalidade. - A crise atual do sistema de energia no país é um exemplo concreto da falta de planejamento e capacidade de gestão. - O Brasil assiste a um mesmo capítulo da mesma tragédia anunciada com as chuvas. - O Brasil que precisamos construir deve ter como base a generosidade e o respeito pelas diferenças. - É hora de somar forças para a construção coletiva de um novo projeto para mudar de verdade o Brasil.
Economia	4	<ul style="list-style-type: none"> - O governo não admite a situação real da economia brasileira publicamente; - O Plano Real acabou com a hiperinflação. - A inventividade do governo parece não ter limites. - A presidente mostra ausência de sincronia entre o discurso e a realidade, alimentando a desconfiança nas relações entre agentes econômicos e governo.
Democracia	3	<ul style="list-style-type: none"> - Só os valores democráticos são capazes de apontar o caminho a uma sociedade em crise de confiança, frustrada em seus sonhos e insegura em seu futuro. - O golpe militar impôs a longa noite de duas décadas de ditadura no Brasil. - Mandela tornou-se um símbolo da democracia e da igualdade de direitos.
Segurança pública	1	- A questão prisional no Brasil é um dos centros de gravidade de nossa crise na segurança pública.
Outros temas ³²	2	<ul style="list-style-type: none"> - O ano de 2013 será simbólico, alimentado por novas reflexões em torno da ideia de renovação. - Expressão de sentimentos ao se despedir do amigo Sérgio Guerra.
TOTAL	18	

³² Incluímos em outros temas o texto “O ano de Francisco”, de 23/12/2013 que trata do pontificado do Papa Francisco e Carta ao Sérgio, de 10/03/2014 que corresponde a uma carta pessoal dirigida a Sérgio Guerra por ocasião de sua morte três dias antes.

Dilma Rousseff		
Temas	Nº de textos	Teses defendidas
Educação	7	<ul style="list-style-type: none"> - Ciências sem Fronteiras oferece bolsas para o mestrado profissional no exterior. - Caminho da Escola ajuda a combater a evasão escolar em todo o país. - Educação é o passaporte para o futuro. - Com Enem, governo amplia as oportunidades de estudo para os jovens brasileiros. - Pronatec qualifica os trabalhadores para a indústria e aumenta-se a produtividade. - O Sisutec é uma alternativa para o Brasil que precisa de técnicos com habilidade, conhecimento e boa formação. - O Pronatec dá oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional.
Saúde	3	<ul style="list-style-type: none"> - Mais Médicos é uma resposta do governo federal às necessidades da população. - Saúde Não Tem Preço garante remédio de graça e ajuda as pessoas a preservar a saúde. - Mais Médicos beneficia os brasileiros em todo o país.
Moradia	2	<ul style="list-style-type: none"> - O esforço das famílias e o apoio do governo fazem o sonho da casa própria uma realidade por meio do Minha Casa Minha Vida. - O Minha Casa Minha vida está atendendo famílias, que, sem o apoio e os recursos do governo, não poderiam sonhar em ter a casa própria.
Agricultura	2	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito do Pronaf ajuda a modernizar a Agricultura Familiar. - O apoio do governo à agricultura dá condições para colocá-la entre as melhores e as mais modernas do mundo.
Outros temas ³³	4	<ul style="list-style-type: none"> - Com o crédito Crescer, o governo apoia os pequenos empreendedores ao abrir uma empresa ou para melhorar o seu negócio. - O governo trabalha para oferecer oportunidades para as mulheres conquistarem uma vida melhor. - O objetivo do governo é tornar o transporte coletivo mais confortável, rápido e seguro e com um preço acessível. - 2014 será ainda melhor para o Brasil.
TOTAL	18	

Sabemos que o sujeito, na maioria das vezes, não é ingênuo e, no jogo do verdadeiro e da universalidade das explicações, faz-se necessária a busca de uma

³³ Os outros temas apresentados são referentes ao pronunciamento à Nação, no dia 30/12/2013; ao texto sobre o programa Crescer, em 10/03/2014; sobre o investimento em transporte coletivo, em 10/02/2014; e sobre as oportunidades para as mulheres conquistarem uma vida melhor, em 03/03/2014.

influência com um ideal de persuasão em que operações lógico-linguísticas são acionadas de diversas maneiras. Assim, a organização da lógica argumentativa nos discursos analisados direciona-se para os componentes da encenação argumentativa dos modos de raciocínio explicitados por Charaudeau (2012a). Aqui procuramos ilustrar tais procedimentos argumentativos envolvendo os modos de raciocínio, descritos por Charaudeau (2012a), a saber: a dedução, a explicação, a associação, a escolha alternativa e a concessão restritiva. Para isso, transcrevemos alguns trechos dos discursos analisados, deixando em destaque os procedimentos utilizados.

4.1.1. A dedução

Com base na premissa da asserção de partida, busca-se uma conclusão da “consequência mental” por meio da inferência, numa relação de causa e consequência (CHARAUDEAU, 2012a, p. 214) com diferentes tipos de dedução. A dedução pode ocorrer por silogismo, baseada no modo de encadeamento de uma consequência implicativa (se... então, logo, portanto); por dedução pragmática, como os modos de encadeamento por meio da consequência explicativa e conjunção (logo, portanto, e); por cálculo com a presença da consequência implicativa (Se... então); com asserções vinculadas ao possível (probabilidade) com base em uma hipótese; e, por dedução condicional (Se... então, e), baseada no eixo do possível ou do necessário.

Nos artigos de Aécio Neves podemos perceber o uso dessa estratégia, conforme os exemplos abaixo:

(11) **Se há brechas legais, parece que a ordem é apresentá-las.** (Truques e riscos, 20/01/2014) – dedução por cálculo

(12) Quando olhamos para trás, **podemos imaginar que país o Brasil seria se não nos tivessem tirado duas décadas de democracia.** (Ontem e Hoje, 31/03/2014) – dedução condicional

No exemplo 11, podemos verificar a dedução por cálculo na relação de consequência implicativa da conjunção “se” ligada à qualificação de “brechas” com o vínculo modal (“parece”) indicando probabilidade e uma generalização (“a ordem é apresentá-las”). Nesse caso, segundo Charaudeau (2012a), a opinião resulta de uma justificativa, ou seja, se há brechas legais, então o governo se aproveita delas

evidenciando uma crítica ao governo federal. Já no exemplo 12, percebemos a dedução condicional pelo uso da conjunção “se” ligada à narrativa: “não nos tivessem tirado duas décadas de democracia” e o uso do modalizador no eixo do possível (“podemos imaginar”) combinado com a hipótese: “seria” na formalização de uma generalização: “que país o Brasil seria”. Novamente é perceptível uma crítica direta ao governo federal por meio do recurso da dedução.

A mesma estratégia podemos verificar em alguns trechos das entrevistas com Dilma Rousseff:

(13) **Então, se o posto está atendendo bem, a maioria dos pacientes não vai precisar procurar um UPA, um pronto-socorro ou um hospital.** (Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2013) – dedução por cálculo

(14) **Se imaginarmos um país justo e grande e lutarmos por isso, assim o teremos. Se mergulharmos em pessimismo e ficarmos presos a disputas e interesses mesquinhos, teremos um país menor.** (No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013) – dedução condicional

Podemos observar nos exemplos 13 e 14 apresentados que há uma origem da asserção de partida que leva a uma causa, ou seja, uma relação de causa e consequência. No caso da dedução por cálculo (exemplo 13), há uma asserção da ordem da qualificação (“o posto está atendendo muito bem”) ligada à conjunção “se”, com o vínculo modal da probabilidade (“então”) com o escopo da hipótese: “a maioria dos pacientes não vão precisar procurar um UPA, um pronto-socorro ou um hospital”. Essa estratégia representa a tentativa de persuasão dos destinatários levando ao raciocínio lógico: se o posto está atendendo bem, as pessoas não precisam procurar outras alternativas. No exemplo 14, notamos a dedução condicional, pelo uso da conjunção “se” com um vínculo com o possível e o necessário, relacionado à hipótese de termos um país melhor ou pior, dependendo da atitude que se toma.

4.1.2. A explicação

A explicação, apesar de ser simétrica à dedução, se baseia na origem, motivo, razão ou causa mental da tomada de uma inferência na asserção de partida que leve a uma conclusão da relação argumentativa, legitimando a proposta (CHARAUDEAU, 2012a). Pode ser por silogismo num encadeamento causal (porque); pragmática de

forma pontual, ocasional, temporária ou por desejo ou, ainda, por uma experiência pessoal; por cálculo, incluindo o raciocínio por extrapolação e por precedente, retomando a causa; e, hipotética em que se coloca a causa como objeto de uma suposição.

Identificamos nos textos de Aécio Neves e Dilma Rousseff os seguintes exemplos, dentre outros:

(15) **Poderíamos estar contando com os parques eólicos para compensar os problemas no segmento hidroelétrico.** Infelizmente isso também não é possível, porque simplesmente **não foram concluídas até hoje as respectivas linhas de transmissão.** (Aécio Neves, Vulnerável, 10/02/2014) - explicação pragmática

(16) [...] eu tenho um **imenso prazer em falar** sobre o Minha Casa Minha Vida, porque eu tenho andado muito pelo país e **sei o quanto o Minha Casa, Minha Vida mudou a vida de milhões de pessoas.** (Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013) – explicação por cálculo

Nos exemplos 15 e 16, podemos observar que os dois políticos fazem uso da explicação por meio do conectivo causal “porque”. No exemplo 15, Aécio Neves se baseia no modo de encadeamento da consequência explicativa com asserção narrativa e o vínculo modal do necessário para expressar uma particularização: o motivo pelo qual o país não pode contar com os parques eólicos seria a não conclusão das suas linhas de transmissão. Essa explicação novamente demonstra uma crítica ao sistema de energia do país. Dilma Rousseff (exemplo 16) faz uso da explicação por cálculo ao desenvolver o modo de encadeamento da consequência implicativa por meio da asserção da qualificação (“imenso prazer em falar”) com o vínculo modal do possível (“sei o quanto o Minha Casa, Minha Vida mudou a vida de milhões de pessoas”) para construir a generalização. Dessa maneira, constrói-se o argumento que tenta provar que o programa Minha Casa Minha Vida representa um apoio do governo para as pessoas que sonham com a casa própria.

4.1.3. A associação

Outra estratégia argumentativa bastante frequente nos discursos do corpus é a técnica da associação que consiste em um modo de raciocínio, de acordo com Charaudeau (2012a), que pode utilizar a conjunção, a causa ou a consequência como

encadeamento de uma relação de contrário ou identidade. Assim, podemos ter paradoxos cuja finalidade é a sedução mais que a persuasão, sendo comum encontrar essa estratégia, segundo Charaudeau (2012a), em textos com certo humor em publicidade, críticas humorísticas e declarações políticas. Esse modo de raciocínio também pode ser encontrado na forma de tautologia ou redundância quando se deseja discriminar termos postos em relação com significados diferentes ou, ainda, quando se busca construir um raciocínio por extensão ou simetria.

É o que podemos observar nos discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff, conforme os exemplos abaixo:

(17) O governo que o eleitor escolheu para ser **solução** se transformou no principal **problema** do país. A verdade é que o governo colocou o Brasil no caminho **errado** [...]. E o Brasil precisa voltar para o caminho **certo**. (Aécio Neves, Já deu!, 24/03/2014) – associação dos contrários

(18) **Estamos levando**, Luciano, atendimento básico de saúde às cidades do interior e às periferias dos grandes centros urbanos e metropolitanos, **onde faltavam** médicos para atender a nossa população. (Dilma Rousseff, Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2013) – associação dos contrários

(19) Assim como não existe um sistema econômico **perfeito**, dificilmente vai existir em qualquer época um país com economia **perfeita**. A economia é um conjunto de vasos comunicantes em busca permanente de equilíbrio. Em toda economia sempre haverá **algo** por fazer, **algo** a retocar, **algo** a corrigir para conciliar o justo **interesse** da população e das classes trabalhadoras e os **interesses** dos setores produtivos. (Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013) - associação do idêntico

Percebemos que Aécio Neves (exemplo 17) relaciona a causa dos problemas do Brasil à má gestão do atual governo, representando uma crítica ao governo federal, como ocorre na maioria de seus textos. Para isso, faz uso das contradições: solução x problema; errado x certo com a finalidade mais da sedução do que da persuasão, como assinala Charaudeau (2012a) a respeito do modo de raciocínio da associação. Extraímos dois exemplos (18 e 19) de Dilma Rousseff em que ela também utiliza a associação dos contrários ao levantar a contradição: estamos levando x onde faltavam (exemplo 18) e em que utiliza a associação do idêntico por meio da repetição dos termos: perfeito, algo e interesse (exemplo 19), mostrando significados diferentes para o mesmo significante, como descreve Charaudeau (2012a) em suas explanações sobre o procedimento. Assim, a presidente constrói sua tese de que o seu governo fez muito pelo país e de que ainda vai fazer muito mais.

4.1.4. A escolha alternativa

Charaudeau (2012a) explica que a escolha alternativa se baseia num raciocínio dedutivo e explicativo numa oposição de duas relações argumentativas de incompatibilidade por meio de um raciocínio paradoxal. Dessa maneira, de acordo com a finalidade do raciocínio, pode-se colocar ênfase numa simples incompatibilidade, numa escolha entre positivo/negativo, numa escolha entre duas negativas, ou, ainda, numa escolha entre duas positivas, com a presença de um dilema, segundo o autor (2012a). Seguem alguns exemplos dos discursos analisados:

(20) Sintoma que expõe, em princípio, a hipótese de estar começando a haver desequilíbrio estrutural entre a capacidade de oferta e a demanda de energia no país, que o governo, a todo custo, tenta descartar, **fazendo piadas diversionistas com descargas elétricas, ou sugerindo mais terceirização de responsabilidades**. (Aécio Neves, Vulnerável, 10/02/2014) – escolha entre duas negativas

(21) **O Minha Casa Minha Vida financia casas e apartamentos também para as famílias com renda entre R\$ 1.600,00 e R\$ 5 mil por mês. Essas famílias, mesmo com uma renda um pouco maior, também tinham dificuldade para conseguir um financiamento com uma prestação que coubesse no bolso. Ou, pior, às vezes, sequer conseguiam crédito em um banco para comprar a sua casa**. (Dilma Rousseff, Minha Casa Minha Vida: 1,5 milhão de famílias já conquistaram casa própria, 27/01/2014) – escolha entre duas negativas

No exemplo 20, Aécio Neves critica as atitudes do governo na crise do sistema de energia do país, indicando-a como o sintoma de um desequilíbrio estrutural entre a capacidade de oferta e a demanda de energia no país. Para isso, o político ironiza a incompatibilidade entre as duas alternativas adotadas pelo governo (tentar descartar, fazendo piadas diversionistas ou sugerir terceirização de responsabilidades), com o uso das duas negativas apontadas por ele, ou seja, as duas alternativas não são válidas para ele. Dilma Rousseff (exemplo 21) também faz a escolha alternativa entre duas negativas com uso do conectivo “ou”, mostrando duas situações que impediam algumas famílias de financiarem casas e apartamentos. Nos dois exemplos, percebemos que a escolha alternativa vai ao encontro do ponto de vista dos falantes e de sua intencionalidade.

4.1.5. A concessão restritiva

Esse modo de raciocínio visa a aceitar o dado ou premissa por meio de uma concessão, ao mesmo tempo em que se faz uma retificação que leva a uma conclusão,

segundo Charaudeau (2012a). Pode ocorrer em situações polêmicas em que se busca, como no caso da política, expor uma ideia do adversário para refutá-la ou justificar o que se quer propor, como mostra o autor (2012a). Os exemplos 22 e 23 abaixo evidenciam essa estratégia nos discursos analisados por meio da conjunção “mas”:

(22) Nenhum governo é responsável por desastres naturais, por chuvas ou enchentes que arrastam vidas e esperanças. **Mas** são responsáveis pelo que fazem e deixam de fazer. (Aécio Neves, Feliz Brasil Novo, 30/12/2013)

(23) Temos estudantes brilhantes, esforçados, estudantes de muito valor, **mas** que não tinham condições de pagar um curso lá fora, um curso que pode significar uma mudança de vida para sempre [...]. (Dilma Rousseff, Ciência sem Fronteiras vai oferecer bolsas para o mestrado profissional no exterior, 02/12/2013)

A utilização dessa estratégia evidencia a intencionalidade percebida nos discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff. No caso do exemplo 22, Aécio Neves pretende chamar a atenção dos destinatários para a falta de responsabilidade do governo federal na atuação diante dos problemas ocasionados pelas chuvas. Então, ele deixa clara a premissa de que os desastres naturais acontecem, mas que isso não justifica a falta de ações do governo. Fica evidente sua intenção de responsabilizar o governo pelo sofrimento das vítimas das chuvas. Já no exemplo 23, Dilma Rousseff expõe a premissa de que o país tem estudantes brilhantes, esforçados, de muito valor com a intenção de enfatizar de que sem a ajuda do atual governo seria difícil muitos estudantes conseguirem estudar fora do país.

4.2. A encenação argumentativa no corpus

Na encenação argumentativa, o sujeito utiliza determinados procedimentos ou componentes que podem ser semânticos, discursivos e de composição. O dispositivo argumentativo, assim, como já expusemos, faz uso da asserção e do encadeamento de asserções, chamada de proposta a partir de uma tomada de posição, ou proposição, sendo fundamental, de acordo com Charaudeau (2012a), o desenvolvimento da persuasão.

Destacamos nesse momento alguns procedimentos da encenação argumentativa presentes nos discursos do corpus. Na encenação do ato de comunicação, é preciso lembrar que a linguagem:

Instaura-se em um espaço aberto e reversível. [...] Para que se realize um ato de comunicação é preciso dois atores em relação de interação linguageira que se reconheçam mútua e reciprocamente como os parceiros de uma co-construção do sentido numa finalidade de intercompreensão e que, ao mesmo tempo, se diferenciem suficientemente para que possam assumir suas identidades próprias. A realização de um tal ato não pode seguir uma lógica de encadeamento unidirecional, já que cada sujeito dispõe da mesma iniciativa de comunicação que o outro, o que os obriga a uma ação constante de regulação (CHARAUDEAU, 2002).

Os procedimentos da encenação argumentativa, portanto, são baseados nos componentes do modo de organização argumentativo, que servem ao propósito do ato de comunicação de acordo com a situação e a forma de relação entre os parceiros do discurso, buscando validar a argumentação.

4.2.1. Procedimentos semânticos

Os procedimentos semânticos fazem parte da utilização de argumentos de um consenso social em que os membros de determinado grupo compartilham valores (CHARAUDEAU, 2012a), em domínios de avaliação específicos. Charaudeau (2012a, p. 232) explicita cinco Domínios de avaliação:

- i. O domínio da Verdade, definido em termos de verdadeiro e falso a respeito da existência dos seres em que um argumento define algo de maneira absoluta.
- ii. O domínio do Estético, em que um argumento define em termos de belo e de feio os seres e objetos do mundo.
- iii. O domínio do Ético, em que um argumento é adaptado em termos de bem e de mal e que define, nesses termos, como devem ser os comportamentos humanos diante de uma moral.
- iv. O domínio do Hedônico, argumento que define em termos de agradável ou desagradável em relação ao âmbito dos sentidos na busca de prazer em função dos projetos e ações humanas.
- v. O domínio do Pragmático, em que o argumento coloca em termos de útil e de inútil os projetos e resultados das ações humanas.

Os Valores estão relacionados aos domínios de avaliação e representam as normas de representação social construídas em cada um desses domínios. Percebemos

nos textos analisados a presença desses procedimentos semânticos fundamentando a argumentação em busca do compartilhamento de valores. Assim, observarmos os seguintes argumentos ilustrados na sequência:

(24) É urgente agir, **com coragem e responsabilidade**, para não permitir que o país retroceda e coloque em risco as conquistas que nos trouxeram até aqui. (Aécio Neves, Truques e riscos, 20/01/2014) – domínio do Ético

(25) A questão prisional no Brasil é um dos centros de gravidade de nossa crise na segurança pública. (Aécio Neves, Improviso, 13/01/2014) – domínio da Verdade

(26) Milhares **de brasileiros** estão **nas ruas** e passarelas do samba, protagonizando uma das maiores e **mais bonitas celebrações populares** do mundo e as nossa excepcional diversidade cultural. (Aécio Neves, Plano Real, 20, 03/03/2014) – domínio do Pragmático

(27) Para tanto, é preciso abrir as portas e sair às ruas para **ver** a realidade em movimento e ouvir as vozes que, hoje, não conseguem ultrapassar as antessalas do poder. (Aécio Neves, Plano Real, 20, 03/03/2014) – domínio do Hedônico

(28) Só no meu governo, nós oferecemos transporte escolar de graça, seguro e confortável para **mais de 1 milhão** de crianças e jovens de todo o país. (Dilma Rousseff, Caminho da escola ajuda a combater evasão escolar em todo país, 16/12/2013) – domínio do Pragmático

(29) O governo federal está ouvindo esses pleitos e se **esforçando** para melhorar o atendimento de saúde no Brasil. (Dilma Rousseff, Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2013) – domínio do Ético

(30) Por isso, **sinto alegria** de poder tranquilizar vocês dizendo-lhes que entrem em 2014 com a certeza que o seu padrão de vida vai ser ainda melhor do que você tem hoje. (Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013) – domínio do Hedônico

(31) A FICO **vai contribuir** para uma verdadeira transformação logística no país. (Dilma Rousseff, Dilma: safra recorde é importante para o crescimento do país, 17/02/2014) – domínio da Verdade

Os exemplos expostos acima evidenciam os procedimentos semânticos da encenação argumentativa demonstrando valores e domínios de avaliação concernentes a um consenso social, conforme Charaudeau (2012a). Os exemplos 28 de Aécio Neves e 29 de Dilma Rousseff definem como deve ser o comportamento dos políticos no domínio ético, demonstrando um dever ou obrigação relacionados à responsabilidade (exemplo 28), ao esforço ou superação (exemplo 29).

No exemplo 25, Aécio tenta definir de maneira absoluta o fato de a questão prisional ser o centro da crise prisional no Brasil, segundo ele, com o domínio da Verdade. Da mesma maneira, Dilma Rousseff, no exemplo 31, procura enfatizar no âmbito do saber que a FICO (Ferrovia de Integração Centro-Oeste) vai ajudar na transformação da logística do país. Já no exemplo 26, Aécio Neves adota o domínio do Pragmático para expressar um cálculo do número de pessoas nas ruas com base numa

estimativa, assim como Dilma Rousseff (exemplo 28) que traz o cálculo de mais de 1 milhão de crianças e jovens de todo o país utilizando o transporte gratuito.

Utilizando-se do domínio do Hedônico, Aécio Neves traz o termo “ver” do âmbito dos sentidos (exemplo 27) para enfatizar sua percepção quanto às atitudes do governo federal e Dilma Rousseff (exemplo 30) apresenta a expressão “sinto alegria” definindo sua sensação de prazer em ter possibilitado a melhoria do padrão de vida das pessoas. Dessa maneira, os políticos deixam implícito que eles possuem as qualidades descritas e trazem uma imagem agradável de si, nos termos de Aristóteles (2005). Outros exemplos de domínios de avaliação e valores são frequentes nos discursos de ambos os políticos, mas optamos por selecionar apenas alguns mais representativos.

4.3. Papéis comunicacionais na encenação argumentativa: procedimentos discursivos e modos de composição

4.3.1. Procedimentos discursivos

Os procedimentos discursivos baseiam-se na aplicação casual ou sistemática de certas categorias da língua ou procedimentos de outros modos de organização do discurso com o objetivo de promover a persuasão, de acordo com Charaudeau (2012a). O autor (2012a) enfatiza a definição; a comparação; a citação; a descrição narrativa; a reiteração e o questionamento; os quais passamos a considerar na análise do discurso no corpus.

4.3.1.1. A definição

Esse procedimento é uma estratégia de uso da linguagem em que se busca a qualificação, pertencente ao modo Descritivo. Apoia-se na descrição de traços semânticos característicos de uma palavra, em determinado contexto. Embora também

seja um procedimento linguístico utilizado para a construção do modo de organização descritivo, é o uso estratégico que a identifica como um procedimento argumentativo, de acordo com Charaudeau (2012a). A definição com fins argumentativos auxilia na produção de efeitos de evidência e de saber para o indivíduo que a utiliza em sua argumentação, segundo Charaudeau (2012a). Para o autor, existem dois tipos de definição: i. definição de um ser, por meio de distinções de sentido em torno de uma noção, de recurso à propriedade dos termos ou de falsa tautologia; e ii. a definição de um comportamento.

(32) **A presença de milhares de brasileiros nas ruas, um coro de vozes que ainda ecoa a espera de respostas, é o retrato emblemático e inesquecível do ano que se encerra.** (Aécio Neves, Feliz Brasil Novo, 30/12/2013)

(33) A verdade é que o Brasil mudou. **O país de hoje, com mais de 160 milhões de pessoas vivendo nas cidades, é um imenso território de contradições e desafios,** onde antigas mazelas permanecem intocadas e insanáveis. (Aécio Neves, Democracia, 17/02/2014)

(34) [...] fizemos o **Programa Caminho da Escola, que são os ônibus amarelinhos, para garantir que as crianças das áreas rurais e dos municípios do interior cheguem mais rápido, com maior segurança e conforto à sala de aula.** Hoje, sabe, Luciano, já são 17 mil ônibus só no meu governo. (Dilma Rousseff, Dilma: Educação é o passaporte para o futuro do Brasil, 06/01/2014)

(35) Porque **o Fies é o Fundo de Financiamento Estudantil, o aluno pode financiar, em ótimas condições, as mensalidades do curso superior em uma universidade particular.** A taxa de juros é de apenas 3,4% ao ano. O estudante, Max, só começa a pagar o Fies, veja bem, 18 meses depois de concluir o curso. (Dilma Rousseff, Com Enem, governo amplia as oportunidades de estudo para os jovens brasileiros, 13/01/2014)

Nesses fragmentos notamos a presença da qualificação de traços semânticos que caracterizam as manifestações ocorridas no Brasil no ano de 2013 (exemplo 32) e o país atual (exemplo 33) na visão do político Aécio Neves. Dilma Rousseff, por sua vez, caracteriza o “Programa Caminho da Escola” (exemplo 34) e o “Fies” (exemplo 35). Apesar dos fragmentos não constituírem uma verdadeira definição, tomam uma aparência da mesma, conforme a definição de Charaudeau (2012a), produzindo um efeito de evidência e de saber.

4.3.1.2. A comparação

A comparação focaliza a relação de semelhança e de diferença entre as entidades envolvidas entre duas categorias de língua pela qualificação; ou focaliza a relação de

quantidade ou de gradualidade de propriedades entre elas por meio da comparação quantitativa. Segundo Charaudeau (2012a), o recurso à comparação visa a reforçar uma evidência, produzindo, se for objetiva, um efeito pedagógico ao buscar melhorar o processo de compreensão de um dado; ou um efeito de ofuscamento, se for subjetiva, na tentativa de desviar a atenção do interlocutor para outro fato semelhante, sem que se examine a validade da prova. Os trechos abaixo ilustram esse procedimento discursivo:

(36) O isolamento nunca fez bem aos governantes. **Quem se afasta do contato popular e confia apenas num séquito de aduladores, tende a desenvolver, na clausura da poder, uma aversão crescente à realidade.** [...]

Temo que estejamos vivendo algo semelhante no Brasil. (Aécio Neves, O lugar da política, 17/03/2014) – comparação por semelhança

(37) Estamos cansados de ver **o interesse público e coletivo**, razão de ser da própria República e da democracia, **confundido com os interesses privados e os projetos individuais de poder de pessoas e de partidos.** (Aécio Neves, Já deu!, 24/03/2014) – comparação por dessemelhança

(38) Você, jovem, sabe o quanto o seu padrão de vida melhorou **comparado** ao que você tinha na infância e ao que seus pais tinham na sua idade. Usem essa fotografia do **presente e do passado** recente **como pano de fundo** para projetar o futuro. (Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013) – comparação por dessemelhança e comparação subjetiva

(39) [...] quando o aluno se inscreve no Sisu, que é uma seleção única, é **como** se ele estivesse concorrendo em 115 vestibulares diferentes só que simultaneamente, ao mesmo tempo [...]. (Dilma Rousseff, Com Enem, governo amplia as oportunidades de estudo para os jovens brasileiros, 13/01/2014) – comparação objetiva

É perceptível nos exemplos apresentados acima o interesse dos sujeitos falantes em utilizar a estratégia da comparação para reforçar o julgamento a respeito das respectivas temáticas. Primeiro, no exemplo 36, Aécio Neves compara o comportamento de isolamento da presidente Dilma Rousseff a outros governantes que se afastam do contato popular e tendem a desenvolver uma aversão à realidade. No exemplo 37, novamente Aécio Neves faz uso da comparação, dessa vez por dessemelhança, fazendo uma analogia de oposição entre o comportamento do governo federal que não deveria, segundo ele, confundir os interesses privados e os projetos individuais com o interesse público e coletivo numa relação de extensão, como descreve Charaudeau (2012a).

Dilma Rousseff, por outro lado, explora esse procedimento discursivo para pôr em evidência seus programas de governo, realizando uma comparação por dessemelhança (exemplo 38) ao relacionar o passado e o presente dos jovens numa posição de desigualdade. No mesmo exemplo, percebemos também o uso da comparação subjetiva por meio de uma analogia com a finalidade de produzir uma

evidência: “Usem essa fotografia do presente e do passado recente como pano de fundo para projetar o futuro”. No exemplo 39, Dilma Rousseff utiliza a comparação objetiva por meio do elemento comparativo “como” numa denominação não técnica, explicitada por Charaudeau (2012a), com termos mais simples, de mais fácil compreensão na intenção de persuadir os destinatários sobre o Enem, esclarecendo sobre o funcionamento do Sisu.

4.3.1.3. A descrição narrativa

A descrição narrativa refere-se ao processo de descrever fatos para reforçar provas ou produzi-las. Como efeito, ela pode funcionar para exemplificar argumentos selecionados e nisso se diferencia da comparação. Nos discursos analisados, observamos esse procedimento principalmente nas críticas que Aécio Neves faz ao governo Dilma e em referências a personalidades importantes como Nelson Mandela, Papa Francisco, Tancredo Neves etc. para realçar seu ponto de vista a respeito da política brasileira. Dilma Rousseff utiliza a descrição narrativa basicamente para dar ênfase aos resultados de seus programas de governo citando exemplos de pessoas que foram beneficiadas por eles. Este recurso discursivo é adotado em todos os seus textos. Selecionamos os exemplos a seguir:

(40) O impressionante na obra de Mandela não é apenas o que ele foi capaz de fazer, mas como o fez. Foi surpreendente e exemplar a sua posição pacificadora, superando ressentimentos naturalmente existentes sobre um regime que roubou parte importante da sua vida, encarcerando-o injustamente por quase três décadas, e dominou o seu país, dividindo-o em privilégios e castas, opressores e oprimidos, brancos e negros, ricos e pobres, mantendo milhares subjugados pelo execrável apartheid. [...]
(Aécio Neves, Mandela, 09/12/2013)

(41) Francisco conquistou reconhecimento genuíno, mesmo entre os não católicos, porque conseguiu falar aos corações de todas as pessoas e religiões, por meio da sinceridade e humildade de sua fé. Não é por acaso que, mundo afora, tenha conquistado o afetuoso tratamento de "Papa do Povo".
[...]

Em Francisco, as pessoas conseguem sentir a verdade na fala e nos gestos.
(Aécio Neves, O ano de Francisco, 23/12/2013)

(42) O Ian é um garoto muito batalhador, que sempre teve o sonho de estudar no exterior. Ele foi aluno, Luciano, de uma escola pública a vida toda, se esforçou muito para tirar uma boa nota no Enem e conseguiu, sim, uma vaga no curso de Sistemas de Informação na Universidade Federal da Bahia. Lá na universidade, o Ian soube do Ciência sem Fronteiras e viu nele a grande chance de realizar seu sonho. Então, ele fez a inscrição no

Ciência sem Fronteiras e conseguiu a bolsa para passar um ano na Universidade do Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos. (Dilma Rousseff, Ciência sem Fronteiras vai oferecer bolsas para o mestrado profissional no exterior, 02/12/2014)

(43) [...] **Eu vou te contar uma história**, a história do Wilson Mantovanelli, que mora da zona rural de Ji-Paraná, em Rondônia. **O Wilson trabalha na produção de polpas de fruta junto com a sua mulher, a Gedinéia.** [...] **Antes, Luciano, eles faziam a polpa de forma artesanal e vendiam para os comerciantes lá da cidade de Ji--Paraná. O Wilson ia de bicicleta carregando o isopor com as polpas pela cidade afora até que ele pegou um financiamento de R\$ 45 mil do Pronaf. Com esse empréstimo, o Wilson montou uma pequena agroindústria, com liquidificador industrial, freezer, multiprocessador, balança digital e ar -condicionado.** [...]. (Dilma Rousseff, Crédito barato do Pronaf ajuda a modernizar a Agricultura familiar, 24/02/2014)

Podemos notar que os exemplos mostrados ilustram a utilização do procedimento discursivo da descrição narrativa por meio da descrição de fatos (exemplos 40; 41 de Aécio Neves) ou pela narração de uma pequena história (exemplos 42; 43 de Dilma Rousseff). Percebemos que as descrições servem para o desenvolvimento do raciocínio por analogia, produzindo um efeito de exemplificação, conforme descreve Charaudeau (2012a). Aécio Neves, ao trazer personagens importantes, como Nelson Mandela e o Papa Francisco, tenta relacioná-los como modelos para o mundo e dá a entender que os políticos deviam seguir seus exemplos na busca de um mundo melhor.

Dilma Rousseff, diferentemente, ao trazer personagens do povo procura exemplificar o sucesso de seus programas de governo, como o “Ciência sem Fronteiras” (exemplo 42) e o “Pronaf” (exemplo 43) de uma forma mais simples, mais ilustrativa, adotando uma linguagem de mais fácil compreensão pelo grande público, uma forma de “explicar melhor”, como elucida Charaudeau (2012a, p. 239) a respeito desse procedimento. Ao mesmo tempo, ao contar uma experiência de uma pessoa do povo, Dilma Rousseff procura reforçar a prova de que os programas de seu governo servem para o bem-estar da população menos favorecida, enfatizando, assim, em seu discurso, sua prioridade em questões sociais.

4.3.1.4. A citação

Outro procedimento discursivo caracterizado por Charaudeau (2012a) é a citação. Considerado fenômeno linguístico é denominado pelo autor como discurso

relatado. A citação, nesse sentido, relaciona-se a referência aos dizeres de outros sujeitos a fim de conferir à argumentação traços de autenticidade (CHARAUDEAU, 2012a). Visa desse modo a ser a fonte de verdade, o testemunho de um dizer (referente às próprias declarações de outra fonte para constatar ou comprovar algo), de uma experiência (referente ao que alguém declara sobre o que vivenciou) ou de um saber (relata o que se conhece em um determinado objeto científico ou o que se origina na voz de autoridade), como explica Charaudeau (2012a).

Podemos perceber, assim, que a citação é uma prática textual central na argumentação com a finalidade da persuasão, por promover justificativas para argumentos e demonstrar a novidade de uma posição na busca de aceitação. Dessa maneira, os discursos do corpus evidenciam tal procedimento, conforme podemos observar nas seguintes passagens:

(44) “Estamos no limiar de um novo ciclo econômico do Brasil”, **disse o ministro da Fazenda**, para justificar o injustificável. (Aécio Neves, Truques e riscos, 20/01/2014) – de um dizer

(45) “Até hoje me recordo com espanto”, **diz Almino**, "do deputado Tancredo Neves em protestos de uma violência verbal inacreditável para quantos, acostumados à sua elegância de trato, o vissem encarnando a revolta que sacudia a consciência democrática do país. Não deixava de ser chocante ver a altivez da indignação de Tancredo e o silêncio conivente de muitas lideranças do PSD." (Aécio Neves, Ontem e hoje, 31/03/2014) – de uma experiência

(46) **A Francisca Roseane**, de 16 anos, **contou** para a gente que, antes do ônibus do Caminho da Escola chegar em Ipu, ela tinha que sair de casa às 5h30 da manhã para não chegar atrasada na aula. (Dilma Rousseff, Caminho da Escola ajuda a combater a evasão escolar em todo o país, 16/12/2013) – de uma experiência

(47) Foi o que aconteceu com a **Fernanda Rosa**, de 20 anos, que terminou o Ensino Médio e agora está fazendo um curso técnico de produção industrial na área do açúcar e do álcool [...]. **Ela conta** que está muito feliz com a oportunidade de fazer o curso [...] **Ela diz** que não pretende parar de estudar nunca. (Dilma Rousseff, Com o Sisutec, estamos dando mãos uma alternativa para quem concluiu o Ensino Médio, 17/03/2014) – de um dizer

Aécio Neves utiliza as aspas para introduzir a referência ao discurso do outro locutor (ministro da fazenda e Almiro) nos exemplo 44 e 45. A citação do dizer, dessa forma, funciona como uma fonte de verdade das declarações, a fim de sustentar seus argumentos e constatar, no caso do exemplo 44, que o ministro estaria ocultando números referentes à economia brasileira, como podemos observar ao longo do artigo “Truques e riscos” de 20/01/2014. Na citação do exemplo 45, podemos observar que o discurso relatado é transcrito de outro locutor (Augusto Nunes) para manifestar o relato de Almiro Affonso com a finalidade de destacar sua declaração para a Folha de S. Paulo em 1985 sobre a manifestação de indignação por Tancredo Neves, a respeito do golpe militar de 1964. Fica evidente que a citação, nesse caso, tem o propósito de sustentar

seu raciocínio contrário ao golpe numa relação entre o passado e o presente, ao mesmo tempo em que procura chamar a atenção para as consequências da ditadura militar.

Já Dilma Rousseff procura utilizar a citação para exemplificar o sucesso de seus programas de governo (Caminho da Escola e Sisutec), por meio do discurso indireto como testemunho de um dizer, nos termos de Charaudeau (2012a). Da mesma forma que Aécio Neves, o discurso tenta referir-se à fala de outros locutores para evidenciar um efeito de autenticidade. A referência às falas de Francisca Roseane por meio da citação de uma experiência (exemplo 46) e de Fernanda Rosa com a citação de um dizer (exemplo 47) mostra o propósito de persuadir pela argumentação diferente daquele que fala.

4.3.1.5. A acumulação

Já a acumulação, como a própria denominação já informa, apoia-se na reunião de vários argumentos para uma mesma evidência, o que pode ser construído por uma simples acumulação, por uma gradação de argumentos ou uma (falsa) tautologia (CHARAUDEAU, 2012a). Vejamos os exemplos:

(48) **Afirmou que a inflação está controlada, quando sabemos –Davos também– que nos últimos três anos a taxa esteve sempre prestes a romper o teto da meta – e defendeu sua política fiscal, hoje conhecida pela "criatividade" de sua contabilidade. Chegou ao cúmulo de dizer que diminuiu a dívida pública bruta de 60,9% do PIB para 58,4%.** (Aécio Neves, No palanque, em Davos, 27/01/2014) – uma gradação

(49) O país vive um momento delicado, de baixo crescimento, inflação rediviva e credibilidade em risco. **A infraestrutura compromete nossa competitividade; a educação demanda uma gestão inovadora para cumprir o seu papel transformador; as instituições públicas, reféns de grave aparelhamento e pactos de conveniência, precisam ser resgatadas e devolvidas ao interesse público.** (Aécio Neves, Democracia, 17/02/2014) – simples acumulação

(50) Luciano, **além de realizar o sonho da casa própria para milhões de brasileiros, o Minha Casa Minha Vida é importante para todo o país.** As obras do programa movimentam toda a economia brasileira, tem casa do Minha Casa Minha Vida espalhada pelo país inteiro. (Dilma Rousseff, Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013) – gradação

(51) É sim, Luciano, porque **a base dessa transformação que queremos fazer também no Ensino Médio do país começa com a melhoria na formação dos nossos professores** – esses profissionais tão dedicados, que são o alicerce da educação em qualquer país. **Ao mesmo tempo, estamos reformulando o Ensino Médio com base no Enem, o nosso Exame Nacional do Ensino Médio.** (Dilma Rousseff, Dilma: Educação é o passaporte para o futuro do Brasil, 06/01/2014) – Simples acumulação

Os exemplos 48, 49, 50 e 51 demonstram a utilização de vários argumentos para servir de uma mesma prova. Assim, no exemplo 48, Aécio Neves reúne os argumentos “Afirmou que a inflação está controlada quando sabemos –Davos também– que nos últimos três anos a taxa esteve sempre prestes a romper o teto da meta”; “defendeu sua política fiscal”; e “chegou ao cúmulo de dizer que diminuiu a dívida pública bruta”, numa gradação a partir da referência às falas da presidente em seu discurso em Davos. No exemplo 49, o político explora a simples acumulação, descrita por Charaudeau (2012a), para enumerar argumentos que servem de prova à tese: “O país vive um momento delicado, de baixo crescimento, inflação rediviva e credibilidade em risco.”. Já no discurso de Dilma Rousseff (exemplos 50; 51), verificamos que ela constrói a prova de que o Minha Casa Minha Vida e as ações na educação estão dando certo, a partir da gradação dos argumentos: “além de realizar o sonho da casa própria para milhões de brasileiros, o Minha Casa Minha Vida é importante para todo o país” (exemplo 50); e por meio da simples acumulação: melhoria na formação dos nossos professores e reformulação do Ensino Médio (exemplo 51).

4.3.1.6. O questionamento

Como último procedimento discursivo de argumentação, Charaudeau (2012a) descreve o questionamento, em que se busca produzir uma validação de uma hipótese. O questionamento, como procedimento argumentativo, exerce as funções de: incitação a fazer (solicita uma solução para uma lacuna a ser preenchida da tese colocada em discussão); de proposta de uma escolha (solicita a decisão do interlocutor sobre uma oferta que lhe é feita); de verificação do saber (mostra o que o sujeito argumentante sabe e assegura a sua superioridade, em relação a um quadro de conhecimento, sobre aquele a que se dirige o questionamento); de provocação (revela uma apreciação do sujeito argumentante sobre o questionado, colocando em causa o estatuto deste, forçando-o a uma resposta); e de denegação (propõe um argumento que já será rejeitado, ao colocá-lo sob a forma como é realizada a questão).

Tal procedimento é recorrente nos discursos de Aécio Neves, principalmente por meio do questionamento de provocação e de denegação. Dilma Rousseff também utiliza

o procedimento, mas como estratégia de verificação do saber, basicamente. Seguem alguns trechos que ilustram esse procedimento discursivo.

(52) Para calcular a inflação, nada melhor que contar com o controle político sobre preços administrados em setores estratégicos. E **por que não atrasar a transferência de R\$ 7 bilhões a Estados e municípios, inclusive recursos voltados para a saúde pública, prejudicando milhões de brasileiros, para dar a impressão de que cumpriu-se o superávit primário?** (Aécio Neves, Truques e riscos, 20/01/2014) – de denegação

(53) [...] **Onde está a coerência com a atitude adotada na crise paraguaia, em que foi invocada a cláusula democrática do Mercosul?** Por afinidades ideológicas, o Brasil está deixando de assumir suas responsabilidades internacionais também na questão dos direitos humanos. (Aécio Neves, Diplomacia à deriva, 24/02/2014) – de provocação

(54) **Você sabia, Luciano, que, em um posto de saúde, a pessoa resolve até 80% dos problemas de saúde que ela tem durante a vida?** (Dilma Rousseff, Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2013) – de verificação do saber.

(55) Outra coisa, médico no posto de saúde, Luciano, diminui a pressão sobre as UPAs e sobre as emergências dos hospitais, **sabe por que, Luciano?** (Dilma Rousseff, Mais Médicos já beneficia 33 milhões de pessoas, 31/03/2014) de verificação do saber.

Podemos perceber que os questionamentos apresentados acima colocam em evidência a proposta argumentativa dos sujeitos falantes, de acordo com a intencionalidade ou visada. No exemplo 52, Aécio Neves faz uso da visada de denegação propondo um argumento que é rejeitado antecipadamente por ser prejudicial a milhões de brasileiros, segundo ele, justamente para reforçar sua tese de que as estratégias do governo são “truques” para esconder a verdadeira realidade econômica do país. No exemplo 53, Aécio Neves utiliza a provocação para colocar o governo como causa da não diplomacia do país com referência às notas de respaldo do governo brasileiro ao presidente Nicolás Maduro da Venezuela por ocasião da crise no país em fevereiro do ano de 2014. Nos exemplos 54 e 55, por outro lado, Dilma Rousseff utiliza o questionamento mais com a finalidade de estabelecer uma simulação de diálogo para reforçar os argumentos independentemente da resposta, o que de certo modo torna a entrevista artificial. Essas expressões de questionamento são frequentes em seu discurso.

4.3.2. Procedimentos de composição

Charaudeau (2012a) descreve os procedimentos de composição como estratégias de repartição, distribuição, hierarquização de elementos no processo argumentativo, a

fim de promover diferentes articulações do raciocínio ou a compreensão das conclusões da argumentação. Para isso, segundo Charaudeau (2012a), o sujeito pode construir sua argumentação a partir de uma composição linear (programação dos argumentos de acordo com uma cronologia); ou de uma composição classificatória (retomada de diferentes argumentos, dados ou resultados de um texto argumentativo de forma resumida).

A composição linear constitui-se num “jogo de vai e vem entre seus diferentes momentos e de uma pontuação dos tempos fortes da argumentação” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 244). Assim, alguns tempos são delimitados na argumentação envolvendo as etapas da argumentação, o vai e vem do desenvolvimento argumentativo e os tempos fortes. As etapas da argumentação, segundo Charaudeau (2012a), consistem em sua organização interna numa sucessão de três etapas: começo, transição e fim.

O começo expõe os elementos da proposta e da proposição, a partir de marcas específicas ou diretamente. Não foi possível observar a presença de marcas de introdução de maneira explícita nos discursos de Aécio Neves, sendo que os elementos da Proposta e da Proposição são apresentados diretamente ao leitor. Já nos discursos das transcrições das entrevistas de Dilma Rousseff, há sempre a introdução abaixo com pouquíssimas variações:

- (56) Apresentador: Olá, bom dia! Eu sou o Luciano Seixas e **começa agora** mais um Café com a Presidenta Dilma. Bom dia, presidenta!
 Presidenta: Bom dia, Luciano! E bom dia para você que nos acompanha aqui no Café hoje!

As entrevistas seguem o padrão de introdução por parte do entrevistador, explicitando a Proposta da conversa:

- (57) Apresentador: Presidenta, **hoje, eu queria** que a senhora fizesse aqui [...]
 Apresentador: Presidenta, **hoje, eu queria falar** [...]
 Apresentador: Presidenta, **eu queria voltar a falar** [...]

A transição evidencia a passagem de um momento da argumentação para outro com a ajuda de certas marcas e o fim destaca o anúncio do último momento de argumentação, de acordo com Charaudeau (2012a). Novamente, não foram observadas marcas explícitas de transição nos discursos de Aécio Neves. As transições ocorrem no interior do modo de raciocínio. Nos discursos das entrevistas de Dilma Rousseff, da mesma forma, não foram encontradas marcas de transição, o mesmo ocorrendo na sequência de raciocínio.

O fim como anúncio do último momento da argumentação, de acordo com os esclarecimentos de Charaudeau (2012a), é marcado nos textos de Aécio Neves com uma relação entre a temática desenvolvida e a situação do Brasil atual, sempre chamando a atenção para os problemas de governabilidade existentes, deixando implícito que ele poderia mudar o Brasil. Como conclusão da argumentação, não aparecem marcas de fim, como “Terminemos por”, “Podemos concluir que”, etc. Da mesma forma, o fim da argumentação nas entrevistas de Dilma Rousseff é marcado pelo fechamento das proposições sem haver marcas explícitas de conclusão.

O procedimento do vai e vem de retomada de certos momentos do desenvolvimento argumentativo ou do anúncio de outros para melhor captação da argumentação (CHARAUDEAU, 2012a) não foram marcantes nos discursos analisados nem por meio de retomadas nem por meio de anúncios, pouco frequentes nos discursos. Os tempos fortes em que se destacam certos momentos do desenvolvimento argumentativo, por meio de expressões que chamam a atenção do leitor, também foram pouco utilizados.

Dessa maneira, conforme o exposto, os dois sujeitos políticos fazem uso de estratégias discursivas na busca de estabelecer uma relação de racionalidade e de influência com operações lógico-linguísticas de organização, a partir de modos de raciocínio e da encenação argumentativa. No capítulo seguinte, refletimos sobre os encadeamentos temáticos e os perfis argumentativos na construção do ethos dos sujeitos políticos em seus discursos, mostrando que na encenação argumentativa existe um jogo de ser e parecer em que a identidade dos sujeitos resulta de um encontro de imagens construídas pelo sujeito comunicante e pelo sujeito interpretante em função do que cada um imagina do outro, como mostra Charaudeau (2006).

5. O ETHOS NO DISCURSO POLÍTICO PRÉVIO À CAMPANHA ELEITORAL DE AÉCIO NEVES E DE DILMA ROUSSEFF

Eis por que, se se encontra um homem que sobressaia aos outros pelo mérito e pela força das faculdades que sempre o conduzem ao bem, é a esse que é belo tomar por guia, é a esse que é justo obedecer. É preciso possuir não só a virtude, como também o poder de pô-la em ação.

Aristóteles (2010, p. 149)

Como prática social, a política envolve relações simbólicas e articulação de opiniões em busca de um consenso por meio de estratégias discursivas. É preciso, nesse contexto, que o político transmita uma imagem de confiança, de admiração, para que mascare seu desejo pessoal de poder. Assim, “além da persuasão por argumentos, a noção de ethos permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 69). Em consequência disso, a relação entre o logos, o pathos e o ethos constitui a base de construção de uma imagem daquele que fala em busca de uma identificação com o auditório, como mostra a teoria aristotélica.

As estratégias discursivas utilizadas pelos políticos, desse modo, dependem de sua identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e das escolhas que faz para se chegar a ela, além da posição de outros atores políticos, como explica Charaudeau (2006). Na construção da imagem de si “o ethos político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito” (CHARAUDEAU, 2006, p. 87). O ethos no discurso político, portanto, como mostra Charaudeau (2006), se constrói numa relação com o outro e um terceiro ausente portador de uma imagem ideal de referência. Lembramos que o ethos é compreendido neste trabalho como uma prova retórica, mas que também pode ser considerado uma estratégia no intuito da semiolinguística.

Procuramos identificar nos discursos analisados as estratégias e a construção da imagem de si por meio do ethos. Para isso, na sequência, tratamos das imagens dos sujeitos políticos, no primeiro tópico, especificando os ethé de credibilidade, de “sério”, de “virtude”, de “competência” e o discurso de justificação. No segundo tópico, abordamos os ethé de identificação, relacionados ao *ethos de “potência”*, de “caráter”, de “inteligência”, de “humanidade”, de “chefe”, de “solidariedade”. Já no terceiro

tópico, consideramos alguns procedimentos linguísticos relacionados ao ethos, especificando os procedimentos expressivos e enunciativos presentes nos discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff.

5.1. Os *ethé* de credibilidade

De acordo com Charaudeau (2006, p. 119) a credibilidade é “o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante”, buscando ser aceito através de uma imagem que corresponda à qualidade do que ele pensa. Assim, o sujeito é responsável por fabricar uma imagem para ser aceito pelos outros. Para que isso ocorra, são necessárias condições, no caso dos políticos, segundo Charaudeau (2006), de sinceridade ou de transparência, de performance e de eficácia que poderão trazer a prova de que o que a pessoa está falando é verdade, que ele tem condições de cumprir suas promessas e aplica o que ele anuncia.

Na condição de dramatização, Aécio Neves procura construir sua imagem a partir da ideologia do PSDB, enraizada no neoliberalismo e na social democracia, buscando associar-se ao ethos da seriedade e eficiência na gestão pública. Seu discurso centraliza-se no ethos de conduta ideal da política contemporânea, buscando associar-se à figura do homem honrado e preocupado com o bem comum que corresponde a uma virtude moral originada na tradição retórica. O político busca a comoção do público, através de argumentos que retomem momentos críticos ou de crise enfrentados pela sociedade brasileira.

Dessa maneira, na tentativa de se consolidar no ethos de “credibilidade” procura dar suporte à identificação frente ao seu interlocutor e possível eleitor. Destacamos também que, em sua dramatização, o senador e pré-candidato critica diretamente o governo do partido adversário. Apesar de usar um discurso bastante formal, o discurso de Aécio Neves é compreensível ao grande público.

A presidente e pré-candidata à presidência situa-se, por sua vez, diretamente, como parte do grupo de políticos responsáveis por mudanças que começaram a ocorrer no país a partir do momento em que o ex-presidente Lula foi eleito. É perceptível em seu discurso, essa relação com o ex-presidente como sendo do mesmo grupo da qual faz

parte, numa referência à inteligência e bom senso, que culminaram em um governo feito para “todos os brasileiros”, como podemos verificar no lema de seu governo. Trabalha, dessa forma, a construção de sua imagem de competente e de acordo com a ideologia do PT, com raízes na visão socialista-democrática, com traços do populismo e do marxismo.

A presidente Dilma Rousseff em seu discurso prioriza bastante a figura da mulher, pela sua própria condição feminina e pelo fato de poucas mulheres terem um cargo tão importante como a presidência do país. Assim, sua estratégia discursiva, explora bastante a figura maternal e pioneira que constrói em seu ethos e se situa sempre ao lado do cidadão. Ela valoriza a construção de uma identidade discursiva baseada em sua condição de eficácia como presidente da república, sua condição de sinceridade e transparência com capacidade de honrar suas promessas e atingir os objetivos propostos.

Considerando o fato de serem políticos de partidos rivais, PSDB e PT, respectivamente, com uma disputa histórica de interesses e ideologias no campo de seus discursos, podemos observar que os sujeitos políticos procuram estabelecer alguns públicos destinatários mais precisos, como os da classe mais baixa por parte da presidente Dilma e um destinatário mais geral, por Aécio Neves. Nota-se uma tendência a um apelo pelo Partido dos Trabalhadores à classe operária, ou à massa popular, enquanto que o PSDB visa a um público destinatário mais amplo, envolvendo setores mais da elite. Tanto no discurso de Aécio Neves como no de Dilma Rousseff podemos notar a busca por um ethos ao mesmo tempo voltado para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência, explicitados por Charaudeau (2006).

A representação do político ideal, segundo Menezes (2006), é movida pela noção de que “o homem político é um ser que não defende causas em nome próprio. Pelo contrário, ele visa, por meio do discurso e da ação, a preservar o espaço público e a realização do bem-comum.” (MENEZES, 2006, p. 314). Dessa maneira, numa sociedade capitalista como a nossa, o ethos do político se apresenta, de acordo com Menezes (2006), como “uma qualidade daquele que é visto como homem honesto porque é alguém de crédito reconhecido” (MENEZES, 2006, p. 321).

Para se chegar à credibilidade, o político procura construir o ethos de sério, de virtuoso e de competente (CHARAUDEAU, 2006). Podemos identificar características dessa busca nos dois discursos analisados. Além disso, percebemos também em alguns momentos até mesmo uma negação do ethos em busca da desconstrução de imagens

reproduzidas pela mídia. Passamos a descrever com ilustrações do corpus os ethé de credibilidade.

5.1.1. O ethos de “sério”

O ethos de “sério” corresponde às representações do grupo social sobre o termo e é construído a partir de diversos índices, como: corporais e mímicos; comportamentais; índices que demonstram grande energia e capacidade de trabalho (CHARAUDEAU, 2006). Muitas vezes esses índices são divulgados pelas mídias ao mostrarem atividades e comportamentos dos políticos tanto em sua vida pública como privada. Charaudeau (2006) acrescenta, ainda, os índices verbais por meio das formas como se comunicam através da linguagem e tom de voz.

Além disso, o ethos de sério se constrói nas declarações a respeito de si mesmo, sobre questões em debate na sociedade e pode representar um efeito negativo, caso o político exceda em promessas que não poderão ser cumpridas ou perca sua identificação com o público. Como analisamos discursos escritos, não foi possível identificar tais índices por constituírem traços que precisariam ser investigados na postura do corpo, expressões faciais, autocontrole diante de críticas, onipresença na vida política e social, o que não cabe aqui analisar.

Já índices verbais são possíveis de serem verificados no corpus, por meio do tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios, mostrando uma preocupação com o bem público de maneira realista, sem promessas de difícil realização, embora expressem a promessa de dias melhores. Os dois políticos, assim, procuram apresentar “frases de efeito” em busca de admiração sem declarações a respeito de si mesmos, que poderiam levar à compreensão de que desejam certa distância de seus eleitores. Dessa maneira, percebemos alguns exemplos do ethos de “sério” em:

(58) Devemos dizer "não" a este estado de coisas. A legitimidade das manifestações populares deve ser respeitada, mas é fundamental que seja garantida a integridade física das pessoas e do patrimônio público. Assim, **precisa ser investigada com rigor** a denúncia de que partidos políticos estariam financiando atos de violência que colocam em risco a segurança da população.

Limite não é sinônimo de autoritarismo. Muitas vezes significa compromisso com a sociedade democrática.

(Aécio Neves, Democracia, 17/02/2014)

(59) Nos últimos anos **somos um dos raros países do mundo em que o nível de vida da população não recuou ou se espatifou em meio a alguma grave crise**. Chegamos até aqui melhorando de vida, pouco a pouco, mas **sempre de maneira firme e segura**. [...] É para isso que você pega duro no batente todos os dias. É para que o seu esforço traga resultados ainda mais rápidos que **cobro todos os minutos um bom desempenho do meu governo**. (Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013)

No fragmento acima (exemplo 58), percebemos que o discurso serve para compor uma imagem de seriedade de Aécio Neves ao demonstrar preocupação com o bem público de maneira realista, condenando a irresponsabilidade dos governantes quanto às decisões que definem os rumos do país. O ethos de sério é comprovado pela proposta de reação diante de atitudes de intolerância e de agressão a pessoas e do patrimônio público, como no caso citado por Aécio Neves, por ocasião das manifestações ocorridas no país em 2013 que ocasionou a morte do cinegrafista Santiago Andrade enquanto trabalhava na cobertura dos protestos. Essa proposta revela a consciência dos limites da democracia e a necessidade de ajustar medidas punitivas numa recusa à demagogia.

Dilma Rousseff também demonstra o ethos de “sério” na passagem acima (exemplo 59) em que busca certificar seu compromisso com atitudes responsáveis e sérias na condução do país e no reconhecimento da necessidade de ajustes nos projetos de governo. Ela procura assegurar sua atenção aos cidadãos brasileiros, validando sua preocupação com o bem estar de todos e sua compaixão com os sofrimentos dos outros e suas dificuldades. Isso cria outro ethos, de “humanidade”, descrito por Charaudeau (2006) como um dos ethé de identificação que será exposto no próximo tópico.

5.1.2. O ethos de “virtude”

O ethos de “virtude” atrela-se ao exemplo e à demonstração de sinceridade e fidelidade. Segundo Charaudeau (2006), isso é construído com o tempo e na constatação de que o sujeito falante sempre seguiu a mesma linha de pensamento e de ação. De acordo com as análises feitas por Maquiavel (2010), a partir de eventos políticos de sua época, um bom governante deveria ser virtuoso, ou seja, dar o bom exemplo. Assim, o ethos de “virtude” associa-se à atitude de respeito para com os

cidadãos na busca do bem de si mesmo, dos outros e da sociedade e corresponde a um trabalho constante do sujeito para o seu reconhecimento social.

Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los, mesmo que não seja possível seguir fielmente esses caminhos, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita alguma coisa (MAQUIAVEL, 2010, p. 19).

Às imagens de virtuoso, como demonstra Maquiavel (2010), com imagens de fidelidade e de coragem do sujeito político, devem ser acrescentadas, segundo Charaudeau (2006), as de honestidade pessoal (sinceridade) e lealdade (combate ao adversário sem golpes baixos). No cenário da política, sabemos que há vários assessores e especialistas que orientam os discursos dos políticos, o que gera certa insegurança quanto ao caráter de transparência demonstrada e acaba por gerar críticas dos adversários e influenciar a opinião pública. Apesar disso, o ethos de “virtude” originado na teoria aristotélica “é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e de honradez, ao menos, em uma visão nobre da política” (CHARAUDEAU, 2006, p. 124).

Assim, observamos nos discursos analisados alguns exemplos, dos quais citamos:

(60) Com a crise política, econômica e social na Venezuela e a escalada crescente da violência e a ameaça real à estabilidade institucional do país, **esperava-se do governo brasileiro uma ação diplomática pró-ativa e firme, coerente com a tradição centenária do Itamaraty, pautada no respeito aos direitos humanos, à defesa da liberdade e da democracia.**

(Aécio Neves, “*Diplomacia à Deriva*”, 17/03/2014)

(61) [...] **eu quero dizer a todos os agricultores e a todas as agricultoras do Brasil** que nos ouvem, **que podem contar com o nosso apoio** para aumentar a produção, cuidar das criações, modernizar suas propriedades e desenvolver o campo. **O meu governo está junto dos agricultores**, junto de vocês, agricultores, **criando as condições** para que, com o seu esforço, todos possam construir uma vida melhor.

(Dilma Rousseff, Crédito barato do Pronaf ajuda a modernizar a Agricultura Familiar, 24/02/2014)

Nos fragmentos acima, observamos o interesse de Aécio Neves (exemplo 60) em fazer um julgamento da fidelidade da adversária no poder relacionada ao seu compromisso com a diplomacia. Ao afirmar que “esperava-se do governo brasileiro uma ação diplomática pró-ativa e firme, coerente com a tradição centenária do Itamaraty, pautada no respeito aos direitos humanos, à defesa da liberdade e da democracia”, Aécio Neves mostra que sua visão é diferente da do governo atual e que seus valores são pautados na sinceridade e fidelidade aos princípios da democracia que

faltariam no governo atual. Já Dilma Rousseff (exemplo 61), procura assegurar a sua lealdade para com os agricultores, público-alvo do programa Crédito Barato do Pronaf apresentado na entrevista, demonstrando que o programa é um exemplo de atuação nos problemas brasileiros.

Charaudeau (2006) acrescenta ao ethos de virtude, a honestidade pessoal na busca da transparência e na lealdade. Segundo Menezes (2006),

Geralmente, a sociedade ocidental não valoriza aquele que é reconhecido como sujeito insincero, desonesto ou não-digno de fé. Pelo contrário, estamos sempre dispostos a manter a legitimidade de fala às pessoas sobre as quais já possuímos uma opinião prévia favorável e a negar legitimidade ao mentiroso (MENEZES, 2006, p. 323).

Assim, observamos essa característica nos discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff na demonstração de honestidade e sinceridade, deixando a impressão de que têm caráter, de que são dignos de confiança, além da tentativa de mobilizar o universo dos sentidos do público-destinatário, buscando levar o destinatário a identificar-se com os valores apresentados nos discursos. Os dois discursos vão direto ao ponto que querem ressaltar procurando demonstrar sinceridade e fidelidade, além de coragem.

5.1.3. O ethos de “competência”

O ethos de “competência” exige saber e habilidade, segundo Charaudeau (2006). O político deve mostrar conhecimento sobre a vida política, demonstrando experiência e poder para atingir seus objetivos. Novamente, aproveitamos os ensinamentos de Maquiavel (2010) que afirma que quando a nação encontra-se ameaçada por crises ou corrupção, é necessário um governo forte, que crie e coloque seus instrumentos de poder para afastar os perigos e a deterioração.

Aécio Neves em seu discurso procura sempre reforçar a construção de um ethos de força, convicção, ao passo que se mostra sempre humano e virtuoso. É perceptível o seu interesse, para fortificar sua argumentação, em mostrar os erros que foram cometidos durante o governo Lula e da própria Dilma Rousseff para, com isso, construir seu ethos de competência. O político faz uso nos artigos da Folha de S. Paulo de temas

variados envolvendo a gestão pública e, explicitamente, emite sua opinião ou ponto de vista.

Em se tratando de um espaço destinado ao grande público como o jornal em questão, Aécio Neves aparentemente aproveita tal espaço para configurar seu ethos em torno da ideologia capitalista embutida no discurso, além de deixar evidente a sua posição contrária às políticas do governo atual, ao passo que tenta associar os problemas por que passa o Brasil à má gestão pública do governo federal. Assim, o sujeito político analisa a realidade de maneira parcial, de acordo com os seus propósitos num espaço privado.

O discurso de Aécio Neves se consolida, ainda, no ethos do político participativo nas questões fundamentais da sociedade e capaz de construir o tão sonhado progresso para a nação brasileira, deixando transparecer a sua participação em debates sociais. Essa eficácia é comprovada por meio da demonstração de poder e experiência, necessários para realização das políticas necessárias ao país, conforme o exemplo a seguir.

(62) Com base apenas em fatos recentes, preparei aqui uma lista resumida de **cinco motivos para que o ministro possa entender por que os brasileiros estão "nervosinhos" com a situação da economia.**

1) Fragilidade no superávit primário: o resultado foi atingido com ajuda de receitas extras, como o bônus da privatização do campo de petróleo de Libra [...].

2) Queda na balança comercial: [...] os números da balança comercial brasileira tiveram o pior desempenho em 13 anos.

3) Desvalorização da Petrobras: [...] a estatal foi a empresa de capital aberto que mais perdeu valor de mercado em termos nominais, segundo a consultoria financeira Economática. [...].

(Aécio Neves, *'Nervosinhos'*, 06/01/2014)

Nesse fragmento (exemplo 62), Aécio Neves, ao ilustrar os problemas envolvendo a economia brasileira, deixa transparecer que uma vez no governo ele não teria as mesmas atitudes e poderia agir de maneira eficaz e com competência. Para Charaudeau (2006), o ethos da competência deve vir acompanhado do saber e habilidade, sendo que o político deve apresentar eficácia no conhecimento a respeito da política, o que pode ser comprovado pelas demonstrações de conhecimento sobre a economia brasileira apresentadas acima.

Já Dilma Rousseff, no espaço de governança, apresenta a busca pelo ethos de “competência” na apresentação do conhecimento sobre os temas relacionados à política atual e aos programas do governo, como ilustramos abaixo.

(63) Foi para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional que nós criamos, no início de meu governo, o Pronatec. [...] Seis milhões e cem mil matrículas já foram realizadas no Pronatec. Desse total, 1,7 milhão de matrículas são em cursos técnicos de nível médio. As outras 4,4 milhões de matrículas são em cursos de qualificação profissional, que têm uma duração menor, de até quatro meses. [...] **O Pronatec/Brasil sem Miséria, Luciano, é uma verdadeira porta de entrada dessas pessoas no mundo do trabalho.** [...] Só no Pronatec, nós investimos R\$ 14 bilhões.

(Dilma Rousseff, Nós criamos o Pronatec para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional, 24/03/2014)

Ao mesmo tempo em que Dilma Rousseff demonstra conhecer os problemas, aponta sua capacidade de resolvê-los. Nesse sentido, apresenta (exemplo 63) o problema envolvendo a educação e capacitação profissional no país, mostrando que o programa Pronatec está sendo um sucesso, graças à capacidade do governo em investir na educação profissional.

5.2. Os ethé de identificação

O discurso político, como vimos, se constrói em muitas formas de organização da sociedade por meio do mundo simbólico. Os ethé de identificação complementam a construção do ethos político em sua complexidade relacionada às expectativas dos cidadãos por meio de valores positivos e negativos, originados no afeto social com o político, segundo Charaudeau (2006). Charaudeau (2006) destaca alguns traços que definem e essencializam os políticos enquanto pessoas na busca de identificação com o público na maior parte heterogêneo e abstrato.

Primeiramente, Charaudeau (2006) descreve o ethos de “potência”, derivado da força energizante que anima e impulsiona a ação. O segundo é o ethos de “caráter” que se origina na força espiritual (personalidade). O terceiro é o ethos de “inteligência” como a capacidade de demonstrar um comportamento digno de admiração e respeito (malícia). Charaudeau (2006) descreve também o ethos de “humanidade” que expressa a capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com os que sofrem, além da capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar gostos pessoais e ethos de “chefe” que se direciona ao cidadão num ato de reciprocidade entre a instância política e instância cidadã, na figura de um guia. Por fim, Charaudeau (2006) expõe o ethos de “solidariedade” que demonstra a preocupação do político com as necessidades dos

outros, sendo responsável por elas, deixando transparecer uma reciprocidade entre atos e declarações.

5.2.1. O ethos de “potência”

O ethos de “potência” é definido por Charaudeau (2006, p. 138) como “uma energia física que emerge das profundezas terrestres, anima e impulsiona os corpos na ação”, como se fosse uma força natural que dá autoridade ao político mesmo sem que ele esteja no poder. Esse ethos, de acordo com Charaudeau (2006), se relaciona com a virilidade do corpo, mas pode também ser exercido de maneira mais branda atestando a determinação em agir do político por meio de seu discurso e, portanto, não a atitudes corporais propriamente ditas. Não foi observado o ethos de “potência” nos discursos analisados, nesse sentido, por serem discursos escritos que não apresentam expressões vocálicas e, além disso, não apresentam expressões verbais de insultos, ameaças ou de intimidações, mais comuns em discursos presentes em manifestações ou comícios, por exemplo.

5.2.2. O ethos de “caráter”

O ethos de “caráter” assegura ao político uma força de espírito que lhe confere uma personalidade forte (CHARAUDEAU, 2006). Podemos perceber, a partir dessa definição, a utilização da provocação e da polêmica, citadas por Charaudeau (2006), com declarações cuja finalidade é provocar uma reação, como no exemplo abaixo:

(64) **O governo que o eleitor escolheu para ser solução se transformou no principal problema do país.** A verdade é que o governo colocou o Brasil no caminho errado - é simples assim. [...]

Entre a indignação, a revolta e o cansaço diante de repetidos absurdos, o sentimento geral dos brasileiros é um só: **já deu!**

(Aécio Neves, Já deu!, 17/03/2014)

Aécio Neves, em vários exemplos de seu discurso, recorre a essa alternativa no uso de figuras de provocação e polêmica demonstrando uma aparência de sinceridade

por meio dos argumentos apresentados. Dilma Rousseff é mais branda na utilização dessas figuras, embora tenhamos encontrado alguns exemplos de clara referência ao provável adversário político e ao seu partido que governou o país antes do PT:

(65) Foram muitos e muitos anos sem o governo federal investir em transporte coletivo, principalmente não investindo em metrô. Na verdade, o governo federal fazia o seguinte, lavava as mãos e falava: Não. Esse não é um problema meu. Para o meu governo, é um problema meu.

(Dilma Rousseff, Prioridade é investir no transporte sobre trilhos, diz Dilma, 10/02/2014)

Outras formas da imagem do ethos de “caráter” pode ser a estratégia de advertência, de controle de si, de coragem, de orgulho, de firmeza e moderação. Destacamos os trechos abaixo para descrever essas características.

(66) Não pode ser simplesmente negligenciado ou reduzido a uma mera coincidência o fato de que, na terça-feira, o Sul atingiu seu recorde de carga apenas três minutos antes da falha no sistema de transmissão que causou o apagão.

Sintoma que expõe, em princípio, a hipótese de estar começando a haver desequilíbrio estrutural entre a capacidade de oferta e a demanda de energia no país, que o governo, a todo custo, tenta descartar, fazendo piadas diversionistas com descargas elétricas, ou sugerindo mais terceirização de responsabilidades.

(Aécio Neves, Vulnerável, 10/02/2014)

(67) [...] eu tenho um imenso prazer em falar sobre o Minha Casa Minha Vida, porque eu tenho andado muito pelo país e sei o quanto **o Minha Casa Minha Vida mudou a vida de milhões de pessoas.** [...] **Se a gente somar tudo o que foi contratado no meu governo com as casas contratadas no governo Lula, são mais de 3 milhões de moradias em todo o país.** [...] Nós estamos atendendo famílias, que, sem o apoio e os recursos do governo, não poderiam nem sonhar em ter a casa própria. [...]

(Dilma Rousseff, Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013)

No exemplo 66, Aécio Neves faz uso da figura “advertência” caracterizada por Charaudeau (2006, p. 142) como “uma modalidade enunciativa que consiste em anunciar de antemão qual é a posição do sujeito, qual será o seu limite”. O político, assim, demonstra que as atitudes do governo em relação ao sistema energético do país são inconsequentes e adverte sobre os riscos da fragilidade do governo nesse setor. Dilma Rousseff (exemplo 67), por sua vez, utiliza a figura do “orgulho” ligada ao ethos de “caráter”, explicitada por Charaudeau (2006) como necessária ao político pela garantia de defesa de seus valores e integridade identitárias de seu povo.

5.2.3. O ethos de “inteligência”

O ethos de “inteligência” tem a característica de provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por meio de sua maneira de agir e falar sobre os acontecimentos políticos, como explica Charaudeau (2006). Na vida política, o ethos de “inteligência” é evidenciado por comportamentos de político culto, astuto e pela malícia, segundo Charaudeau (2006, p. 146). Charaudeau (2006) chama a atenção para o fato de a inteligência ser percebida também no comportamento do político em sua vida privada.

Por isso, é comum presenciarmos no discurso dos políticos referências à sua origem social e sua formação. O fato de Aécio Neves escrever artigos semanais para um jornal de grande importância no país como o Folha de S. Paulo pode ser uma evidência da busca de construção desse ethos. De uma maneira geral, seu discurso demonstra uma formação culta e uma preocupação em assegurar seu ethos de “inteligência” na forma de gestão do poder público. Nesta passagem, o político faz um relato sobre Nelson Mandela por ocasião de sua morte em dezembro de 2013 com o uso de expressões bastante formais e cultas:

(68) Seu amplo olhar ultrapassava o curto horizonte das circunstâncias. **Cerziu**, pacientemente, naquele cubículo sob grades, durante anos a fio, uma consciência clara acerca do futuro. **Ele sabia que o seu país só seria capaz de abrigar igualmente todos os seus concidadãos se fossem rompidas poderosas amarras e superadas divisões abismais que fraturaram durante tanto tempo a alma sul-africana.** [...]

(Aécio Neves, Mandela, 09/12/2013)

Dilma Rousseff manifesta o ethos de “inteligência” pela “astúcia” ou “malícia” ao recorrer ao jogo do ser e parecer, conforme as definições de Charaudeau (2006).

(69) [...] tem médico do Mais Médicos em postos de saúde por todo o Brasil. [...] O nosso esforço tem dado excelentes resultados. Só para você ter uma ideia, em menos de seis meses, todos os municípios mais desassistidos deste país que pediram médicos já receberam, pelo menos, um profissional do Mais Médicos. [...] Veja, Luciano, só para essas regiões mais desassistidas, nós já levamos 2.963 médicos, e eles estão atendendo em mais de mil municípios. Só para a região do semiárido, nós já levamos 1.594 médicos. [...] o Mais Médicos estará beneficiando 45,5 milhões de pessoas.

(Dilma Rousseff, Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2013)

Na busca de apresentar seus objetivos, ela deixa transparecer seu interesse pelo bem de todos em primeiro lugar com habilidade e sutileza; e evita entrar no jogo dos adversários, evitando polêmica e dando informações parciais que não comprometam sua credibilidade. Percebemos na passagem acima (exemplo 69) que a presidente evita entrar na polêmica envolvendo a implantação do programa Mais Médicos no Brasil, a

qual gerou duras críticas por parte de alguns setores, inclusive entidades médicas, por considerarem uma política ineficiente que não ataca o problema da saúde pública no país como um todo e perpetua o subfinanciamento na gestão.

5.2.4. O ethos de “humanidade”

O ethos de “humanidade” constitui um imaginário importante assim como os demais para a imagem do político, segundo Charaudeau (2006, p. 148), em que é observada “a capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem”, além da habilidade em confessar suas fraquezas, de expor quais são os seus gostos, de mostrar que é um ser humano. A figura do sentimento deve transparecer, de acordo com Charaudeau (2006), em algumas ocasiões, como: em visita aos desprovidos ou a pessoas que padecem em situações dramáticas como catástrofes naturais, que fazem com que os políticos se encontrem no local e dirijam palavras de compaixão às vítimas e prometendo ajuda.

Podemos observar o ethos de “humanidade” também em crises políticas em que o político deseja desfazer críticas feitas a eles por adversários, reconhecendo seus erros, mas apontando que ninguém faria melhor e que ele mesmo pode fazer algo para melhorar, como explica Charaudeau (2006). Os fragmentos abaixo ilustram o ethos de “humanidade”.

(70) **Testemunhamos a luta diária das famílias nordestinas**, vítimas e reféns da seca e os limites do atual projeto de gerenciamento da pobreza extrema, sem horizonte concreto capaz de libertar e habilitar uma nova cidadania.

Fomos impactados pela tragédia de milhares de vidas perdidas impunemente nas grandes cidades, em um país que não tem sequer um arremedo de política nacional de segurança, e pelo desastre cotidiano de um sistema de saúde abandonado em macas pelos corredores de hospitais superlotados, em filas imensas, em demora, desvios e desrespeito.

(Aécio Neves, Para mudar o Brasil, 16/12/2013)

(71) Continuamos a difícil luta pela melhoria da saúde e da educação, setores onde ainda temos muito a fazer, mas onde estamos conseguindo avanços. [...]

Em suma, **não deixamos em nenhum momento de lutar em favor de todos os brasileiros em especial dos que mais precisam. Com o olhar muito especial para os jovens, para as mulheres e para os negros. Mas sabemos que há muito, muito mesmo, ainda por fazer e muito, muito mesmo, por melhorar.** [...]

(Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013)

No trecho acima (exemplo 70), Aécio Neves se compadece com as famílias nordestinas acometidas pela seca e a pobreza extrema e com as pessoas vítimas da violência urbana ou sistema público de saúde deficitário. O ethos de “humanidade” é observado na tentativa de demonstrar sua humanidade pela compaixão com os que sofrem, embora mostre que a deficiência não é sua responsabilidade, mas do governo federal.

Por outro lado, podemos encontrar essa estratégia também na declaração da presidente Dilma Rousseff em seu pronunciamento à Nação (exemplo 71), transcrito para o portal Café com a Presidenta, em que, numa mensagem de fim de ano, faz um balanço de seu governo e confessa não ter obtido sucesso em todos os setores, embora não deixe de frisar que o seu governo se destaca entre os demais.

5.2.5. O ethos de “chefe”

Charaudeau (2006) define o ethos de “chefe” como aquele que se direciona para o cidadão de maneira que este se identifique e siga tal representação. Por se tratar de um ethos presente no domínio público, o sujeito político se vê forçado a prestar contas de seus atos aos cidadãos, retribuindo, dessa forma, a confiança que estes depositaram nele, criando uma relação de dependência e fazendo surgir várias figuras de “chefe” como a de guia, de soberano e de comandante.

A figura de guia, como descreve Charaudeau (2006), pode ser apresentada sob a forma do guia supremo, capaz de guiar um grupo social em meio a conflitos e dificuldades, com as variantes: guia-pastor como um condutor sábio que tem determinação, perseverança e sabe cuidar do povo como um pastor ao guiar suas ovelhas. Semelhantemente, o guia-profeta também é um agregador, a diferença reside na ligação que faz entre passado e futuro sobre seus atos e nas declarações sobre conduzir o destino dos homens. É um visionário, capaz de ser “pai” e “inspirador de espírito”, “que propõe ao povo uma possibilidade de redenção, com a condição de que este o siga” (CHARAUDEAU, 2006, p. 156). Outra diferença entre essas figuras é o tempo de ação, o guia-pastor está preocupado com o presente, já o guia-profeta está voltado para o futuro, segundo Charaudeau (2006). Acrescenta-se ainda que o pastor é

um ser calmo, de silêncio, o profeta, ao contrário, é sempre comprometido com a palavra.

Entre os discursos analisados, encontramos a tentativa de consolidação da figura do guia supremo no discurso de Aécio Neves e de Dilma Rousseff, sendo que o ethos de chefe de Aécio Neves se faz pela figura do guia-profeta (exemplo 72); enquanto que em Dilma Rousseff é construído pela mistura entre as figuras do guia-pastor e do guia-profeta (exemplo 73).

(72) [...] A **formatação de um novo diálogo nacional tornou-se imprescindível** para que a lógica das decisões do poder público, tantas vezes distante da realidade, ganhe legitimidade e efetiva participação da cidadania.

É hora de somar forças para a construção coletiva de um novo projeto para mudar de verdade o Brasil.

(Aécio Neves, Para Mudar o Brasil, 16/12/2013)

(73) **Minhas amigas e meus amigos**, graças ao esforço de **todas as brasileiras e de todos os brasileiros**, o Brasil termina o ano melhor do que começou. **Temos** motivos também para esperar um 2014 ainda melhor do que foi 2013. **As dificuldades que enfrentamos**, aqui dentro e lá fora, **não foram capazes de interromper o ciclo positivo** que vivemos e que tem garantido que a vida dos brasileiros melhore **gradativamente** a cada ano. [...]

O Brasil será do tamanho que quisermos, do tamanho que o imaginemos. [...]

Sabemos o que é preciso para isso e nada nos fará sair desse rumo, como também nada fará mudar nosso rumo na luta **em favor de mais distribuição de renda, diminuição da desigualdade pelo fim da miséria e em defesa das minorias.**

(Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013)

Percebemos nesses fragmentos que o político Aécio Neves pretende desconstruir o discurso de Dilma Rousseff por meio da figura do guia-profeta, demonstrando uma imagem de inspiração, de um “visionário” com a missão de transformar o Brasil diante das mazelas do atual governo. O político traz um discurso de descrença no governo em questão e na possibilidade de mudança por meio do diálogo e da união entre as forças.

Dilma Rousseff, por sua vez, tenta construir uma imagem agregadora como guia-pastor, no trecho 73, pelo uso do vocativo “Minhas amigas e meus amigos” e pelo uso da primeira pessoa do plural (temos), envolvendo “todos os brasileiros e brasileiras”. Assim, todos estão incluídos na luta por um Brasil melhor. Demonstra um caminhar pausado e regular, que sabe agir diante das dificuldades e sabe para onde vai gradativamente. A presidente apresenta uma imagem direcionada ao cidadão brasileiro ao mesmo tempo em que está voltada para si mesma, na busca de identificação do outro. Ao mesmo tempo, apresenta a figura do guia-profeta, ao ter uma visão de futuro para o país com garantia de melhorias ainda maiores, segundo ela, como mais distribuição de renda, diminuição da desigualdade, fim da miséria e defesa das minorias.

Outra figura ligada ao ethos de “chefe” é a imagem do chefe-soberano fundada na legitimidade do político. Encontramos essa figura nos discursos de Aécio Neves (exemplo 74) e Dilma Rousseff (exemplo 75) ao falarem da democracia; da soberania do povo; da identidade nacional; do que devem ser as grandes linhas de um projeto político; celebrando o povo, o país, o regime institucional, conforme a caracterização de Charaudeau (2006) sobre o ethos de “chefe”.

(74) Mais um ano se aproxima do seu final. E **registro** o que, em meio a tantos desafios, **acredito** que devemos especialmente celebrar: a **consolidação da nossa democracia, com destaque para o Judiciário independente e a liberdade de imprensa assegurada.** [...] **que possamos celebrar especialmente o resgate da confiança no futuro do país.** (Aécio Neves, Feliz Brasil Novo, 30/12/2013)

(75) Não existe nada mais importante **para mim** do que ver as famílias brasileiras melhorando de vida, mais felizes, mais tranquilas e mais satisfeitas com o fruto do seu trabalho. Por isso, **sinto alegria de poder tranquilizar vocês** dizendo-lhes que entrem em 2014 com a certeza que o seu padrão de vida vai ser ainda melhor do que você tem hoje. [...] **Ampliamos nosso diálogo com todos os setores da sociedade e escutamos seus reclamos,** implantando pactos para acelerar o cumprimento de nossos compromissos. (Dilma Rousseff, No pronunciamento à Nação, Dilma afirma que 2014 será ainda melhor para o Brasil, 30/12/2013)

Verificamos, no exemplo 74, que Aécio Neves procura transmitir a ideia de um político comprometido com a soberania, com a democracia, capaz de superar os projetos políticos do partido adversário em potencial com estratégias que se situam acima deles. Em forma de crítica direta e do uso da primeira pessoa, o discurso de Aécio Neves em sua mensagem de fim de ano tenta provar que um chefe de estado deve ouvir as demandas da população e agir preventivamente diante de situações inevitáveis, como as chuvas.

Dilma Rousseff (exemplo 75), por outro lado, explora o recurso da não entrada no jogo da polemização, numa posição de fiadora de valores, conforme o uso da primeira pessoa (para mim), de maneira a se posicionar acima do conflito mostrando sua capacidade de atitude diante de alguns riscos e crises. Não deixa de demonstrar seu interesse em estar junto do povo e de ouvir seus reclames, estando acima das contingências políticas por meio da estratégia de crítica indireta aos seus adversários que tentam transmitir uma visão pessimista sobre o Brasil.

Outras figuras abordadas por Charaudeau (2006) relacionadas à figura do chefe-soberano não se encaixam no discurso da presidente Dilma Rousseff e de Aécio Neves, no corpus, como a figura do comandante por ser mais autoritária e, algumas vezes, até agressiva, além do ato de arrependimento ou a recusa do perdão.

5.2.6. O ethos de “solidariedade”

O ethos de “solidariedade” cria uma imagem de alguém que está além das necessidades dos outros, que compartilha dessas necessidades e, por isso, se torna responsável por elas. Segundo Charaudeau,

A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados. Aquele que é solidário não está em uma posição diferente da dos outros; ele partilha as mesmas ideias e os mesmos pontos de vista de seu grupo e vai ao encontro das ideias e dos pontos de vista dos outros grupos (CHARAUDEAU, 2006, p.163).

De acordo com Charaudeau (2006), a solidariedade não deve ser confundida com a compaixão. A solidariedade pressupõe um sentimento igualitário e recíproco; já a compaixão pressupõe um sentimento assimétrico entre um indivíduo que sofre e outro que, apesar de não sofrer, está, no entanto, emocionado pelo sofrimento alheio. No domínio político, a figura da solidariedade pode ser construída através de uma relação de reciprocidade entre atos e declarações.

Nos discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff observamos a construção do ethos de “solidariedade” nos trechos a seguir, dentre outros:

(76) **O PSDB apresenta** amanhã, em Brasília, **as primeiras ideias colhidas em encontros regionais**, que, acreditamos, podem representar as bases de uma nova agenda para o Brasil. **Não se trata de um diagnóstico técnico ou um programa de governo, mas de reivindicações, cobranças, expectativas e sentimentos vindos dos quatro cantos do país**, que constituem pontos de partida para o aprofundamento do diálogo com os brasileiros. [...] **Testemunhamos a luta diária das famílias nordestinas**, vítimas e reféns da seca e os limites do atual projeto de gerenciamento da pobreza extrema, sem horizonte concreto capaz de libertar e habilitar uma nova cidadania. [...] É hora de **somar forças** para a **construção coletiva** de um novo projeto para mudar de verdade o Brasil.
(Aécio Neves, Para mudar o Brasil, 16/12/2013)

(77) Porque, **além de aumentar o crédito**, como eu já disse, **nós reduzimos os juros e ampliamos os prazos do financiamento**. **Aí, nossos produtores puderam recorrer a mais crédito** e, assim, investir mais.[...] Aliás, vou fazer um parêntese para o Moderfrota, que permitiu uma verdadeira transformação na agricultura por meio do crédito barato para a compra das mais modernas máquinas. **Eu operei duas delas**, sempre com ajuda dos operadores, dos agricultores [...] **Eu vi o sucesso da nossa agricultura** bem de perto, lá em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. [...] E é por isso que vou repetir o que disse aos agricultores [...]: **podem contar com o nosso apoio. Juntos, nós vamos continuar transformando o campo e gerando as riquezas para o Brasil**.

(Dilma Rousseff, Dilma: safra recorde é importante para o crescimento do país, 17/02/2014)

Nos trechos destacados do discurso de Aécio Neves (exemplo 76), percebemos a imagem de solidariedade estabelecida por meio de uma identificação do político com o seu partido e com a vontade de estar junto do povo diante dos desafios enfrentados pelas diferentes regiões do país. Ele demonstra partilhar das mesmas ideias e pontos de vista de seu grupo partidário compartilhando as ideias dos grupos que se reuniram em encontros regionais. Isso se dá numa relação de reciprocidade entre o que o partido pretende construir no Brasil por seu projeto político e suas declarações de consciência dos problemas enfrentados pelas diferentes regiões como o nordeste e sua responsabilidade em vencer os desafios numa “construção coletiva”. O político valoriza o ouvir as reivindicações, cobranças, expectativas e sentimentos, sugerindo que o governo deve estar atento à opinião pública.

Dilma Rousseff, no exemplo 77, também constrói a imagem de solidariedade mostrando-se atenta às necessidades dos agricultores e partilhando de seus desafios com responsabilidade. Ao anunciar o aumento do crédito aos agricultores, a redução de juros e a ampliação de prazos do financiamento, a presidente demonstra solidariedade para com as dificuldades do trabalho no campo. Além disso, ao usar a primeira pessoa em “eu operei duas delas” e “fiquei muito impressionada”, dando o exemplo de sua viagem a Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, a presidente mostra sua vontade de estar junto dos agricultores. Ela sugere uma identificação com os valores defendidos pelo grupo e tem consciência de sua responsabilidade individual e de seu governo. Apesar de não estar explícito nesse trecho a sua capacidade de ouvir o povo, o fato de ir até o campo e operar a máquina, sugere sua capacidade de estar atenta às necessidades dos outros e aos seus problemas.

5.3. Procedimentos linguísticos de encenação do ethos

Alguns procedimentos linguísticos combinados com outros contribuem para a encenação do discurso por meio do ethos apresentando uma linguagem apropriada ao momento e à finalidade. Charaudeau (2006) enfatiza alguns modos de expressão que podem produzir efeitos de ethos, dependendo das circunstâncias. Segundo Charaudeau

(2006), esses procedimentos podem ser denominados de Procedimentos Expressivos e Procedimentos Enunciativos, cada qual revelando características da fabricação do ethos.

Os Procedimentos Expressivos significam, de acordo com Charaudeau (2006), a forma própria de falar de cada sujeito, conforme seus papéis sociais. Entendemos aqui esses procedimentos ligados à prosódia. Então, às vezes, falar de maneira mais elegante, culta, pode produzir um efeito positivo, se o destinatário se identificar com o enunciador. Ao contrário, se o destinatário entender esse discurso como manipulação, poderá ter efeito negativo. Para expressar o bem falar, pode-se usar os procedimentos semiológicos característicos de vocalidade (tom, dicção, ritmo, articulação e pronúncia) (CHARAUDEAU, 2006, p. 170).

O “falar forte” representa um procedimento expressivo que se liga ao imaginário de “potência”, demonstrando, por parte do locutor, uma característica física forte, gestos amplos e enérgicos, como podemos perceber em comícios. Por outro lado, o “falar tranquilo” pode demonstrar caráter, inteligência e autoridade, por isso, muitos políticos fazem uso desse procedimento para provocar o efeito de uma alma tranquila, serena, como numa conversa informal com pessoas com as quais se tem intimidade. Essa tranquilidade pode trazer a imagem de uma figura paternal, equilibrada (CHARAUDEAU, 2006).

Além dos procedimentos expressivos, como assinalamos, Charaudeau (2006) apresenta também os Procedimentos Enunciativos que evocam a enunciação “*elocutiva*”, na qual o sujeito falante se coloca em cena, revelando seu ponto de vista; a enunciação “*alocutiva*”, que traz o interlocutor para o ato de linguagem numa relação de influência; e a enunciação “*delocutiva*”, na expressão de um mundo em evidência, sem responsabilizar nenhuma das partes, retomando a fala de um terceiro.

Aristóteles (2005) em Retórica chama a atenção para a importância da enunciação afirmando que o ethos moral ou caráter do orador depende de sua fala e da impressão de sinceridade e honestidade da mesma. Seja para confirmar o que o público já reconhece, seja para desconstruir uma imagem de desconfiança do público. De acordo com o filósofo, é na enunciação que o orador mostra seu caráter. Menezes (2006) a esse respeito afirma que:

Um indivíduo qualquer, no desempenho de seu papel social, pode ser alguém que se apresente como sujeito de uma ‘idoneidade moral e conduta ilibada’, mas que, por não se representar em seu discurso como digno de confiança para um caso em questão não obtém eficácia

na sua finalidade persuasiva (MENEZES, 2006, p. 324, grifo do autor).

Como não tratamos aqui de analisar a enunciação da palavra em sua forma oral, não é possível neste estudo identificar marcas específicas da maneira de falar dos políticos Aécio Neves e Dilma Rousseff por meio dos procedimentos ligados à prosódia. Por outro lado, os procedimentos enunciativos são possíveis de serem caracterizados no corpus conforme passamos a descrever.

5.3.1. A enunciação “elocutiva”

Charaudeau (2006) define a *enunciação “elocutiva”* como a expressão por meio de pronomes pessoais de primeira pessoa acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualitativos, mostrando a opinião pessoal do locutor. Segundo Charaudeau (2006), o uso das modalidades elocutivas contribui para a construção do ethos relacionado às imagens e figuras expostas na seção anterior. O ponto de vista do sujeito falante pode ser particularizado pelo modo de saber, que descreve a maneira como o locutor tem conhecimento de seu propósito; pela avaliação, que caracteriza a maneira como o sujeito julga o propósito; pela motivação, que especifica a razão de o sujeito realizar o propósito; pelo engajamento, que descreve o grau de adesão ao propósito; e, por fim, pela decisão, que especifica o estatuto do locutor e o tipo de decisão na realização do ato de enunciação (CHARAUDEAU, 2012a). Assim, constatamos alguns exemplos nos discursos analisados:

(78) **Tenho** dito que um dos maiores desserviços que o PT presta ao país é a insistente tentativa de legitimar a mentira como instrumento do debate e da luta política.

Na política, a mentira tem várias faces. **Às vezes**, se apresenta com uma mais **suave**, se finge **inofensiva**, em pequenas "imprecisões" ditas aqui e ali.

Pode ter uma face mais dura, nas constantes sinalizações aos aliados de que política é um jogo de vale-tudo, **onde** os fins justificam os meios. **Onde**, segundo alguns, "podemos fazer o diabo". [...]

O Brasil que **precisamos** construir **deve ter** como base a generosidade e o respeito pelas diferenças. Quaisquer que sejam elas.

(Aécio Neves, Mentiras e Verdades, 02/12/2013)

(79) [...] **Em dois anos, concedemos** 60 mil bolsas para jovens brasileiros estudarem nas **melhores** universidades do mundo. **Já** são 60 mil, veja bem, hein, Luciano, 60 mil. [...] **Eu tenho certeza**, Luciano, de que, com a nossa meta de oferecer 101 mil bolsas do Ciência sem Fronteiras até o final do ano que vem, são 75 mil oferecidas pelo governo federal e 26 mil

oferecidas pelas empresas, **nós vamos acelerar o nosso passo rumo à economia do conhecimento.**

(Dilma Rousseff, Dilma: governo tem que oferecer oportunidades para as mulheres conquistarem uma vida melhor, 03/03/2014)

O fragmento de Aécio Neves, no exemplo 78, revela o seu envolvimento no discurso e reflete seu ponto de vista pessoal, como, aliás, ocorre em todos os seus textos. As modalidades elocutivas utilizadas contribuem para a construção do ethos correspondente à figura de rejeição, descrita por Charaudeau (2006), na recusa às ações da possível adversária nas eleições de 2014 e ao ethos de “sério” que se opõe à mentira. Ao mesmo tempo, demonstra sua avaliação sobre o governo Dilma. Percebemos também o ethos de “chefe” como aquele que propõe ao povo uma possibilidade de redenção: “O Brasil que precisamos construir deve ter como base a generosidade e o respeito pelas diferenças”.

Da mesma maneira, Dilma Rousseff, no exemplo 79, faz uso da enunciação “*elocutiva*” para manifestar sua opinião sobre a importância do Ciência sem Fronteiras para o Brasil e para enfatizar seu compromisso com a educação a partir do modo de saber. Ao utilizar os pronomes pessoais de primeira pessoa, advérbios e qualificativos, a presidente tenta construir uma imagem de compromisso relacionada à figura de guia supremo. Ao mesmo tempo, ela demonstra convicção (“Eu tenho certeza”) ligada ao ethos de “virtude” e um ethos de “solidariedade” com a ajuda do “nós”. Essa estratégia também é recorrente em todos os seus textos.

5.3.2. A enunciação “alocutiva”

A enunciação alocutiva, segundo Charaudeau (2006) consiste na relação de influência estabelecida entre o locutor e o seu interlocutor por meio de pronomes pessoais de segunda pessoa, acompanhados de verbos modais, de qualificativos e de denominações. Assim, modalidades de tratamento podem ser utilizadas pelos políticos a fim de identificar o público como cidadão, legitimando o locutor no caso de tratamentos particulares de um grupo ou partido, além de poder expressar a natureza da relação com marcas de autoridade. A modalidade de solicitação também corrobora para a fabricação do ethos por meio da interpelação retórica, como mostra Charaudeau (2006).

Percebemos duas ocorrências de procedimento enunciativo “alocutivo” nos textos de Aécio Neves, embora não constituam formas específicas de tratamento do político; e não sejam frequentes em seu discurso o uso de formas imperativas no corpus. Nas duas últimas semanas de 2013 ele aproveita seu espaço no jornal Folha de S. Paulo para fazer uma reflexão sobre o ano e dirigir-se aos leitores com mensagens de fim de ano, conforme os exemplos 80 e 81. O uso do pronome de tratamento “você” e do pronome pessoal com referência ao interlocutor (“sua”) no exemplo 80, além da frase exclamativa “Feliz Brasil Novo!”, no exemplo 81, revelam uma interpelação ao interlocutor com a expressão de um desejo de feliz natal e ano novo, carregada de uma intenção de envolvimento por parte do interlocutor com a sua proposta de mudança para o Brasil no próximo ano.

(80) Que o significado do exemplo do papa Francisco ilumine o Natal de todos os brasileiros. **A você e a sua família**, os meus votos de um Feliz Natal, de muita paz e harmonia. (Aécio Neves, O ano de Francisco, 23/12/2013)

(81) [...] E que possamos celebrar especialmente o resgate da confiança no futuro do país. **Feliz Brasil Novo!** (Aécio Neves, Feliz Brasil Novo, 30/12/2013)

Por outro lado, nos textos de Dilma Rousseff, observamos a recorrência no uso de modalidades de tratamento no início (“Bom dia a todos os ouvintes que nos acompanham aqui no Café hoje!”) e no final das entrevistas (“Uma boa semana para você e para os nossos ouvintes!”) com expressões exclamativas. Além dessas modalizações próprias da entrevista, a presidente utiliza em muitas passagens outras formas de modalidades de tratamento com a finalidade de se dirigir ao destinatário e de envolvê-lo em sua fala. De modo especial, no pronunciamento à Nação no dia 30 de dezembro de 2013, a presidente utiliza formas próprias de declarações políticas por meio dos termos “Minhas amigas e meus amigos”, frisando sua identificação com a figura feminina colocada em primeiro lugar na expressão.

5.3.3. A enunciação “delocutiva”

Na enunciação delocutiva, o sujeito falante se distancia do ato de comunicação e “apresenta o que é dito como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz

terceira, voz da verdade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 178). Nesse caso, utilizam-se a terceira pessoa do discurso, fazendo com que as declarações se tornem aparentemente impessoais e mais objetivas com a retomada de vozes que não pertencem ao sujeito falante, como explica Charaudeau (2012a). Segundo o autor (2012a, p. 100), as modalidades delocutivas são desvinculadas do locutor e do interlocutor e o propósito existe em si mesmo e si impõe em modos de dizer de “asserção” ou “discurso relatado”.

Segundo Charaudeau (2012a), isso é feito por meio de afirmações pertencentes ao domínio da lógica e pode se desdobrar em diversos tipos (“Evidência”, “Probabilidade”, etc.) relacionando-se às modalidades do elocutivo com a diferença de na modalidade delocutiva não ser possível identificar os dois parceiros nas configurações linguísticas, como explica Charaudeau (2012a). As modalidades delocutivas como procedimentos enunciativos, assim, foram identificadas nos discursos do corpus, conforme os exemplos 82, 83, 85 e 85:

(82) **É absolutamente admirável** o sentido **que ele soube dar** ao exercício da política, libertando-a da conflagração tradicional que alimenta o dissenso e também das suas obviedades e mesquinhasias.
(Aécio Neves, Mandela, 09/12/2013)

(83) **É hora de somar forças** para a construção coletiva de um novo projeto para mudar de verdade o Brasil.
(Aécio Neves, Para mudar o Brasil, 16/12/2013)

(84) Ah, **com certeza**, Luciano. Nós aumentamos os investimentos em educação a cada ano no meu governo, mas vamos fazer muito mais com os recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social.
(Dilma Rousseff, Dilma: Educação é o passaporte para o futuro do Brasil, 06/01/2014)

(85) **É um passo enorme**, Luciano, **um passo importantíssimo para garantir mais saúde e mais qualidade no atendimento médico** que oferecemos em nosso sistema de saúde.
(Dilma, Rousseff, Mais Médicos já beneficia 33 milhões de pessoas, 31/03/2014)

Nos exemplos expostos de Aécio Neves (82 e 83), podemos perceber configurações explícitas da modalidade de asserção, descritas por Charaudeau (2012a), por meio das construções iniciadas pelo verbo “ser”, no fragmento 82, seguida de advérbio (absolutamente), adjetivo (admirável) e oração no indicativo. No segundo trecho (exemplo 83), o verbo “ser” seguido de substantivo e oração no infinitivo (“É hora de somar forças”) demonstra uma “obrigação”. Dilma Rousseff também faz uso da enunciação “delocutiva”, apesar de seu discurso privilegiar a enunciação “elocutiva”. No exemplo 84, o uso da expressão “com certeza” expressa “evidência” em resposta à pergunta do apresentador: “Agora, para fazer tudo isso é preciso muitos recursos, não é mesmo?”, o que ocorre diversas vezes por outras expressões também como: “É sim”, “É

verdade” etc. No exemplo 85, por meio da união do verbo “ser” com um substantivo (“passo”) e dois adjetivos (“enorme”, “importantíssimo”), seguidos de oração no infinitivo, a presidente demonstra “apreciação” favorável ao programa Mais Médicos do governo federal.

Dessa maneira, podemos dizer que o discurso público como espaço de troca e de convergências de valores, passa a ser um lugar de confrontação de imagens de políticos. Logo, os *ethé* dependem das estratégias empregadas pelo político com certa demanda social, de forma que possa reconhecer-se. Tendo trazido algumas estratégias do discurso político que buscam o efeito de persuasão por meio do *ethos*, mostramos que a identidade dos sujeitos se revela como imagens construídas na interação entre os parceiros do discurso. Assim, podemos afirmar que o discurso político é um jogo de ser e parecer em que supostamente a pessoa não é enganada, um lugar de um jogo de máscaras, como afirma Charaudeau (2006).

Ao analisarmos o discurso político, percebemos que o *ethos* se junta ao *logos* evidenciando um jogo estabelecido na ligação entre a instância de poder e a instância cidadã, pelo discurso demonstrativo, pela imagem si mesmo e pela imagem do outro. O *ethos*, conforme Charaudeau (2006, p. 181), “pertence ao domínio das representações sociais, e sua valorização no domínio político depende das circunstâncias”. Assim, o *ethos* é fundamental no discurso político, representando uma faca de dois gumes, segundo Charaudeau (2006). Se por um lado pode causar a perda do próprio *ethos* do político, por outro lado, no debate democrático, pode contribuir para a sua força, dependendo de como o político e o público veem a confrontação entre imagens.

Mostrar-se emocionado, tocado, transtornado, estupefato ou escandalizado, exprimir desgosto, alegria ou compaixão, parecer ouvir os outros, colocar-se acima das massas, defender valores históricos, ser conivente podem contribuir para construir um *ethos* de potência, de inteligência, de humanidade, de chefe etc.. Entretanto, “para surtirem efeito, os *ethé* dependem da conjugação das estratégias empregadas pelo ator político com certa demanda social (vaga e inconsciente) por *ethos*, de forma que esta última possa reconhecer-se no espelho que lhe é mostrado” (CHARAUDEAU, 2006, p. 184-185). Em se tratando dos discursos em análise neste estudo, podemos perceber tanto no discurso de Aécio Neves no de Dilma Rousseff que há todo um trabalho em conjunto dos sujeitos dos discursos bem como de seus assessores e profissionais da mídia para que suas identidades discursivas e sociais sejam fundidas na encenação do discurso.

Na medida em que o ethos se relaciona com as representações sociais, ele passa a significar o entrecruzamento de julgamentos dos indivíduos de um grupo social na busca de ser aceito pelos interlocutores. No próximo capítulo, tratamos dos imaginários sociodiscursivos como as formas de tomar a palavra dos sujeitos políticos em estudo, a partir da ideia ou expectativa sobre o seu dizer por meio do reconhecimento da vida social no espaço público. Os imaginários sociodiscursivos são tomados como “saberes partilhados”, de maneira explícita ou implícita pelos participantes do ato de linguagem; e como simbolização da realidade de prática social. Pretendemos, assim, associar ao estudo do ethos os saberes partilhados e saberes de crença, demonstrando que a finalidade do discurso político está vinculada ao conhecimento que se tem da realidade e aos julgamentos que são feitos dela.

6. IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NO DISCURSO DE AÉCIO NEVES E DE DILMA ROUSSEFF

O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações.

Charaudeau (2006, p. 203)

No que se refere ao discurso do sujeito político, por mais que os propósitos sejam variados, sempre vão ter seu foco no bem estar social dos indivíduos e nos valores positivos da vida em comunidade. Além disso, na busca da credibilidade perante seus eleitores, o político procura se fazer acreditar, a partir da defesa de uma imagem de si vinculada a alguns saberes partilhados e crenças da sociedade. Sabendo-se que a construção de uma imagem de si está ligada à enunciação, conforme os estudos de Benveniste, retomados por Amossy (2013a), o ato de comunicação está fortemente ligado à perspectiva interacional.

Dessa maneira, os participantes interagem pelo discurso num processo de influência recíproca em que o sujeito falante busca se adaptar ao seu auditório em função das crenças e valores envolvendo os parceiros (AMOSSY, 2013a). Neste capítulo, abordamos os imaginários de verdade do discurso político, ligados aos imaginários sociodiscursivos como formas de “saberes partilhados” socialmente. Com esse intuito, no primeiro tópico tratamos dos imaginários de verdade e os imaginários sociodiscursivos propostos por Charaudeau (2006) e Amossy (2013a; 2013b), atentando para o propósito e a situação de comunicação bem como para os saberes de conhecimento e saberes de crença no corpus. No segundo tópico, trazemos alguns imaginários de verdade no discurso político de Aécio Neves e Dilma Rousseff, a partir da proposta de Charaudeau (2006) a respeito dos imaginários sociodiscursivos.

6.1. Os imaginários sociodiscursivos

As relações entre as instâncias políticas e cidadãos se concretizam por meio de ações sócio-político-discursivas que emergem de várias possibilidades de interação. Os imaginários sociodiscursivos surgem, nesse contexto, a partir das representações sociais

como formas de “saberes partilhados”. Relaciona-se à capacidade de simbolização da realidade por um grupo social. A partir desse pressuposto, Charaudeau (2006) defende que o discurso depende “da situação de comunicação na qual se encontra quando fala e que impõe, a ele e a seu interlocutor, certo número de restrições da qual faz parte o propósito comunicativo.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 188).

Em se tratando do propósito do discurso político, Charaudeau (2006) aponta para um projeto de fala do sujeito que corresponde ao tema do discurso. O sujeito político, então, procura tematizar seu discurso, em função de uma situação comunicativa e de suas restrições. Busca-se, assim, por intermédio da linguagem, alcançar um sistema de valores que circulam na sociedade por meio dos “imaginários de verdade” (CHARAUDEAU, 2006). O autor afirma:

O objeto de busca da ação política é um “bem soberano” que une essas duas instâncias [instância política e instância cidadã] em um pacto de reconhecimento de um “ideal social” que é preciso querer atingir e para cuja obtenção é preciso dar-se os meios (CHARAUDEAU, 2006, p. 189).

Charaudeau (2006, p. 191-192) explica que “o homem é dominado por um mundo que se impõe a ele, mas, de outro, é pelos sistemas de representação que ele o apreende”, construído pelas experiências vividas, sendo, ao mesmo tempo, “sujeito e objeto, conhecedor do mundo e por este conhecido”. Charaudeau (2006) procura compreender os sistemas de representação por meio da noção de que todo ato de comunicação de troca entre parceiros estabelece um “elo social” a partir de normas de comportamento em que são organizados “esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social” (CHARAUDEAU, 2006, p. 196).

Nesse sentido, Charaudeau prefere o termo “imaginários sociodiscursivos” ao termo “ideologia”, compreendendo-o como formas de descrever os saberes partilhados de forma explícita ou implícita pelos participantes do ato de linguagem. Charaudeau (2006) divide esses saberes em Saberes de conhecimento e Saberes de crença. O primeiro, definido como as estruturas que dão sustentação às maneiras de dizer as representações, procurando estabelecer uma verdade sobre o mundo, construindo um saber exterior ao homem. O segundo, os Saberes de crença, procura estabelecer uma verdade sobre o mundo por meio da avaliação e do julgamento do sujeito comunicante. Nesse caso, o sujeito se impõe ao mundo em busca de interpretações que o levem a ter uma opinião sobre os fatos.

Segundo Charaudeau (2006), os Saberes de conhecimento e Saberes de crenças dizem respeito à busca de explicação sobre os fatos do mundo de maneira racional e pelo julgamento e estruturam as representações sociais. Charaudeau (2009) apresenta um esquema em forma de pirâmide para representar o funcionamento da comunicação linguageira com base nos imaginários sociodiscursivos que reproduzimos abaixo:

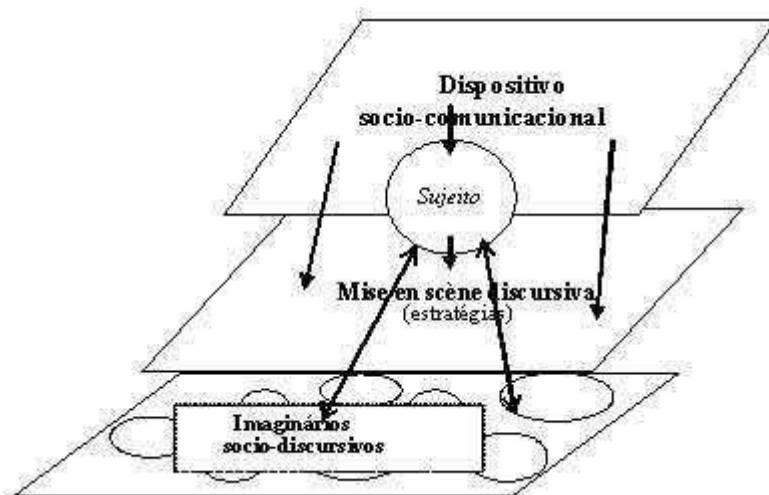


Figura 3 - Representação piramidal do funcionamento da comunicação linguageira. Fonte: Charaudeau, 2009.

Os imaginários sociodiscursivos, nesse esquema, formam a base da pirâmide e são o lugar de estruturação das diversas representações sociais, consideradas como formas de comportamentos e conhecimentos partilhados pelos grupos sociais. Esses imaginários sociodiscursivos exigem do sujeito uma competência semântica. Já o quadro sociocomunicacional é o lugar das trocas sociais por meio dos contratos de comunicação e que orientam as maneiras de se comportar através da linguagem, exigindo uma competência comunicacional (ou situacional). A classe da “mise-en-scène” discursiva é onde o sujeito realiza a organização de seu discurso, acionando as competências discursivas e semiolinguística (CHARAUDEAU, 2009). Na política, esses imaginários são acionados frequentemente com a finalidade da persuasão, conforme refletiremos nas análises considerando os imaginários de verdade na política.

6.1.1. Os imaginários sociodiscursivos no corpus

A construção dos imaginários, como já expomos, está relacionada a uma simbolização do mundo e eles são constituídos e reproduzidos pelos discursos. Nos discursos analisados no corpus, percebemos que os saberes de conhecimento são utilizados, muitas vezes, pela razão científica. Nas justificativas de Aécio Neves (exemplo 86) a respeito de suas críticas ao governo federal, ele faz uso de estatísticas que comprovariam o que estava argumentando. Apesar de não ser o principal recurso utilizado, esse procedimento contribui para o ethos de competência servindo de prova para seus argumentos com um discurso não pessoal. Já Dilma Rousseff recorre a esse procedimento na apresentação de números referentes aos programas de seu governo e na busca de mostrar sua competência a partir dos resultados alcançados. Selecionamos um exemplo (exemplo 87), mas isso é recorrente em todos os seus textos.

(86) Nenhuma palavra sobre as ações – ou a ausência delas – do governo federal nos últimos anos. Nenhuma palavra sobre o fato de que **das 630 obras acompanhadas no PAC 2**, lançado em 2010 (mas que inclui obras anunciadas desde 2007), nas ações voltadas para a Prevenção de Áreas de Risco, **apenas 54** tenham sido entregues até setembro passado. (Aécio Neves, Feliz Brasil Novo, 30/12/2013)

(87) [...] no meu governo, nós já contratamos **2,065 milhões** de moradias. Se a gente somar tudo o que foi contratado no meu governo com as casas contratadas no governo Lula, **são mais de 3 milhões de moradias em todo o país**. Desse total, nós **já entregamos mais de 1,4 milhão** de casas e apartamentos. (Dilma Rousseff, Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013)

Já os saberes de crença podem ser encontrados nas formas de julgamentos dos políticos como formas de “saberes partilhados”. Nesse caso, a construção da argumentação parte do conhecimento de mundo e de seus valores a respeito do mundo, segundo Charaudeau (2006). Nesse sentido, Aécio Neves e Dilma Rousseff adotam saberes de crença para fundamentar os argumentos, aceitando verdades independentes de contradições por meio da exposição de doutrinas e ideologias. Assim, os argumentos dos dois políticos partem de seu julgamento a respeito do que consideram saberes partilhados pelos destinatários.

(88) Em **Francisco**, as pessoas conseguem sentir a verdade na fala e nos gestos. Do alto dos seus 77 anos, ele não precisou de qualquer pirotecnia para fazer a **Igreja Católica** encontrar um caminho que a aproximasse mais de seus fiéis e de seus próprios valores. (Aécio Neves, O ano de Francisco, 23/12/2013)

(89) [...] a **mulher** tem um papel central no cuidado com a **família** e com a **casa**. (Dilma Rousseff, Dilma: governo tem que oferecer oportunidades para as mulheres conquistarem uma vida melhor, 03/03/2014)

Podemos notar que, no exemplo 88, Aécio Neves traz uma figura religiosa (Papa Francisco) por considerar um símbolo de identidade social. Percebe-se que ele busca

evidenciar o destaque que teve o Papa no ano de 2013 para demonstrar seus valores sobre a vida. Dilma Rousseff, no exemplo 89, busca os valores coletivamente partilhados a respeito da mulher para enfatizar o esforço do governo federal em garantir seus direitos e valorizá-las com programas como o cartão Bolsa Família. A esse respeito, Amossy (2013b) afirma que:

O orador apoia seus argumentos sobre a doxa que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu ethos com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias. [...] O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público (AMOSSY, 2013b, p. 124).

Assim, podemos notar que os imaginários sociodiscursivos são construídos pelos diversos tipos de saber encontrados na sociedade. É necessário frisar que Amossy (2013b) trata sobre as representações socialmente partilhadas com a preferência pelo termo “estereótipos” para explicar que fazem parte de um sistema de pensamento originado em esquemas coletivos. Os estereótipos, segundo Amossy (2013b), são formas de conhecimento da realidade e de identidade social que levam o orador a adaptar seu discurso às representações sociais que ele julga serem valorizadas por seu público-alvo. Charaudeau (2006), por sua vez, propõe o termo “imaginários sociodiscursivos” e aqui nos detemos à sua proposta por entender, como o autor, que os imaginários são mais flexíveis, embora Amossy (2011; 2013b) traga contribuições significativas para as nossas análises.

Os imaginários sociodiscursivos, dessa maneira, correspondem a uma proposta de visão do mundo fundada em saberes que constroem sistemas de pensamento. Charaudeau (2006) explica que os imaginários de verdade têm origem no conceito de “imaginários sociais” de Castoriades³⁴ envolvendo a organização da vida em sociedade e o governo da coisa pública e foi objeto de diversas disciplinas e propostas teóricas. Dessa maneira, os imaginários discursivos são formas de “saberes partilhados” explícita ou implicitamente pelos falantes resultando da capacidade de simbolização da realidade em determinado domínio de prática social.

³⁴ Filósofo, crítico social e psicanalista grego naturalizado francês nascido em Atenas, considerado um dos intelectuais mais capazes e criativos da segunda metade do século XX. De acordo com Charaudeau (2006), criou o conceito de “imaginário social” como um universo fundador da identidade do grupo. Cf.: CASTORIÁDES, C. A instituição imaginária da sociedade. 5. ed., Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Charaudeau (2006), ao criticar a noção de ideologia, propõe uma revisão dos conceitos de representações sociais da Psicologia Social, e de imaginário social, desenvolvido por Castoriades para a formulação da noção de imaginário sociodiscursivo, que integra o conceito de imaginário social como categoria formal da semiolinguística. Assim, o imaginário de verdade fundamenta a percepção do mundo como espelho identitário e uma racionalização discursiva. No discurso político, os imaginários circulam em um espaço de interdiscursividade e dão testemunho das identidades coletivas, da percepção e dos julgamentos que os grupos sociais fazem na relação entre instância política e instância cidadã.

Segundo Charaudeau (2006, p. 203), “o imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações”. Desse modo, a partir da relação do sujeito com a realidade e com seus parceiros no discurso, são construídos consensos que dão sentido a essa realidade. É preciso considerar que, segundo Charaudeau (2006), a maior parte dos imaginários faz parte de um inconsciente coletivo, numa memória coletiva construída nas experiências e na história.

6.2. Os imaginários de verdade no discurso de Aécio Neves e Dilma Rousseff

O conceito de ethos, embora seja fundamental, não é autossuficiente na política, pois aliada ao caráter mostrado, a interlocução deve promover uma atitude responsiva por meio da troca entre os parceiros do discurso. Em consequência disso, tanto Aécio Neves como Dilma Rousseff buscam construir um discurso orientado pelas representações próprias da instância cidadã, ou seja, se direcionam à condenação de atitudes consideradas vícios da sociedade, como a corrupção, por exemplo. Amossy (2013b), ao trazer a noção de estereotipagem, complementa essa discussão mostrando que, na perspectiva argumentativa, “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo.” (AMOSSY, 2013b, p. 126).

Os discursos de Aécio Neves e Dilma Rousseff, desse modo, trazem uma impressão dos políticos sobre os valores e crenças da sociedade. Podemos afirmar, assim, que a representação da instância cidadã é decisiva na relação discursiva entre os

políticos e seus interlocutores. Essa relação discursiva demonstra que, quando Aécio Neves e Dilma Rousseff tomam a palavra, já temos uma expectativa sobre o que vão dizer pelos imaginários sociodiscursivos presentes na sociedade.

Menezes (2006, p. 328), a esse respeito, afirma que “há um nível anterior de legitimação da fala política que é dado pela convivência e reconhecimento da vida social no espaço público”. Essa atitude, por vezes, pode mascarar conceitos e valores interiorizados pelos políticos a fim de adequar os discursos às expectativas dos destinatários e, conseqüentemente, garantir sua adesão aos projetos pretendidos. A partir da perspectiva retórica, a verdade dos imaginários é definida por Charaudeau (2006) em termos de adesão, dependente de seu efeito e força.

Nesse processo, alguns efeitos de verdade buscam a adesão da opinião dos eleitores. Surgem, então, alguns imaginários de verdade, relacionados a valores do bem em comunidade, identificados por Charaudeau (2006) como *Imaginário da “Tradição”*, *Imaginário da “Modernidade”* e *Imaginário da “Soberania Popular”*. Esses imaginários materializam conjuntos de valores, produzem sentidos e constituem identidades.

6.2.1. O imaginário da “tradição”

O *Imaginário da “Tradição”* corresponde a discursos que se referem à história, numa busca espiritual de defender valores de tempos passados, considerados importantes para a formação da sociedade. Perpassado por outros discursos, o imaginário de tradição também é uma forma de valorizar a natureza, a pureza, a fidelidade e a responsabilidade (CHARAUDEAU, 2006). No discurso de Aécio Neves identificamos o apelo a esse imaginário na defesa de valores históricos que fundaram o país como a democracia, por exemplo. No trecho abaixo (exemplo 90), o político relembra o passado como forma de recusa ao que manchou a história do país, defendendo valores contrários à ditadura.

(90) **Há 50 anos, o golpe militar** impôs a longa noite de duas décadas de **ditadura no Brasil**. [...] Convergimos para as perdas irreparáveis, lembrando as várias faces da violência e do autoritarismo. [...]

Ouvi o relato da tensão daqueles dias, várias vezes, pela voz de uma testemunha muito especial, o então líder do governo **João Goulart** na Câmara dos Deputados, **Tancredo Neves**. (Aécio Neves, Ontem e hoje, 31/03/2014)

Ao relembrar o golpe militar de 1964 por ocasião de seus 50 anos, Aécio Neves procura demonstrar que é preciso a todo custo combater qualquer forma de ditadura, defendendo a democracia. Ao mesmo tempo, o político lembra personagens históricos no combate à ditadura como Tancredo Neves, seu avô, como exemplo para o país atual. Charaudeau (2006) descreve esse procedimento como “um discurso de retorno às fontes”, em que são valorizados aspectos particulares de um passado que fundaram valores presentes nos dias atuais. Assim, esse discurso comum entre os políticos revela “fidelidade” como um valor moral, um dever de transformar uma história negativa do país e uma “responsabilidade”, ao demonstrar sentir-se obrigado a propagar o discurso de “Nunca mais!” (CHARAUDEAU, 2006, p. 214).

Dilma Rousseff não recorre a esse discurso voltado para episódios nefastos do país especificamente, mas, de uma maneira geral, seu discurso procura enfatizar as origens dos principais problemas do Brasil, como a desigualdade social, para trazer um discurso de engajamento contra essa tradição brasileira. Assim, no trecho abaixo (exemplo 91), verificamos que, apesar de não especificar passagens históricas do país, Dilma Rousseff deixa implícito que não podemos aceitar o passado de desatenção aos problemas sociais vividos.

(91) [...] o Minha Casa Minha Vida é realmente um sucesso [...], **é o maior programa habitacional da história deste país**. Nós estamos atendendo famílias, que, sem o apoio e os recursos do governo, não poderiam nem sonhar em ter a casa própria. Mas, **agora, elas estão, com o seu esforço também, realizando o sonho de receber a chave da casa, de ter o seu lar**. (Dilma Rousseff, Minha Casa Minha Vida já contratou mais de 2 milhões de moradias no governo Dilma, 09/12/2013)

Com isso, de certa maneira, Dilma Rousseff procura expressar que o passado de desigualdade social do país está sendo substituído por ações concretas de apoio aos menos favorecidos. Há uma clara tentativa de lembrar o passado para valorizar o presente, no caso, a sua gestão. Ao mesmo tempo, fala da realidade com uma operação de pensamento ligada à “representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado”, caracterizados por Amossy (2013b, p. 125).

6.2.2. O imaginário da “modernidade”

O *Imaginário da “Modernidade”* refere-se às representações dos grupos sociais quanto à forma como compreendem ou julgam o momento presente em relação ao passado, demonstrando que a modernidade sempre traz algo positivo, inovador e que não se pode voltar ao passado. Observamos que esse imaginário busca passar a ideia de que o Estado deve regular a sociedade em busca de um equilíbrio entre produção e consumo. Um exemplo marcante em nossa sociedade atual, apesar de existir em todas as épocas, é a crença de que a tecnologia pode resolver os maiores problemas enfrentados pelos países, estando ligada ao imaginário de eficácia, competência e vontade de agir (CHARAUDEAU, 2006).

Segundo Charaudeau (2006, p. 215), “está em jogo a legitimidade de uma maneira de ser e de viver, uma visão nova do mundo”. Charaudeau (2006) coloca em destaque alguns traços gerais desses imaginários de modernidade que descrevemos na sequência.

6.2.2.1. A modernidade contra o passado e o sonho

Charaudeau (2006) define esse imaginário como um discurso contrário a um passado sombrio que se mostra inferior ao presente, se opondo, portanto ao de tradição. O contexto atual em que vivemos evidencia esse tipo de discurso pelas justificativas e valorização do imediatismo da comunicação moderna e de redes sociais na internet. Em nosso corpus podemos identificar a recorrência a esse imaginário nos discursos pelo próprio contexto de circulação dos textos. Subtende-se que por meio de recursos virtuais mais pessoas podem ter acesso aos textos e, dessa maneira, os discursos podem atingir um maior número de adeptos/eleitores.

De acordo com Charaudeau,

Em função dessa ruptura com os valores do passado, plena dessa crença nos superpoderes do saber da época presente, o imaginário da modernidade se define como um desafio às potências do além, que a época precedente não teria sabido conjurar por falta de saberes e de meios técnicos. São celebradas, portanto, a ação do homem e sua capacidade de transformar o mundo com seu pensamento (criação conceitual), sua mão (criação manufatureira) e as novas ferramentas que ele produz (criação tecnológica) (CHARAUDEAU, 2006, p. 216).

Nos discursos políticos de Aécio Neves como opinião adversária está presente o imaginário de que um governo eficaz deve valorizar ações que façam o país progredir de forma competente, corajosa e responsável. Assim, podemos notar, no exemplo 92 abaixo, que ele procura construir um discurso que mostra a necessidade de mudanças para se chegar à justiça social e que o governo atual não dispõe dessas qualidades que poderiam trazer realizações no âmbito das necessidades do país e da democracia, em particular, utilizando o modalizador “seria”. De acordo com o político, o governo não utilizou os recursos disponíveis após a institucionalização da democracia para manter a organização da sociedade e isso ocasionou a descredibilidade nas instituições do país.

(92) Quando olhamos para trás, podemos imaginar que país o Brasil **seria se não nos tivessem tirado duas décadas de democracia**. E hoje, que alto preço o país terá que pagar por tanto **tempo desperdiçado em decisões adiadas ou equivocadas**? O que tem custado aos brasileiros a **falta de coragem** das autoridades em fazer o que precisa ser feito?

Custa mais do que gigantescos prejuízos econômicos. Custam esperanças, oportunidades e sonhos. Custa o futuro.

(Aécio Neves, Ontem e hoje, 31/03/2014)

Dilma Rousseff também faz uso desse procedimento, mas, diferentemente, o faz na valorização da eficácia de suas ações diante de objetivos definidos e na expressão de ações concretas para se atingir os sonhos pretendidos. No exemplo 93 abaixo, podemos comprovar o uso desse recurso na valorização das novidades proporcionadas pelo programa Ciência sem Fronteiras que, segundo Dilma Rousseff, beneficia os jovens brasileiros na busca de realização do sonho de agir com mais eficiência por meio do conhecimento e inovações tecnológicas que a modernidade propicia. Isso mostra também a busca de justificação e valorização do programa do governo que por sua competência traz o bem-estar das pessoas.

(93) [...] Essa experiência no exterior [Ciência sem Fronteiras] está enriquecendo muito a formação dos jovens. Eles têm acesso às últimas novidades em suas áreas de conhecimento e se **preparam para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo**. [...] nós também estamos formando os pesquisadores que vão **acelerar a nossa produção científica e tecnológica** [...].

(Dilma Rousseff, Ciência sem Fronteiras vai oferecer bolsas para o mestrado profissional no exterior, 02/12/2013)

6.2.2.2. Modernidade e economismo

Charaudeau (2006) define economia como “o modo de uma sociedade representar para si a legitimidade das maneiras de gerir a vida coletiva do ponto de vista da produção e repartição de riquezas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 218). Desse modo, Charaudeau (2006) entende que a questão do bem comum envolve a aceitação de direitos de consumo, da promoção da circulação das riquezas pelo consumo, do aumento do poder de compra e do aumento da produção. Isso pode se dar pela regulação social, segundo Charaudeau (2006), estabelecendo um equilíbrio entre produção e consumo. Assim, surgem discursos que privilegiam a necessidade da “regulação controlada” e outros que preferem a “autorregulação natural” (CHARAUDEAU, 2006, p. 219).

A partir desse pressuposto, percebemos que no discurso de Aécio Neves e de Dilma Rousseff pode haver tanto a regulação controlada como a autorregulação. O discurso de Dilma Rousseff faz supor que a sociedade deve ser regulada pelo Estado (regulação controlada) de modo a intervir na organização do trabalho, da produção e do consumo. Assim, é comum em seu discurso a referência à responsabilidade do Estado e a sua legitimidade para intervir em setores como educação e saúde, a fim de garantir trabalho, o aumento do poder de compra e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Aécio Neves também demonstra esse imaginário, mas parece priorizar o discurso da autorregulação, segundo o qual uma gestão eficiente deve privilegiar a livre concorrência e o crescimento do consumo. Nesse caso, prefere um discurso mais voltado para a ideia do desenvolvimento numa economia de mercado livre entre produtores e consumidores. Charaudeau (2006) chama a atenção para o fato de que cada vez mais discursos políticos fazem desses dois imaginários uma composição heterogênea.

É o que podemos perceber nos discursos tanto de Aécio Neves como nos de Dilma Rousseff, em que é comum a valorização do economismo voltado para a propagação de discursos que evidenciem o consumismo e o poder de compra como essenciais na vida em sociedade. Portanto, a ideia do discurso de “regulação controlada” e de “autorregulação natural” seria oposta em relação à gestão econômica da sociedade, mas se apresentam numa composição combinada, valorizando-se o economismo voltado para o consumismo; ao mesmo tempo em que se valoriza a intervenção do Estado na gestão econômica do país.

(94) A economia cresce pouco. A **inflação caminha célere**. A inadimplência das famílias bate no teto. A **indústria patina** e produz o equivalente a 2008. A **carga tributária é das mais altas**

do mundo e a conta dos erros no setor elétrico começa a ser cobrada de empresários e consumidores.

Nas áreas essenciais, os números são vergonhosamente ruins. **Na saúde e na segurança, as crises se acumulam**, denunciando diariamente a crônica **precariedade dos serviços públicos**. A anunciada **austeridade fiscal** não convence nem o próprio governo, que a atropela sistematicamente.

(Aécio Neves, O lugar da política, 17/03/2014)

Vemos que no exemplo 94 Aécio Neves procura expressar sua indignação pela desconfiança que o país transmite fazendo críticas à gestão do governo federal no que diz respeito à economia, à saúde e à segurança. Ao fazer isso, o político expressa o imaginário do discurso de regulação controlada, por meio do qual o Estado deveria intervir na organização de áreas essenciais como a saúde e a segurança e no poder de compra da população. Mas também apresenta um discurso de autorregulação natural, uma vez que privilegia uma economia de mercado em que deveria haver uma facilitação da atividade empresarial e diminuição da carga tributária.

Mais voltado para o discurso de regulação controlada, o trecho abaixo (exemplo 95), de Dilma Rousseff, demonstra a necessidade de o Estado intervir na organização do trabalho para o desenvolvimento do país e bem-estar das pessoas, conforme os trechos negritos.

(95) [...] Em dois anos e meio, Luciano, **o Crescer já emprestou R\$ 12,5 bilhões para apoiar os nossos empreendedores. Esses recursos significam a melhoria, o crescimento e a sobrevivência de um pequeno negócio.** Um apoio, por exemplo, ao esforço da mãe que abriu o seu pequeno negócio e busca o aumento da renda da família. Cada um dos empréstimos do Crescer é uma **alavanca para os nossos pequenos empresários e é mais desenvolvimento para o Brasil.**

(Dilma Rousseff, Crescer já emprestou R\$ 12,5 bilhões aos pequenos empreendedores, 10/03/2014)

Dessa forma, seu discurso apresenta a ideia de que numa relação entre dominantes e dominados, o Estado tem o papel burocrático de promover a regulação social. Isso ocorre em todos os textos analisados, principalmente na valorização dos programas sociais do governo federal como Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, Pronaf, Ciência sem Fronteiras, etc.. Entretanto, como dissemos, seu discurso também apresenta marcas de “auto-regulação natural” ao transmitir a ideia de desenvolvimento do país ligada a indicadores de crescimento e renda numa economia de mercado.

6.2.2.3. Modernidade e tecnologismo

A impressão que se busca transmitir nos discursos sobre a tecnologia é a de um imaginário voltado para os conceitos de eficácia, competência e vontade de agir, segundo Charaudeau (2006). Assim, os discursos estão relacionados ao enfoque na gestão da economia pela técnica. A preocupação, nesse caso, de acordo com Charaudeau (2006), é sobre a importância da tecnologia da comunicação, a fabricação de modos de transmissão modernos e uma organização das conexões em rede.

Desse modo, surgem os imaginários de que todos devem ter acesso às informações sem distinções; da necessidade de constituição de grupos de discussão e de opinião (chats e fóruns na internet); e de que as relações entre as pessoas se dariam pela autorregulação sem que haja um poder sobre os demais pelas comunidades virtuais (CHARAUDEAU, 2006). Os discursos produzidos, assim, sobrepõem os efeitos positivos da tecnologia em detrimento de seus efeitos negativos, como afirma Charaudeau (2006).

Não encontramos de maneira explícita esse imaginário no discurso analisado de Aécio Neves, embora a própria forma de circulação deles demonstre a valorização das novas tecnologias de comunicação e informação. Já no discurso de Dilma Rousseff encontramos a presença desse imaginário ligado principalmente à valorização das novas tecnologias na vida cotidiana das pessoas em geral. Assim, enaltece os efeitos produzidos por elas, afirmando que as novas tecnologias dão possibilidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas e seu bem-estar, como exemplificamos abaixo:

(96) O pequeno agricultor hoje quer também se beneficiar das inovações tecnológicas e das pesquisas modernas. Por isso, também estamos fazendo o Pronaf Inovação. No Pronaf Inovação, o crédito é bem barato para incentivar o cultivo protegido de hortifrutigranjeiros, para a automação da avicultura e da suinocultura, e também para atualização tecnológica da bovinocultura de leite. Com isso, **a Agricultura Familiar vai mudar, ficando cada vez mais moderna e produtiva.**

(Dilma Rousseff, Crédito barato do Pronaf ajuda a modernizar a Agricultura Familiar, 24/02/2014)

O discurso de Dilma Rousseff (exemplo 96), como podemos ver, se sustenta basicamente nesse imaginário da modernidade voltado para as ações do Estado como formas de regulação e controle para melhorar a vida das pessoas por meio da eficácia, competência e vontade de agir em favor da organização social e econômica. Ao trazer a figura do homem do campo, a presidente procura também expressar sua competência em atingir grupos sociais tradicionalmente excluídos das inovações tecnológicas e mostrar que seu governo está em busca do aumento de produtividade ligado à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

6.2.3. O imaginário da “soberania popular”

O *Imaginário da “soberania popular”* é baseado na noção de democracia em que o povo deve ser responsável pela gestão do poder e pelo seu bem-estar, sustentado pela garantia da justiça e a lei. Nesse sentido, três discursos fazem parte desse imaginário: o direito à identidade, segundo o qual os grupos devem manter uma identidade coletiva; o igualitarismo, defendendo a justiça entre os homens; e, a solidariedade vinculada à igualdade num “movimento de globalização identitário”, justificado por uma identidade humanitária (CHARAUDEAU, 2006). Segundo Charaudeau (2006, p. 240), esse imaginário esconde a verdadeira relação entre governantes (dominantes) e governados (dominantes) e sua submissão, “no saber e na competência de uns e na ignorância e impotência de outros”.

Percebemos nos discursos de Aécio Neves e de Dilma Rousseff a adoção desse recurso para a construção do ethos de defensor da democracia demonstrando a vontade da construção de uma mediação social que garanta um país justo pelas ações do homem. De acordo com Charaudeau (2006), as crenças no imaginário da “soberania popular” não são exteriores ao homem e passamos a expor os três discursos que fazem parte desse imaginário: o discurso do direito à identidade, o do igualitarismo e o da solidariedade com ilustrações do corpus.

6.2.3.1. O direito à identidade

De acordo com Charaudeau (2006), o discurso do direito à identidade volta-se para as relações entre os grupos sociais, em sua integração ou em suas diferenças, procurando enfatizar o conceito de soberania ao de identidade coletiva. Assim, surgem discursos fundados na noção de nação e de comunidade, como no exemplo abaixo.

(97) No lugar de oferecer colaboração institucional para a promoção do diálogo entre as forças políticas em conflito, **o Brasil submete sua política externa às conveniências ideológicas, deixando de representar os interesses permanentes do Estado brasileiro** para defender o ideário do governo de plantão.

[...] **Por afinidades ideológicas, o Brasil está deixando de assumir suas responsabilidades internacionais** também na questão dos direitos humanos.
(Aécio Neves, Diplomacia à deriva, 24/02/2014)

No exemplo 97, Aécio Neves expressa esse imaginário ao desenvolver sua argumentação voltada para a ideia de que o país está deixando de representar os interesses do Estado ao adotar medidas de acordo com suas próprias conveniências. Não encontramos esse imaginário no discurso de Dilma Rousseff.

6.2.3.2. O igualitarismo

O discurso do igualitarismo está presente em discursos que preconizam a justiça na sociedade com igualdade entre as pessoas. Segundo Charaudeau (2006, p.233), “os discursos políticos vão desde a reivindicação de uma repartição perfeitamente igualitária dos bens comuns até uma distribuição proporcional, quando se admitir que a repartição não pode ser perfeitamente igualitária”. Esse recurso é mais marcante no discurso de Dilma Rousseff no destaque aos programas sociais de seu governo, mas também está presente em alguns textos de Aécio Neves, conforme descrevemos abaixo.

(98) Dos inúmeros fragmentos de esperanças irrealizadas foi possível modelar uma paisagem de desafios reais a serem vencidos. Nela, descobre-se que **as grandes conquistas nacionais não foram suficientes para acolher todos os brasileiros e grande parte dos nossos ficaram e continuam pelo caminho.**
(Aécio Neves, Para mudar o Brasil, 16/12/2013)

(99) **Antigamente, apenas os estudantes de famílias mais ricas tinham condições de estudar lá fora**, no exterior. Agora, com o Ciência sem Fronteiras, **abrimos essa oportunidade para todo mundo** e o único critério que empregamos para escolher alguém é o do mérito. [...] Temos estudantes brilhantes, esforçados, estudantes de muito valor, mas que **não tinham condições de pagar** um curso lá fora, um curso que pode significar uma mudança de vida para sempre [...].
(Dilma Rousseff, Ciência sem Fronteiras vai oferecer bolsas para o mestrado profissional no exterior, 02/12/2013)

Percebemos nas passagens acima o interesse dos políticos em reconhecer os direitos dos cidadãos como um todo. Aécio Neves (exemplo 98), por meio da denúncia, responsabiliza o governo federal pelas desigualdades existentes no país e por não dar oportunidades igualitárias. Dilma Rousseff (exemplo 99), ao contrário, reconhece sua responsabilidade, mas tenta demonstrar que seu governo tem como meta justamente assegurar a igualdade de direitos e oportunidades inclusive para aqueles menos favorecidos.

6.2.3.3. A solidariedade

Vinculado ao discurso da igualdade, o discurso da solidariedade se expressa pela consciência da necessidade de repartir os bens em nome da humanidade, conforme Charaudeau (2006), e de uma visão de fraternidade. O político pode utilizar esse discurso assumindo uma consciência coletiva, como mostra Charaudeau (2006), por meio da representatividade. Para ilustrar essa noção, transcrevemos as passagens abaixo.

(100) [...] Nesse tempo, **fomos honrados com a preciosa interlocução de cidadãos, profissionais e militantes das mais diversas causas**. E mergulhamos em alguns dos grandes desafios das regiões. Constatamos que as urgências de dez anos atrás permanecem as mesmas de hoje. E vimos surgir novos desafios.

Testemunhamos a luta diária das famílias nordestinas, vítimas e reféns da seca e os limites do atual projeto de gerenciamento da pobreza extrema, sem horizonte concreto capaz de libertar e habilitar uma nova cidadania.

(Aécio Neves, Para mudar o Brasil, 16/12/2013)

(101) [...] Estamos levando, Luciano, atendimento básico de saúde às cidades do interior e às periferias dos grandes centros urbanos e metropolitanos, **onde faltavam médicos para atender a nossa população**. [...] O Mais Médicos, Luciano, **é uma resposta do governo federal às necessidades da população**, que sempre reivindicou a melhoria da saúde em nosso país. **O governo federal está ouvindo esses pleitos** e se esforçando para melhorar o atendimento de saúde do Brasil. **Queremos um tratamento digno e respeitoso para toda a população** e, sobretudo, Luciano, para quem mais precisa.

(Dilma Rousseff, Mais Médicos já tem 6.658 médicos atendendo a população em todo o país, 23/12/2014)

Observamos que Aécio Neves em seu discurso (exemplo 100) procura demonstrar seu interesse na promoção de encontros e debates que possam trazer alternativas para os problemas do país. Expressa também sua consciência de igualdade cidadã ao fazer referência ao sofrimento dos nordestinos. Dilma Rousseff (exemplo 101), por meio da apresentação do Programa Mais Médicos, tenta justificar a vinda de médicos cubanos demonstrando seu engajamento no atendimento básico de saúde para todos os brasileiros em várias regiões do país e, de certa forma, respondendo às críticas relativas ao programa por parte de alguns setores da sociedade. Expressa, assim, seu interesse pela solidariedade com os menos favorecidos no sentido da consciência coletiva e cidadã.

Os imaginários sociodiscursivos, como podemos ver, materializam a encenação na política e consistem em conjuntos de valores para a produção de sentidos e

identidades, na busca de uma força de verdade para a persuasão. Percebemos que o discurso político, dessa maneira, sendo uma arte de voltar-se ao maior número de pessoas possível para adquirir sua adesão, como descreve Charaudeau (2006), pode englobar vários imaginários de verdade e revelam prudência, principalmente em período eleitoral em que muitas vezes podem aparecer contradições entre posições.

Nesse sentido, a construção da imagem de si no discurso passa por um processo de adaptação aos esquemas coletivos interiorizados e valorizados pelo destinatário, de modo que o discurso oferece ao sujeito falante “todos os elementos de que tem necessidade para compor um retrato do locutor, mas ele os apresenta de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita” (AMOSSY, 2013b, p. 126). A imagem de si de Aécio Neves, dessa forma, é empreendida por sua relação com o seu partido PSDB e suas ideologias, pela imagem de político com relativa experiência no cenário da política brasileira e pela opinião pública a seu respeito.

Além disso, podemos perceber a ligação de Aécio Neves à direita brasileira, embora no Brasil, pelos desdobramos que tem havido nas relações partidárias, não seja possível determinar com exatidão se um político é de direita. Parece defender os valores dos direitos dos cidadãos pertencentes à maioria da opinião pública e apresenta-se como defensor da democracia em seu discurso, contrário à gestão do PT, mas demonstra certa fragilidade em seu discurso ao não propor um projeto realmente diferente do Partido dos Trabalhadores. Expressa, assim, uma utilização em proveito próprio das dificuldades enfrentadas pelo governo do PT.

Nesse sentido, apoia-se em valores enraizados no senso comum, representando uma imagem de homem desejoso de promover as mudanças que o Brasil tanto necessita, responsável e humanista. Ele defende uma gestão comprometida com a transparência e denuncia atitudes do governo federal em tentar agir em benefício próprio. Vemos, com isso, que seu discurso explora imagens já produzidas no cenário da política, que são reproduzidas num novo contexto. A eficácia de seu discurso se encontra nessa reprodução de valores e crenças.

Dilma Rousseff, nessa mesma perspectiva, tem a eficácia de um ethos discursivo voltado para a sustentação desses valores e crenças socialmente partilhados pelos brasileiros no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida através do esforço das pessoas, da luta diária e da ajuda do governo. Ela redefine o ethos prévio de líder prepotente envolvida em seu governo em escândalos de corrupção, crises no sistema financeiro, economia, etc. para tentar consolidar-se como a única presidente mulher que

o país já teve, além disso, com um governo que se destacou em questões de inclusão social, saúde, educação e economia.

Para falar de seu governo, a presidente é influenciada em suas escolhas argumentativas pelos destinatários prováveis, pessoas de menor poder aquisitivo. Utiliza temas que representam os anseios dessa camada da população, expressando seus valores e crenças. Ao mesmo tempo, para tornar seu discurso acessível, ela cria um estilo mais simples com exemplos extraídos do dia-a-dia das pessoas e um modo particular de enunciação que chega a ser até superficial em diversos momentos. Isso reflete o que Amossy (2013b, p. 133) explica: “o orador constrói seu ethos em função das expectativas desse auditório compósito”.

A presidente enfatiza em seu discurso seu caráter humano, maternal e comprometido com a vida das pessoas. Dessa maneira, a imagem criada por seu discurso é modelada pelos saberes socialmente partilhados que ela julga serem representações de seu público-alvo. Sua estratégia, assim, consiste em mostrar por meio de valores comuns que seu comportamento como presidente da república é totalmente voltado para os princípios e valores do povo que ela lidera numa posição ao mesmo tempo de guia e profeta.

Concluindo, a análise do discurso dos dois políticos foi possível por essa “ancoragem social” da enunciação que nos permite perceber o jogo comunicativo presente na relação da instância política com a instância cidadã por meio da instância midiática. O sujeito falante, nesse caso, é “um sujeito que fala como ser do mundo” (AMOSSY, 2013b, p. 135), capaz de modificar representações e contribuir para novas imagens ou a manutenção de um equilíbrio possível por sua autoridade na troca verbal e o reconhecimento de sua legitimidade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu analisar, a partir da teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (CHARAUDEAU, 2001; 2012a), como o discurso político prévio à campanha eleitoral de Aécio Neves e Dilma Rousseff está relacionado aos fenômenos psicológicos e sociais envolvendo o contrato de comunicação de ambos os políticos. Por meio da análise e comparação entre os discursos, foi possível descrever a organização argumentativa e a construção do ethos em textos publicados na Folha de S. Paulo e no programa Café com a Presidenta, no período de dezembro de 2013 a março de 2014, destacando as características dos fatos de linguagem. Foi possível também compreender a constituição do discurso político como fato social num espaço de estratégias e restrições.

O projeto desenvolvido contou com um corpus que, embora aparentemente diferente, por serem artigos de opinião e entrevistas, apresenta características em comum: são produzidos por dois “presenciáveis” em situações aparentemente não eleitorais, mas que são usadas para esse fim. O motivo dessa seleção foi também o fato de não terem sido encontrados textos similares do mesmo gênero discursivo. Os discursos foram analisados com base na noção da dimensão transdisciplinar da problemática semiolinguística e o trabalho envolveu a transcrição dos textos; descrição do contexto sócio-histórico da produção discursiva; descrição dos gêneros analisados; descrição do contrato, envolvendo os elementos que compõem a situação de comunicação em função das condições de produção; descrição da organização discursiva; identificação das estratégias argumentativas e dos éthé construídos; comparação e análise.

Ao nos propor a realizar este trabalho de pesquisa, almejávamos que pudéssemos conhecer as principais características do discurso político na sociedade atual e, de fato, comprovamos que o discurso político é o resultado de uma interação complexa entre discursos e de um encontro entre a instância política e a instância cidadã por intermédio da instância midiática (CHARAUDEAU, 2006). Percebemos que, ao construir seus discursos, tanto Aécio Neves como Dilma Rousseff interessam-se pelos discursos fabricados pela opinião pública e têm um olhar atento às representações sociais e crenças. De uma maneira geral, os dois políticos procuram atingir os destinatários previstos com um discurso adaptado com base em asserções éticas e

políticas em que “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo” (AMOSSY, 2013b, p. 126), muitas vezes, de forma implícita.

Aécio Neves mais voltado para o discurso neoliberal constrói seu ethos com base no engajamento em seu papel de político interessado em transformar a situação atual vivida pelo país, a partir de um ethos de competência e eficácia na gestão da vida política. O político utiliza argumentos que tendem a desmoralizar a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) para construir o modelo do saber-fazer de seu discurso. Verificamos que Aécio Neves procura mostrar uma imagem de competência e vontade de agir, estudados na retórica antiga e outras teorias argumentativas.

Podemos notar que as estratégias discursivas adotadas por Aécio Neves buscam atrair a atenção dos destinatários com base em julgamentos das ações do governo federal e na desqualificação destas, numa forma de contrato de reconhecimento implícito de imaginários partilhados socialmente. Entretanto, percebe-se que seus ataques, em alguns momentos, produzem efeitos desfavoráveis à sua imagem e a possibilidade de questionamentos quanto às provas apresentadas e à força da razão. Destacamos, no entanto, que Aécio Neves demonstra conhecer as condições de argumentação, como as apontadas por Charaudeau (2006), que envolvem um raciocínio causal simples e a força dos argumentos, embora não apresente propostas concretas para resolver os problemas apontados que sejam diferentes das do governo do PT.

Dilma Rousseff, por sua vez, constrói um ethos de competência voltado para si mesma, ligado à enunciação de sua identidade social, ao mesmo tempo em que permite a construção de uma imagem, para alguns destinatários, de um ethos não desejado por se tratar de um discurso um tanto artificial em se tratando de entrevistas. Enquanto cenário de confrontos de ideologias ou como meio de persuasão pela argumentação, seu discurso demonstra vontade de agir e eficácia de suas ações como presidente da república. Nesse sentido, é perceptível um discurso que vai ao encontro das expectativas do povo brasileiro, principalmente das camadas mais populares, o que leva a atingir os objetivos de sua encenação argumentativa.

Além disso, Dilma Rousseff constrói a imagem de credibilidade que expressa o poder fazer com sinceridade, performance e eficácia. Dessa maneira, observamos que, a partir da retomada de certos imaginários sociodiscursivos, Dilma Rousseff consegue exercer certa influência sobre os cidadãos ao demonstrar conhecer as regras da insinceridade e do mentir verdadeiro no contexto da modernidade, apesar de a própria

estrutura de seus textos (entrevistas simuladas) trazerem certa superficialidade. Assim, tenta sobrepor uma imagem de gestora eficiente não entrando em questões que envolvem escândalos de corrupção que acometeram seu governo no PT. O que percebemos é uma tentativa implícita de propor uma mudança ligada à continuidade.

Conforme o exposto, podemos confirmar nos discursos analisados de Aécio Neves e de Dilma Rousseff que a prática política nos dias atuais, principalmente em países capitalistas como o nosso, revela um lugar de exercício de poder e de influência com uma preocupação muito grande com a repercussão que possam trazer os seus discursos. Por meio de valores simbólicos que projetam um ideal social, são fabricadas imagens que tornam o ethos mais importante que o logos (CHARAUDEAU, 2006). De uma maneira geral, “não é mais o conteúdo das ideias que é dado a entender, mas sua encenação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 307).

Percebemos também que tanto o discurso de Aécio Neves como o de Dilma Rousseff constituem-se como discursos prévios à campanha eleitoral que se apropriam da máquina empresarial e da máquina pública para levarem vantagem, na medida em que tentam persuadir os cidadãos-eleitores antes do período eleitoral. Esse uso da máquina empresarial e oficial tem a capacidade de intervenção no andamento do processo eleitoral, mediante a tematização de questões que envolvem o interesse dos sujeitos falantes, como observamos nos discursos analisados. Na categoria da intencionalidade psico-sócio-discursiva, são perceptíveis as visadas de informação e de incitação nos discursos dos dois políticos no tratamento dos temas e na busca de levar o destinatário a tomar conhecimento de algumas informações consideradas relevantes no quadro político brasileiro.

Por fim, destacamos que prevalece nos dois discursos a opinião voltada para as imagens de credibilidade, de “virtude”, de acordo com a concepção de Aristóteles (2005) de competência, de caráter bem como de inteligência e humanidade. Por meio de procedimentos linguísticos, imaginários sociodiscursivos e estratégias argumentativas, os dois políticos expressam seu desejo de adesão dos destinatários ao seu projeto ou ações e buscam um consenso junto à opinião pública. Para uma análise mais aprofundada seria necessário também investigar essa influência sobre os cidadãos por meio de uma pesquisa sobre a recepção dos textos, o que neste trabalho não foi possível.

O presente trabalho, portanto, foi muito relevante para mim como educadora e para minha formação profissional e pessoal, pois foi uma oportunidade para refletir sobre as relações em sociedade e as muitas formas de organização do discurso político

como parte de um imaginário sociodiscursivo presente na vida de todas as pessoas. A partir da Análise do Discurso na perspectiva da Semiologia com a noção de que o discurso político se constitui como um instrumento que pode levar ao conhecimento da encenação política sob diferentes formas de práticas discursivas, como mostra Mari (2006), abre-se espaço para caminhos no contexto atual que vão além das tradicionais categorias de análise. As estratégias de encenação nos dias atuais, embora levem a certa insatisfação geral, não diminuem a importância e funcionalidade social do discurso político tornando sua análise cada vez mais instigante e desafiadora.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Dos Topoi aos Estereótipos: A análise do dóxica no discurso. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. S. **Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 130-154.

_____. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). Trad.: Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Konesu; Sírio Possenti. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013a, p. 9-23.

_____. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). Trad.: Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Konesu; Sírio Possenti. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013b, p. 119-136.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa . 2ª ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Disponível em: < http://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. **A Política**. 1. ed. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo). v. 11. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

BAKHTIN, M. (Volochinov). A interação verbal. In: **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 90-109.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-326.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006, p. 81-90.

CHARAUDEAU, P. Análise do discurso, controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et alii (dir.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Fale-UFMG, Ed. Carol Borges, Belo Horizonte, 1999.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem, In: Mari et alii. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 23-38.

_____. **O discurso entre a ação e a comunicação**. Références à compléter, 2002. Disponível em: < <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R (orgs.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, NAD/FALE-UFMG, 2004, p. 13-42.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso, In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de

Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>>. Acesso em 18 abr. 2014.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____; MAINGUENAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo – SP: Contexto, 2004.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: RG, 2008, p. 13-38.

FÁVERE, R. B. Eleições e liberdade de imprensa. In: **Resenha Eleitoral**, Nova Série, vol. 17, 2010. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impresas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/eleicoes-e-liberdade-de-imprensa/index49dc.html?no_cache=1&cHash=2843916a1cfc1f0bc74bfa069e08725b>. Acesso em: 19 set. 2014.

HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, D. (ed.) **Class, codes and control**. vol. 2. London: Routledge and Kegan Paul, 1973.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974

MACHADO, I. L. Uma teoria de análise do discurso: A Semiologia. In: MARI et al. (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 39-62.

_____. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiológica. In: **Revista Letras&Letras**, Uberlândia, v. 22, n. 2, jul./dez. 2006, p. 13-21. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25229/14044>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

_____. Teoria e discursos transgressivos. In: **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun., 2007, p. 109-128. Disponível em: <<http://relin.letras.ufmg.br/revista/english/upload/07-Ida-Lucia.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2014.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana

Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2013, p. 69-92.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. In: ,MAQUIAVEL, N. [trad. Livio Xavier]. **O Príncipe e Escritos Políticos**. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo) 1.ed., v. 2. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010., p. 11-62.

MARI, H. Condições sobre o discurso político: a propósito da mentira. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. (org.). **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 89-103.

_____. Um novo estatuto para o discurso político. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M.S.S.; CATALDI, C. (orgs.). **Práticas discursivas: Construindo identidades na diversidade**. Viçosa, MG: Arca, 2009, p. 89-102.

MELO, M. S. S. Pressupostos de Uma Teoria Psicossocial do Discurso: A Semiolinguística. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M.S.S.; CATALDI, C. (editoras). **Gênero Discursivo, Mídia e Identidade**. Viçosa: Ed. UFV, 2007, p. 105-114.

_____. Razão e emoção no discurso religioso. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M.S.S.; CATALDI, C. (orgs.). **Práticas discursivas: Construindo identidades na diversidade**. Viçosa, MG: Arca, 2009, p. 151-170.

_____. Estratégias Discursivas em Publicidades Televisivas de Medicamentos. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (orgs.). **Estudos Discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 180-197.

MENDES, P. H. A. Sobre o contrato de comunicação: do discurso ao debate político eleitoral. In: MARI et al. (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 313-346.

_____. Intencionalidade e discurso político: por um dialogismo de fato. In: In: GOMES, M. C. A.; MELO, M.S.S.; CATALDI, C. (orgs.). **Práticas discursivas: Construindo identidades na diversidade**. Viçosa, MG: Arca, 2009, p.171-180.

MENEZES, W. A. Faces e usos da argumentação. In: MARI et al. (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 179-200.

_____. Ethos, ética e lugares de degenerescência do discurso político. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. (org.). **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, FALE/ UFMG, 2006, p. 311-331.

PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. In: **Análise do Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi**. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2011, p. 283-294.

PERELMAN, C. Argumentação. In: **Enciclopédia Einandi**. V. II – oral e escrito. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1987, p. 234-266.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOARES, D. A. Elementos básicos para a análise de textos argumentativos em língua portuguesa. **Trab. linguist. apl.** [online]. 2009, vol.48, n.1, p. 71-86. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v48n1/06.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

SOUZA, W. E. Retórica, Argumentação e Discurso. In: MARI et al. (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 156-199.

VALE, R. P. G. Intencionalidade, finalidades e visadas na análise do discurso humorístico. **DLCV** (UFPB), v. 11, n. 1, 2014, p. 137-161.

ANEXO

Obs.: O anexo encontra-se disponível em CD.